



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Da margem ao centro: A importância da inclusão digital. O uso do Google Maps na iniciação digital de jovens e adultos em situação socioeconômica delicada, um estudo de caso.

IGOR WRIGHT DA SILVA

RIO DE JANEIRO

2020

IGOR WRIGHT DA SILVA

Da margem ao centro: A importância da inclusão digital. O uso do Google Maps na iniciação digital de jovens e adultos em situação socioeconômica delicada, um estudo de caso.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Guaracira Gouvêa

Coorientador: Prof. Dr. Celso Sánchez

RIO DE JANEIRO

2020

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

W947	WRIGHT DA SILVA, IGOR Da margem ao centro: A importância da inclusão digital. O uso do Google Maps na iniciação digital de jovens e adultos em situação socioeconômica delicada, um estudo de caso. / IGOR WRIGHT DA SILVA. -- Rio de Janeiro, 2020. 153 Orientador: Guaracira Gouvêa. Coorientador: Celso Sánchez. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020. 1. Analfabetismo digital. 2. Tranculturalidade. 3. Educação de Jovens e Adultos. 4. Percepção socioespacial. I. Gouvêa, Guaracira, orient. II. Sánchez, Celso, coorient. III. Título.
------	--

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Igor Wright Da Silva

"Da margem ao centro: A importância da inclusão digital. O uso do Google Maps na iniciação digital de jovens e adultos em situação socioeconômica delicada, um estudo de caso."

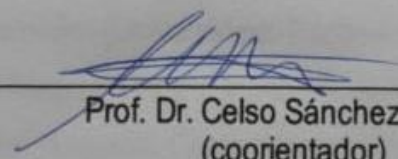
Aprovada pela Banca Examinadora

Rio de Janeiro, 07 / 12 / 2020

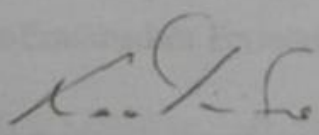
Em conformidade com a Resolução n° 5.257 de 25/03/2020 e a Ordem de Serviço PROPGPI n° 3 de 02/07/2020, esta ata vai somente por mim assinada, atestando que a defesa ocorreu com a participação dos componentes abaixo listados.

In Memoriam

Profª. Drª. Guaracira Gouvêa de Sousa
(orientadora)

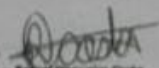


Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira
(coorientador)



Profª. Drª. Léa Velocina Vargas Tiriba
(avaliadora interna)




Rafael Nogueira Costa
NUPEN/UFRJ
MAPE: 1835046

Prof. Dr. Rafael Nogueira Costa
(avaliador externo)

Ah...olha se não sou eu
Quem mais vai decidir
O que é bom pra mim
Dispenso a previsão

Ah... se o que eu sou
É também o que eu escolhi ser
Aceito a condição

Vou levando assim
Que o acaso é amigo
Do meu coração
Quando fala comigo
Quando eu sei ouvir

Rodrigo Amarante - O velho e o moço

***Dedico este trabalho ao meu amado pai, que me
ensinou o que é ver a vida com leveza e à
querida Guaracira, que acreditou em mim desde
o começo.***

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o reconhecimento de que sozinho não podemos fazer praticamente nada. E sem essas pessoas em minha vida este trabalho não seria possível. Portanto lhes agradeço do fundo do meu coração.

Ao meu esposo, Junior, maior incentivador e inspiração, obrigado por me mostrar a ciência como um estilo de vida e a solidariedade como uma missão. Você é muito mais do que podia sonhar. Amo-te.

À minha família, Pai (onde você estiver), Mãe e Glauco. Eu sou o que vocês me ajudaram a ser e espero lhes dar orgulho sempre. Obrigado pelo amor incondicional e por me dar suporte para amadurecer.

Aos meus amigos em todas as partes do mundo. Vocês tornam essa jornada nessa vida algo inestimável. Obrigado por cada gesto, ato e bom sentimento com que me cercam. Vocês fazem com que me sinta um homem de sorte.

À Professora Guaracira (*in memoriam*) por me mostrar a academia e humanidade entrelaçadas. Gratidão eterna.

Ao Professor Celso por topar me guiar até o fim da linha de chegada.

À minha família por adoção. Família Berto, vocês são grandes realizadores e exemplos pra nossa gente preta. Sigam conquistando a vida que a gente merece.

Ao Marcos Antonio, por investir em mim como pessoa e cientista. Você é um médico de almas.

Aos meus colegas de trabalho e aos meus amigos que trabalham ao meu lado na Biblioteca Nacional de Brasília pela participação, apoio e incentivo ao projeto do curso, à minha pesquisa e principalmente ao desenvolvimento dos participantes do curso. Vocês fizeram muita diferença no desenvolver desse sonho.

À UNIRIO e ao PPGEDU por me permitirem educação de alta qualidade e me formarem um educador melhor.

À Deus, por ser meu porto seguro na tempestade e oásis no deserto. Por Seu amor incondicional

Por fim, agradeço aos meus colegas de turma e disciplinas e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu atravessasse essa jornada com sucesso.

RESUMO

Este trabalho se propõe a realizar um estudo de caso na área de inclusão digital de jovens e adultos. O cenário dessa pesquisa é o curso de iniciação digital Traçando Rotas e Redescobrimos Caminhos com o Google Maps, realizado entre 2016 e 2019 pela Biblioteca Nacional de Brasília. O curso utiliza o site do Google Maps para iniciar digitalmente jovens e adultos em situação socioeconômica delicada. A análise proposta se volta para a aplicação da cartografia digital como um facilitador à iniciação digital. Vem à tona o caráter transcultural da Web e sua influência cada vez mais presente em nosso cotidiano. Concomitante a esse viés de pesquisa científica, busca-se um olhar sobre os indivíduos participantes na figura do oprimido, com um recorte baseado em Paulo Freire e seu *Pedagogia do Oprimido* (1987), onde a questão da libertação do oprimido não é tratada como um favor assistencial, mas uma condição para o desenvolvimento justo da nossa sociedade. Completa o tripé principal deste trabalho a questão da compreensão espacial dos indivíduos e a relevância da população menos favorecida saber enxergar o espaço a sua volta e sua relação com ele, para que possa exercer seu papel no tecido social de forma a se posicionar a favor de suas necessidades e anseios, conforme visto em *O espaço do cidadão* (2002), do geógrafo Milton Santos. A pesquisa foi realizada a partir da observação de quatro turmas do curso em cada uma de suas aulas, no processo de avaliação, na resposta de um questionário e na realização de entrevistas com os participantes. Os dados coletados tem como objetivo verificar a eficácia do curso como uma iniciação digital e se essa experiência agrega ferramentas para que o oprimido se liberte e melhor sua condição de vida, além de averiguar se o curso promove algum tipo de melhoria na percepção socioespacial que os alunos têm sobre si mesmos e sua relação como espaço a sua volta.

Palavras-chave: Inclusão Digital, Transculturalidade, EJA, Percepção socioespacial.

ABSTRACT

This master's thesis is intended to carry out a case study in the area of digital inclusion of young people and adults. The scenario of this research is the digital initiation course *Traçando Rotas e Redescobrendo Caminhos com o Google Maps*, held between 2016 and 2019 at the National Library of Brasília. The course uses the Google Maps site to digitally initiate young people and adults in a delicate socioeconomic situation. A proposed analysis is turned to the application of digital cartography as a facilitator of digital initiation. The transcultural character of the Web and its increasing influence on present in our daily lives. Concomitant to this scientific research bias, it seeks to find out about the individuals participating in the figure of the oppressed, with a clipping based on Paulo Freire and his *Pedagogia do Oprimido* (1987), where the question of the liberation of the oppressed is not treated as an assistance, but a condition for the equal growth of our society. Complete the main tripod of this work. the question of spatial understanding by the individuals and the relevance of the less favored population to know how to perceive the space around them and their relationship with it, so that they can exercise their roles in the social tissue in order to position themselves in favor of their needs and yearnings, as seen in *O espaço do cidadão* (2002), by geographer Milton Santos. This research was carried out from the observation of four classes of the course in each of its classrooms, in their evaluation process, from answers to a questionnaire and the conduct of interviews with the participants. The objective of the collected data is to verify the effectiveness of the course as a digital initiation and if this experience adds tools to the oppressed so they can free themselves and improve their living conditions, in addition to finding out if the course promotes some kind of improvement in the socio-spatial perception that the students have about themselves and their relationship with the space around them.

Key words: Digital Inclusion, Transculturality, Youth and Adult Education, Socio-spatial Perception.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Primeira página da Web.....	20
Figura 2: Participantes do curso por gênero	98
Figura 3: Faixa etária dos alunos do curso	99
Figura 4: Cor da pele segundo a própria percepção	100
Figura 5: Estado Civil dos participantes do curso.....	100
Figura 6: Número de filhos.....	101
Figura 7: Formação Educacional	102
Figura 8: Possui desktop ou notebook?	103
Figura 9: Possui smartphone?	103
Figura 10: Aplicativos mais usados nos smartphones – Turmas de 2019	104
Figura 11: Idade em que começou a vida profissional.	105
Figura 12: Tempo de deslocamento entre a residência e o trabalho.	105
Figura 13: Avaliação do Curso de Iniciação Digital	115

Sumário

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 – A Internet e sua crescente relação com a sociedade. Alfabetização digital, letramento digital, imersão no meio virtual e a problemática da inclusão social através destas práticas.	19
2.1.1 – A internet, seu desenvolvimento e a sua relação com o cotidiano e relações humanas.	20
2.1.2 – Inclusão digital: Perspectivas e lugar de fala. A dificuldade de analisar o tema de uma posição de privilégio.	27
2.1.3 Alfabetização ou letramento? Conceitos e definições de uma prática inclusiva.	29
2.1.4 A transculturalidade e seu impacto sobre a inclusão digital	32
2.1.5 Letramento digital: a problemática na definição e aplicação do conceito	39
2.1.6 A atuação do Estado na inclusão digital no Brasil.	44
2.2 – Resistência para uma melhor coexistência. O histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A necessidade da inclusão digital de jovens e adultos sob em um olhar que conversa com a Pedagogia do Oprimido freireana.	47
2.2.1 – Como o EJA surgiu no Brasil.	48
2.2.2 – Interculturalidade, Educação Digital e Resistência: A importância da inclusão digital de jovens e adultos sob uma perspectiva freireana.	60
2.3 A evolução do objeto da ciência geográfica e a importância de o indivíduo reconhecer a sua relação com o espaço e seu papel nele.	69
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	88
3.1 – As categorias de classificação metodológica deste estudo	89
3.2– Os instrumentos de análise deste estudo.	91
3.2.1 – O questionário	92
3.2.2 – A Observação Participante	92
3.2.3 – A Entrevista Semiestruturada	93
3.2.4 – A Avaliação do Curso de Iniciação Digital.	94
3.2.4.1 – A Estrutura do curso de alfabetização digital	95
4 RESULTADOS DA PESQUISA	97
4.1 Questionário socioeconômico e cultural: O perfil do participante do curso e sua experiência prévia em ambiente virtual.	97
4.2 A observação do curso de iniciação digital. As idiossincrasias do indivíduo em situação de exclusão digital.	106
4.2.1 Aula Um	107
4.2.2 Aula Dois	110
4.2.3 Aula Três	112
4.2.4 Aula Quatro	113
4.3 A avaliação do curso de iniciação digital	115
4.4 As entrevistas	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
ANEXOS	136

Anexo 1: Questionário Socioeconômico _____	136
Anexo 2: Aulas do Curso de Iniciação Digital _____	137
Anexo 3: Avaliação do Curso _____	144
Anexo 4: Proposta de condução da entrevista semi estruturada para o curso de iniciação digital. _____	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	149

1 INTRODUÇÃO

Para o entendimento completo do objetivo desta pesquisa, é necessário compreender o contexto em que se deu meu despertar para a investigação aqui proposta e como os elementos que constituem seu objeto de averiguação científica surgiram e me encaminharam para estudá-los com o olhar de um pesquisador, em busca de respostas para questões que ao meu ver trazem vários assuntos importantes para um debate relevante sobre a educação digital de jovens e adultos em condição socioeconômica delicada¹.

Confesso que não fui atrás dessa pesquisa, ela que se apresentou a mim de forma discreta e aos poucos foi se revelando como uma fonte de conhecimento precioso, além de uma experiência acadêmica e pessoal árdua e ao mesmo tempo gratificante, tanto no aspecto profissional, quanto na obtenção de novos conhecimentos, mas principalmente no meu aprimoramento enquanto ser humano.

Sou funcionário da Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) desde o ano de 2011. Trabalho como Analista em Política Públicas e Gestão Governamental. Entre minhas atribuições, está o dever de proporcionar a população que frequenta esse equipamento cultural, formas de serem beneficiados através de atividades culturais, programas de cursos e oficinas para aprimoramento de habilidades pessoais. Meu trabalho se dá a maior parte do tempo de forma interna, mas com o planejamento e ações voltadas para o externo, para a população que utiliza a BNB, que é formada pela comunidade, estudantes, turistas e participantes de eventos de múltiplos tipos que acontecem frequentemente no espaço em que trabalho.

No ano de 2016, fomos convidados a participar de um projeto da organização da sociedade civil, Recode², que visava equipar bibliotecas públicas para a promoção do empoderamento digital de suas comunidades próximas. Esse projeto envolvia a doação de um pequeno laboratório de informática, com equipamentos novos e adequados ao desenvolvimento tecnológico daquela época. Esses computadores que

¹ De acordo com o IBGE (2018), 60 por cento dos trabalhadores brasileiros recebe um salário mínimo ou menos o que caracteriza uma condição socioeconômica delicada.

² Fundada há 25 anos, a Recode está presente em 9 países com 1.152 centros de empoderamento digital e já atingiu mais de 1,752 milhão de pessoas. Atuam em parceria com centros comunitários, escolas públicas e bibliotecas, onde oferecem infraestrutura e ou metodologias para desenvolver na população habilidades digitais e competências socioemocionais, estimulando o protagonismo e o potencial da nova geração como agentes de transformação social. <https://recode.org.br/conheca/>

possuíam os principais periféricos necessários para sua utilização (mouse, monitor, teclado e webcam), vinham equipados com um sistema operacional atualizado e produzido pela maior empresa produtora de softwares para computadores do mundo. Além do sistema operacional, essa mesma empresa nos oferecia o pacote com seus principais programas para navegação na internet, edição de textos, criação de apresentações e de planilhas. Tudo isso de forma gratuita e numa versão bem completa. Em contrapartida à essa doação, a BNB deveria criar um projeto de empoderamento digital em benefício da comunidade à sua volta.

Uma colega de trabalho, Artani Pedrosa³, foi incumbida de comandar a criação desse projeto na biblioteca e me convidou para uma tempestade de ideias a fim de concebermos um projeto para a utilização daquele laboratório em prol da comunidade que utiliza nosso espaço.

Nossa ideia inicial era da criação de um curso para pessoas adolescentes e jovens, que envolvesse elementos como fotografia e sua percepção do espaço, mas essa ideia gerou um certo desconforto em ambos. Tanto eu, quanto Artani, queríamos que esse projeto envolvesse pessoas que realmente precisassem do empoderamento digital, não só como entretenimento ou facilitador do cotidiano, mas que pudesse gerar uma melhoria efetiva na vida dos participantes. Outro aspecto importante em nosso planejamento, é que queríamos trabalhar com pessoas de camadas econômicas mais humildes e com pessoas adultas. Ou seja, nosso público-alvo era composto por jovens e adultos, de condição financeira precária. Surgiu assim a ideia de convidarmos para a participação no curso, os profissionais de serviços gerais do Governo Do Distrito Federal. Esses são os profissionais responsáveis pela limpeza e manutenção dos prédios do serviço público do Distrito Federal. Pessoas com formação educacional básica e muitas vezes incompleta. A partir da delimitação do nosso público alvo, precisávamos decidir que seria nossa proposta de curso de empoderamento digital. Para isso, preciso voltar um pouco mais na minha biografia, pois ela é decisiva no desenrolar de toda a questão.

Eu sou um geógrafo formado pela Universidade de Brasília, em 2003. Fiz minha graduação com ênfase nos estudos da utilização do espaço urbano e na percepção

³ Gerente do Museu do Catetinho. É bibliotecária e especialista em patrimônio cultural.

humana desse espaço. Observei ao longo dos anos uma aproximação entre a geografia, a tecnologia e o usuário comum de computadores. O primeiro fato que evidencia isto é a criação do programa *Google Earth* em junho de 2001. Um software que possibilitava a qualquer pessoa no mundo com um computador adequado e uma boa conexão de internet, obter um modelo tridimensional do globo terrestre, com fotos, imagens de satélite e projeções em 3D detalhadas de diversos lugares do mundo. Era um programa que aguçava a curiosidade de conhecer virtualmente lugares que estavam a milhares de quilômetros dos usuários. Um passo importante em aliar a geolocalização à tecnologia em benefício do cotidiano da sociedade.

No ano de 2005, a empresa estadunidense de serviços online e software elevou a relação entre homem, tecnologia e localização a um novo e importante patamar com a criação do *Google Maps*. Surgia uma página na internet que não continha apenas imagens de satélite e projeções em 3D do mundo todo. Ela continha tudo isso, de forma mais acessível, intuitiva para o usuário e menos demandante para um computador. Adicione a esses fatos, as novas funções revolucionárias da plataforma do Google Maps. A página gera em detalhes mapas de praticamente todo o planeta. Esses detalhes abrangem a urbanização, o trânsito, a localização, imagens detalhadas de percursos, possibilidade de criação de trajetos, cálculo de tempo de deslocamento entre locais em diferentes modais de locomoção. E a cereja do bolo, o conteúdo é interativo, podendo ser atualizado, editado e avaliado pelos próprios usuários. Dessa forma, percebi de imediato que essa ferramenta faria parte do cotidiano humano por algum tempo e facilitaria várias de nossas necessidades e atividades.

O Google Maps não oferece muita complexidade quanto ao seu manuseio, tanto que imediatamente ao seu lançamento, ele foi incluído nos celulares através de um aplicativo. O uso de smartphones no Brasil cresceu 131 por cento de 2005 a 2013 segundo a Pnad 2013, e esses dispositivos evoluíram em suas funcionalidades a tal ponto, que se tornaram algo praticamente indispensável para se ter um mínimo de facilidade e otimização de tempo nos afazeres e necessidades do indivíduo contemporâneo. Essa característica amigável da plataforma me despertou para a possibilidade de utiliza-la como uma porta ao mundo virtual para pessoas que tinham pouco ou nenhum contato com ele.

Surgiu assim a ideia de utilizar o novo laboratório de informática doado à BNB pelo Recode, para a ministração de um curso de alfabetização digital através do Google Maps. Um curso que visa trazer ao jovem e adulto pobre, uma possibilidade de se relacionar com o mundo virtual com mais conforto e propriedade sobre ele. Que esses jovens e adultos, não só entendam como esse ambiente virtual funciona, mas que obtenham benefícios dessa relação com ele. Aprender a utilizar o Google Maps é apenas um passo (importante) para que o participante do curso comece a utilizar a internet, os computadores e celulares e perceba que muitos conhecimentos obtidos ali, podem ser aplicados no uso desse ambiente de forma geral e não apenas no Google Maps. E que isso traga esse participante para uma relação mais próxima, amigável e benéfica das tecnologias que a vida no mundo proporciona atualmente.

Junto à essa alfabetização digital, vem o aspecto geográfico do curso. Trata-se de um curso que não é apenas uma iniciação digital, mas também uma alfabetização cartográfica. O Google Maps lida obviamente com conceitos de geolocalização e cartografia e sutilmente com a percepção humana do espaço, uma vez que ele oferece a oportunidade de conhecermos milhões de lugares diferentes e exercer comparação entre eles, inclusive com os lugares do nosso espaço cotidiano.

Criamos então na BNB o curso *Traçando Caminhos e Redescobrendo Rotas no Google Maps*. Mas precisávamos delimitar o público-alvo desse curso. Fui professor de alunos do EJA ao longo da minha carreira e em dado momento e percebi a grande dificuldade e o enorme desafio que computadores e o mundo virtual apresentam para essas pessoas. Assim, surgiu meu desejo de tornar a Geografia mais palpável para esses alunos, e indo além, que através dela, seja quebrada a barreira que impede algumas pessoas de se inserirem no mundo virtual e obterem os vários benefícios do avanço tecnológico para o cotidiano do indivíduo comum.

As características e práticas que compõem o curso serão abordadas no decorrer desta dissertação. Com exposição do plano de aula, habilidades e competências almejadas a serem desenvolvidas pelos participantes e a observação da atuação e percepções dos participantes ao longo do período de aulas, avaliação e posterior entrevista. Contudo, é indispensável ressaltar que ao observar a efetividade do curso, e a relação que os participantes passaram a estabelecer com o espaço ao seu redor por conta de uma nova percepção espacial despertada pelo curso foi o fator

decisivo para que eu me interessasse em estudar num ambiente de pós-graduação, esse caso específico sob a ótica de uma prática educativa.

Assim, a pesquisa propõe a investigação do uso da Geografia como mola propulsora na inclusão sócio digital por intermédio do curso *Traçando Caminhos e Redescobrendo Rotas no Google Maps* concebido e promovido pela Biblioteca Nacional de Brasília com o apoio do Recode. Busco nesta dissertação verificar se ensino da Geografia é um eficaz meio de acesso ao mundo virtual e uma eficiente ferramenta contra o analfabetismo digital. A pesquisa visa a averiguar se noções de Geografia, podem, aliadas a uma estratégia de inclusão digital, tendo como grupo-alvo a educação de jovens e adultos (EJA), combater o analfabetismo digital e mudar a forma como o ser humano encara e influencia o seu espaço.

Essa pesquisa busca responder três questões principais. A prática de uma alfabetização cartográfica na plataforma do Google Maps é uma ferramenta facilitadora da alfabetização digital? A participação nesse curso desperta nos alunos vontade de se relacionar de forma mais próxima e com mais propriedade do ambiente virtual? O uso do Google Maps na alfabetização digital permite que os alunos consigam perceber o espaço a sua volta e sua relação com ele de forma diferente?

Dessas três questões principais parte esse trabalho. A partir da tentativa de respondê-las, passarei por outras questões que estão relacionadas aos participantes dessa pesquisa de forma importante e que exercem influência sobre suas vidas. Abordarei a questão da desigualdade social no acesso à internet e como diminuir essa disparidade é importante para ajudar na reconfiguração do lugar e voz do oprimido na nossa sociedade, como foco específico nos jovens e adultos em situação de baixa renda e pouca formação educacional formal. Também pretendo passar uma lupa sobre a questão da importância do aprimoramento educacional de alunos do EJA como condição para que eles possam ter mais e melhores oportunidades de prosperar financeira, profissional, social e educacionalmente. Em ambas questões, a relação entre o opressor e o oprimido tão discutida pelo Educador Paulo Freire será a base das análises propostas.

Na análise da percepção humana do espaço e sua importância, trarei à tona a evolução da geografia enquanto ciência e pontuarei que em dado momento a teorização nela se preocupou com essa relação homem e espaço de forma mais

atenciosa e que o homem passou a ser uma peça-chave na produção do que entendemos como espaço hoje. Para isso, me basearei principalmente nas teorias do renomado geógrafo brasileiro, Milton Santos sobre o assunto.

Após esse embasamento teórico e a relação que ele tem com o objeto deste trabalho, pretendo detalhar a metodologia da pesquisa e embasar teoricamente sua escolha, além de trazer toda a experiência de aplicação do curso, seu desenrolar e os elementos percebidos através da observação dessa experiência em repetidas ocasiões. Trarei depoimentos colhidos em entrevistas com os participantes, que descrevem o contexto pessoal de muitos deles em relação ao ambiente virtual antes, durante e após o curso e como a participação nesse curso influenciou a percepção deles sobre o espaço.

Concluirei esta dissertação com os resultados da pesquisa e as respostas que obtive para as três questões principais do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – A Internet e sua crescente relação com a sociedade. Alfabetização digital, letramento digital, imersão no meio virtual e a problemática da inclusão social através destas práticas.

Vivemos um período da história onde os avanços tecnológicos mudaram a sociedade em vários aspectos, inclusive na forma como interagimos, aprendemos e atuamos sobre a Terra. Muita dessa nova tecnologia revolucionou algumas de nossas práticas essenciais e cotidianas. Quanto ao cotidiano, a imersão na era digital fez com que várias tarefas antes muito demandantes de tempo, agora possam ser feitas de forma rápida, quase instantânea. Me refiro à comunicação via e-mails e aplicativos de mensagens, uma transação bancária ou até mesmo a busca por um endereço. A vida do ser humano comum pode ser muito facilitada pelo uso do meio virtual e isso é um fato difícil de se ignorar, mesmo aos que não tem o acesso ou o costume a esse ambiente. No tocante às práticas essenciais, a era digital nos possibilita maior alcance a informação e como consequência disso, a maior possibilidade de se obter conhecimento e formação em novas áreas e assuntos de forma virtual, rápida e com boa possibilidade de ajustar tudo isso ao nosso tempo disponível e agenda. A vida foi reconfigurada para boa parte da população mundial, com novas dinâmicas e métodos de aprendizado, comunicação, obtenção de cultura e lazer.

O ambiente virtual da era digital tem sua própria história e desenvolvimento. Cada passo à frente em sua evolução, gerou um impacto na vida humano em amplos aspectos. Social, cultural, econômico ou político, nossa evolução vem sendo alinhada ao desenvolvimento da dita *web*⁴, desde a criação da rede mundial de computadores nos anos 1990. Nossas necessidades a fazem evoluir e suas novas possibilidades fazem com que readequemos e em alguns casos otimizemos nossas práticas e cotidiano.

⁴ Substantivo feminino. Rede mundial de computadores; designação através da qual a Internet se tornou mundialmente conhecida a partir de 1991. [Por Extensão] Nome usado para designar a própria internet: ele lançou o vídeo na web. Designação da rede que conecta ou une os computadores do mundo inteiro, da World Wide Web (www). Web design. Área, ofício ou técnica de criação de sites que prioriza seus aspectos gráficos ou funcionamento estético; o profissional dessa área. Pronuncia-se: /uéb/.

2.1.1 – A internet, seu desenvolvimento e a sua relação com o cotidiano e relações humanas.

A internet tem seu surgimento em 1991. O físico e cientista da computação britânico, Tim Berners-Lee vinha trabalhando no projeto de ambiente virtual onde se pudesse acessar e armazenar informações desde 1989. Em primeiro de janeiro de 1991 entra em funcionamento o WWW, primeira página da internet (figura 1), posteriormente ele seria renomeado *Nexus*. Esse é o primeiro registro público oficial do universo virtual existente atualmente.

Figura 1 – Primeira página da web lançada em 1991:

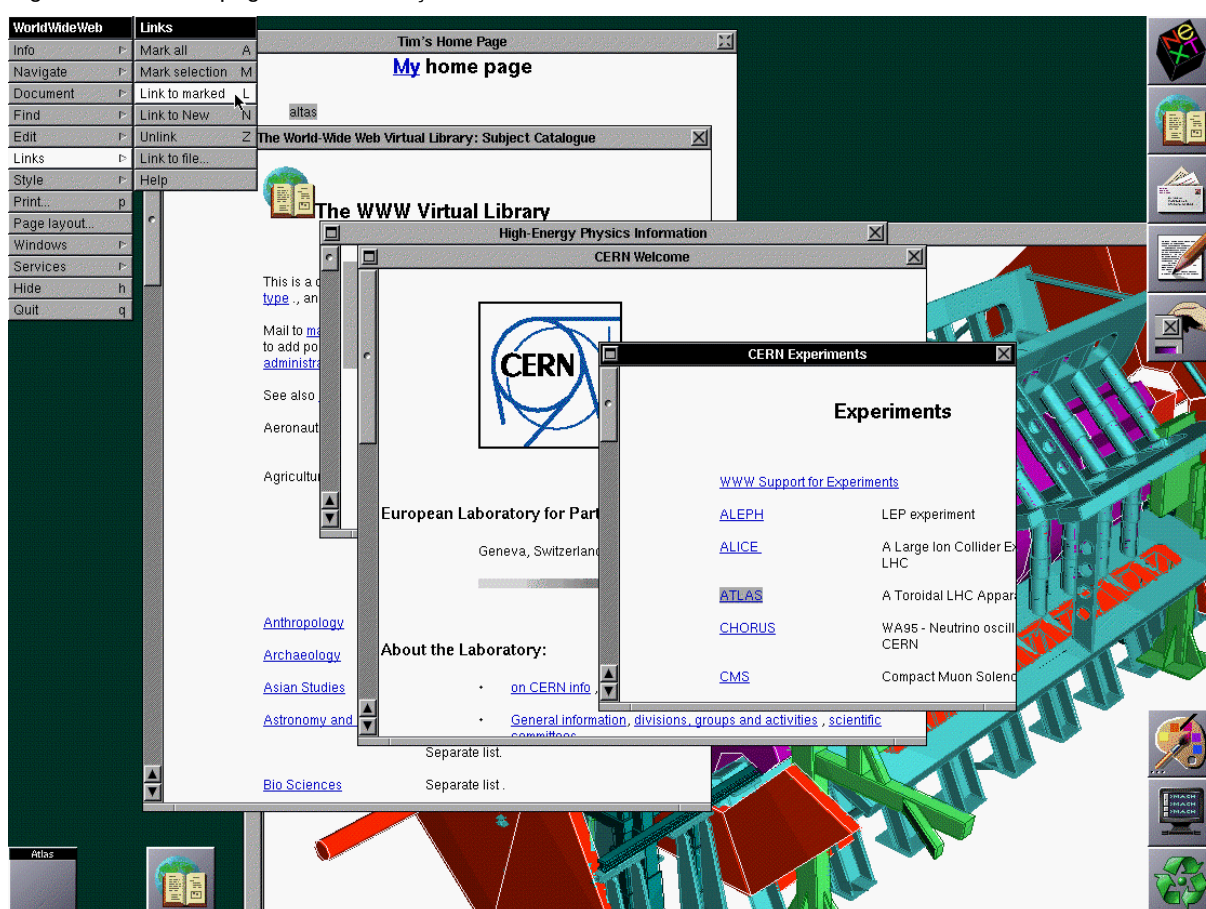


Figura 1: Primeira página da Web

https://www.w3.org/History/1994/WWW/Journals/CACM/screensnap2_24c.gif

Essa era uma iniciativa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), que visava o uso desse ambiente virtual por uma comunidade específica. Pesquisadores poderiam colocar nessa página pesquisas, seus andamentos e resultados, onde eles poderiam ser acessados por outros pesquisadores com maior rapidez e facilidade.

Note que o compartilhamento a busca e a troca de conhecimento é a mola propulsora do surgimento da internet. Esse período da internet é denominado Web 1.0.

Na época da Web 1.0, o conteúdo não permitia interação com o humano que estivesse visualizando-o. Essa é a essência dessa fase da web. Páginas com conteúdo produzido para acesso e leitura, que ficariam disponíveis lá por tempo indeterminado – muitas dessas páginas do início da internet existem até hoje, quase 30 anos depois – mas que não permitiam ao usuário uma interação dinâmica com essas páginas. Não era permitido comentar, alterar, criticar ou qualquer forma de interatividade com o conteúdo que hoje é corriqueira e comum para os usuários do ambiente virtual. Essa é a essência da Web 1.0, tornar informações disponíveis para leitura, consulta, estudos, mas sem nenhuma interação direta com o conteúdo no âmbito virtual.

Destacando a relação entre a desigualdade social no Brasil e a questão da inclusão digital no país, durante os anos 1990, época do surgimento da Web 1.0, as condições para se obter um computador não eram muito favoráveis. Todo o hardware – unidade central de processamento (CPU), teclado, mouse e estabilizador – necessário para a utilização de um usuário comum era caro e incompatível com o poder aquisitivo da maior parte da população brasileira. Computadores eram financiados por algumas famílias da classe média em diversas parcelas, que as vezes chegavam a dois anos de pagamento, fato que ia na contramão do desenvolvimento supaveloz dessas máquinas. Ao fim de dois anos de financiamento, os computadores provavelmente estavam quase obsoletos em face ao que os novos computadores evoluíam no espaço de dois anos. Chamo atenção que o fato de falar sobre os custos e evolução dos computadores nos anos 1990, se dá por dois fatores. O primeiro é que mesmo existindo bem antes da Web 1.0, os computadores só passaram a ter serventia doméstica com a invenção dela e assim se tornarem um bem de consumo em larga escala. O segundo é o fato de o computador ser o único dispositivo disponível durante aquela década que era capaz de acessar a internet.

A Web 1.0 era uma novidade impactante, mas com possibilidades limitadas. A quantidade de páginas da web para navegação nem se compara ao que temos em 2020. A internet era basicamente usada para comunicação (via e-mail), obtenção de notícias locais e do mundo, pesquisas escolares e acadêmicas nos poucos publicadores de conteúdo confiável e para conhecer pessoas através de salas de

bate-papo. Parece pouco, mas isso a fez o assunto daquela época e um novo canal de comunicação, além de uma nova forma de relacionamento entre pessoas. A novidade digital que parecia levar a sociedade a um grande passo rumo ao futuro através do desenvolvimento tecnológico materializado nos lares de alguns privilegiados na forma de um computador. Ações de empresas ligadas ao desenvolvimento de produtos para informática valorizavam vertiginosamente e as tornavam um ótimo alvo de investimentos seguros e lucrativos.

O governo brasileiro apoiou a implantação da internet no país através da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), braço do antigo Ministério da Ciência e Tecnologia responsável por implantar com abrangência nacional para os serviços de internet. Em 1992 a RNP havia interligado 11 capitais brasileira através da rede mundial de computadores, com infraestrutura física e suporte técnico para o serviço, voltado para o uso das universidades. Daí até o surgimento de diversos provedores particulares do serviço e o espalhamento da internet para o Brasil foi de certa forma rápido. De acordo com o Ibope (à época, Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística, hoje chamado de IBOPE Inteligência), em 1998, o país já apresentava o incrível número de 18 milhões de usuários residenciais de internet.

Em 1999, Darcy DiNucci⁵ em seu artigo *Fragmented Future* (Futuro Fragmentado), surge pela primeira vez com o termo Web 2.0, referindo-se ao formato que as páginas da internet deveriam seguir para acompanhar o desenvolvimento e as necessidades dos usuários. Àquela época, na virada do milênio, ficava claro que a internet teria novas funções e papéis na dinâmica das relações sociais, políticas, financeiras e culturais do planeta. As páginas da internet precisavam evoluir para acompanhar e promover a evolução da vida como um todo, em pleno desenvolvimento. Em um artigo para a *Print Magazine* em abril daquele ano, DiNucci contemplou os caminhos da evolução da web com uma visão muito precisa do que seria a internet na década seguinte, os anos 2000:

The first glimmerings of Web 2.0 are beginning to appear and we are just starting to see how that embryo might develop. [...] The Web will be understood not as screenfuls of text and graphics but as a transport mechanism, the ether through interactivity happens. It will still appear on your computer screen, transformed

⁵ **Darcy DiNucci** é uma autora, web designer e especialista em experiência do usuário. DiNucci cunhou o termo Web 2.0 em 1999 e previu a influência que teria nas relações públicas.

by vídeo and other dynamic media made possible by speedy connection Technologies now coming down the pike. The Web will also appear, in different guises, on your TV set (interactive content woven seamlessly into programming and commercials), your car dashboard (maps, Yellow Pages and other traveler info), your cell phone (news, stock quotes, flight updates), hand-held game machines (linking players with competitors over the Net) and maybe even your microwave (automatically finding cooking times for products). DINUCCI (p.220,1999)

Nesse trecho de seu artigo, DiNucci consegue projetar com extrema precisão vários dos aspectos que caracterizariam a internet e sua influência no cotidiano nos anos que se seguiriam. A autora trata da forma como a internet entraria na vida do ser humano de uma forma intensa. Em 1999 ela já conseguia perceber que aquele embrião extremamente baseado em textos e gráfico iria se transmutar em outras formas de linguagem e práticas. Se inserindo na TV, nos carros, na cozinha e em outros lugares da vida de um ser humano comum. Ela previa também o crescimento da tecnologia de transmissão desses dados, com maior capacidade e velocidade. Nesse momento nasceu o conceito que definiu a internet e parte de sua relação com o ser humano nos anos a seguir.

Porém, há uma maior profundidade e complexidade nessa relação entre a web e a sociedade, e em meados da década de 2000 ela veio à tona e encorpou o conceito de Web 2.0, considerando a parte humana da relação e a situando na dinâmica.

No ano de 2005, Tim O'Reilly⁶ lança um artigo que se tornou um marco na discussão sobre o que era a Web 2.0 e as relações tecidas entre seus componentes e através deles. Nomeado como *What Is Web 2.0*, há de ressaltar que durante muitos anos esse artigo creditou a O'Reilly a criação do termo Web 2.0, algo que como evidenciado anteriormente neste texto está equivocado, uma vez em 1999 DiNucci já havia não apenas cunhado o termo, quanto concebido teorias que o definiam de forma bem clara e que serviram como base para o entendimento dele no futuro que seguiria. O que O'Reilly faz com seu artigo supracitado, é trazer um caráter de maior complexibilidade ao termo, pois sua análise leva em conta aspectos não abordados anteriormente ao se referir à Web 2.0, mas que certamente eram parte importante do

⁶ Tim O'Reilly é o fundador da O'Reilly Media e entusiasta de movimentos de apoio ao software livre e código livre. Ele popularizou o termo open source e é também (equivocadamente) creditado como o criador da expressão Web 2.0

que aquele período da era digital estava vivenciando. O que O'Reilly trouxe de novo e relevante para o objeto que o termo descreve é uma percepção do contexto histórico e socioeconômico do desenvolvimento da internet durante o período da Web 2.0 e como esse período impactou e foi impactado pelas demandas imposta pelos usuários.

Segundo O'Reilly, a internet teve uma crise no início do milênio atual, quando “a bolha” da internet explodiu e muitas empresas voltadas para essa plataforma entraram em crise e outras até faliram. Essa crise se deu por conta da estagnação da oferta de novas possibilidades de interação e utilização da internet. O conteúdo era muito estático e centrado no que a internet fornecia oferecia aos usuários. Os ditos internautas, tinham pouca ingerência na criação de conteúdo, fazendo o papel de receptores de conteúdo envolto em merchandising na maior parte dos ambientes virtuais disponíveis até então. Boa parte das páginas vinha com o conteúdo envolto em publicidade de todo o tipo e links para propagandas de produtos de consumo.

As empresas do ramo que sobreviveram a esse estouro da bolha eram justamente as que colocavam o usuário no centro da criação de conteúdo para a web, surgindo aí o embrião do que hoje é conhecido como redes sociais.

A interatividade entre o usuário e a internet foi levada a um novo lugar. Nessa nova fase da web, o usuário foi incitado a produzir conteúdo a partir de suas próprias experiências de vida. A primeira evidência dessa nova configuração nessa relação foi o surgimento de blogs⁷ dos mais diversos assuntos. Pessoas se dispunham a escrever suas impressões (muitas vezes sem qualquer conhecimento técnico ou científico) sobre algum tema específico e publicar em sites pessoais e grátis em sua maioria. Isso era acompanhado por gente interessada em saber mais sobre determinado tema ou querendo compartilhar suas impressões sobre ele.

A produção de conteúdo pessoal do usuário comum na internet se diversificou. Surge então uma necessidade de agregar essa diversidade de conteúdo e opiniões e gerar uma interatividade entre esses usuários da internet. Isso atrairia cada vez mais um maior número de pessoas conectadas, massificando o uso do computador e em

⁷ Blog é uma palavra que resulta da simplificação do termo weblog. Este, por sua vez, é resultante da justaposição das palavras da língua inglesa web e log. Web aparece aqui com o significado de rede (da internet) enquanto que log é utilizado para designar o registro de atividade ou desempenho regular de algo.

seguida, de outros tipos de dispositivos digitais com a opção de navegação na internet. O ser humano foi estimulado a se divulgar nessa nova realidade virtual. O surgimento do Orkut⁸ em 2004, é uma evidência desse novo passo na produção de conteúdo e interrelação entre internet e usuários. Muitas de suas comunidades funcionavam como blogs para a discussão dos mais diversos assuntos que se possa imaginar.

Na década passada, o Google revolucionou a forma como o usuário atuava na internet. A empresa americana colocou o usuário no centro da produção de conteúdo virtual e o equipou com ferramentas para essa finalidade. Com base na criação de uma conta no Google, o usuário contava com muitas possibilidades. Armazenamento de diversos tipos de arquivos pessoais online, surgindo aí o conceito de nuvem na internet, um cofre pessoal e de fácil compartilhamento de conteúdo, o Google Drive. Disponibilizou um espaço específico para armazenamento e edição de imagens que o usuário utiliza principalmente para suas próprias fotos produzidas digitalmente, o Google Fotos. Lançou uma plataforma de compartilhamento online de vídeos, onde se pode assistir esse conteúdo e interagir com ele através da opinião dos usuários sobre o que está sendo mostrado ali, o YouTube. Tudo isso através de uma simples conta de usuário, em qualquer tipo de navegador (o nativo do Google ou de outras empresas produtoras de ferramentas para a internet), mas primordialmente do fato singular de se ter a possibilidade do acesso à internet. A internet se torna uma forma de se sentir incluído socialmente ao disponibilizar tantas possibilidades de produção de conteúdo e interatividade.

Na mesma época, se fortalece o e-commerce⁹. A comercialização digital de produtos de todo tipo, ordem e origem. O pagamento virtual por esses produtos é uma prática que considero um passo importante digitalização do cotidiano humano. Começou a ser praticado através de cartões de crédito, o que põe e evidência a necessidade de uma boa reputação financeira, uma vez que essa a possibilidade

⁸ Orkut foi uma rede social filiada ao Google, criada em 24 de janeiro de 2004 e desativada em 30 de setembro de 2014. Seu nome é originado no projetista chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro turco do Google. O alvo inicial do orkut era os Estados Unidos, mas a maioria dos usuários foram do Brasil e da Índia.

⁹ Comércio eletrônico, e-commerce, comércio virtual ou venda não-presencial, é um tipo de transação comercial feita especialmente através de um equipamento eletrônico, como, por exemplo, computadores, tablets e smartphones.

dessa modalidade de pagamento leva em conta o perfil financeiro do usuário. O e-commerce facilita a obtenção de produtos ao redor do mundo e deixou as vidas de muitas pessoas ainda mais práticas. O e-commerce se provou tão forte que impulsionou o surgimento de uma moeda digital e totalmente virtual, a bitcoin¹⁰. Essa moeda tem sua própria cotação no mercado de investimentos financeiros e se tornou uma forma prática para a circulação de capital na internet.

O caráter multimídia da internet atrai o ser humano de forma tal, que muitos de nós estamos imersos nessa plataforma. Entretenimento, negócios, educação, trabalho, arte, são algumas das possibilidades que a internet proporciona ao ser humano e que são extremamente aproveitadas pela população que tem acesso e propriedade sobre o uso dela. Friso aqui que o uso dos termos “acesso” e “propriedade” são muito relevantes para a discussão que esta dissertação está propondo. Se os benefícios que a internet pode trazer para nosso cotidiano são grandes e cada vez mais indispensáveis, o fato desses benefícios não estarem ao alcance de todos num mundo tão globalizado, seja por limitação financeira ou educacional é uma condição alarmante quando se trata da desigualdade social.

Ainda no tocante à evolução da internet, estamos em um período de transição no que a caracteriza. Esse período é chamado de *Web 3.0* ou *Web Semântica*. O termo *Web Semântica* foi usado pela primeira vez no ano de 2001, na publicação americana, *Scientific American*, porém o começo de sua implantação data do ano de 2009 e ainda está em processo atualmente. O desenvolvimento da web aponta agora para agregação e integração de informações e não tem mais o usuário no centro de seus objetivos. Esse objetivo está baseado no desenvolvimento tecnológico e de infraestrutura que atenda essa demanda por uma nova forma de mostrar as informações e interagir com os usuários de forma que os serviços e possibilidades estejam de tal forma entrelaçados que permitam aos provedores de conteúdo e

¹⁰ Segundo a Revista InfoMoney, o Bitcoin é uma moeda digital, utilizada para comprar e vender produtos e serviços pela internet. o Bitcoin hoje só existe no meio virtual, sendo guardadas em uma carteira digital. A moeda surgiu em 2009, como uma forma de facilitar as negociações pela internet. Não se sabe muito sobre o seu criador, apenas que se trata de um programador, ou grupo de programadores, que utiliza o pseudônimo de Satoshi Nakamoto.
<https://www.infomoney.com.br/colunistas/moeda-na-era-digital/dez-formas-de-explicar-o-que-e-bitcoin/>

serviços e às plataformas digitais de uma forma geral armazenar uma vasta gama de informação sobre o usuário para que otimizem o atendimento as suas necessidades e lhes ofereçam produtos que predigam com boa exatidão a necessidade de cada um deles, de acordo com as informações de seu perfil armazenadas em todas as suas atividades online. É uma internet que visa levar o mundo digital a um patamar de interatividade tão intuitivo, que possa dizer ao usuário o que ele precisa de acordo com necessidades expressas em seu comportamento no ambiente virtual e não em suas ações e demandas diretas.

2.1.2 – Inclusão digital: Perspectivas e lugar de fala. A dificuldade de analisar o tema de uma posição de privilégio.

A proposta de pesquisar e produzir material científico no tema inclusão digital, passa primeiramente pela dificuldade em definir do que trata a inclusão digital e que recortes dela são adequados para uma pesquisa, de acordo com o lugar de fala que cabe ao pesquisador.

Quando se fala de inclusão, pressupõem-se que o indivíduo incluído faz uma análise da situação do excluído. Há uma carga de experiências humanas e sociais que induz a pessoa em situação privilegiada a se enxergar como tal. Surge nessa parcela da sociedade a noção do alvo a se alcançar, que é exatamente o lugar onde ela se encontra. O que não está nessa condição, é visto como alguém subjugado pelas condições lhe impostas e necessitado de um olhar de compaixão por parte do privilegiado. Ora, essa visão não é totalmente equivocada quando se analisa um ser humano ou uma parcela da população enquanto excluído, mas passa pela arrogância de pressupor que o excluído quer alcançar o mesmo lugar de fala e posição social de incluído.

Em pesquisa bibliográfica, alcancei Buzato, que em seu artigo *Inclusão Social Como Invenção do Quotidiano* (p.325 a 342, 2008), analisa esse mesmo paradigma de forma consoante com o que esta pesquisa propõe. Ele discorre primeiramente sobre o lugar de fala do incluído e das condições que o fizeram perceber outros na categoria de excluídos:

Na maior parte dos casos, porém, quem fala em inclusão fala do lugar de incluído, isto é, fala como alguém que se entende como pertencente a um contexto estável e homogêneo no qual o objetivo ou ideal que aqueles termos desgastados descrevem

teria sido plenamente alcançado, alguém que já definiu aquilo que é, tem ou faz como o bom e necessário para todos, e que está disposto a trazer para esse mesmo espaço o “excluído”, isto é, aquele que, por influência do destino, da natureza, da tradição, de seus próprios hábitos, da sua própria ignorância ou de alguma fatalidade histórica, não “adentrou” tal condição. Nesse sentido, “inclusão” desliza para o sentido de hegemonia, isto é, para um processo de subordinação de significados, valores, crenças de grupos subalternos aos de uma classe superior, por meio da direção e do consenso. Inclusão digital, por conseguinte, denotaria uma faceta desse processo relacionada às tecnologias que são fundamentais para a manutenção e ampliação dessa hegemonia.

O comportamento do incluído é exacerbadamente hegemônico, e essa hegemonia o faz submeter uma série de significados ao seu ponto de vista. Uma vez nesse lugar de privilégio, – ao seu ver – ele submete a tecnologia ao dispor do seu olhar para os menos favorecidos e se apropria dela como uma ferramenta para tirar o excluído de seu canto obscuro para a iluminação da inclusão. Mais do que o caráter humano e solidário, a inclusão digital para o incluído é uma maximização e maior abrangência da percepção que ele tem do seu lugar de fala na sociedade, é partilhar o bem estar social com os menos favorecidos.

Torna-se crucial para esta pesquisa observar as dinâmicas da inclusão digital e seus atores sociais (incluídos e excluídos) em uma ótica voltada para a cidadania, dignidade e justiça social e não como a repetição de um padrão de comportamento hegemônico. Conforme Buzato analisa no mesmo artigo de sua autoria, a inclusão digital pode ser vista e utilizada com um olhar para o outro enquanto igual, mas que no momento se encontram em situações diferentes e através dessa prática subverter as relações de poder em vigência e estancar a corrente de hegemonia que a população privilegiada tende a tentar impor à população em condição social delicada:

Dessa outra perspectiva, inclusão e exclusão não são sinônimos de “estar dentro” e “estar fora”, partilhar do consenso ou alienar-se: são dois modos simultâneos de estar no mundo. Trata-se de uma perspectiva baseada na heterogeneidade (da linguagem, da cultura, do sujeito e da tecnologia) a partir da qual é possível perceber que somos sempre iguais e diferentes dos outros, que estamos sempre incluídos e excluídos ao mesmo tempo: inclusão, então, seria a possibilidade de subversão das relações de poder e das formas de opressão que se nutrem e se perpetuam por meio da homogeneização, da padronização, da imposição de necessidades de alguns a todos e do fechamento dos significados das novas tecnologias da comunicação e da informação (doravante, TIC) em função de tais necessidades.

Assim como em Buzato (2008), o caminho desta pesquisa foi pavimentado na intenção de encarar todos com a mesma importância, considerando que estar dentro

ou fora do meio digital é uma condição, não uma definição de cada indivíduo e que através do olhar ao próximo enquanto igual, a inclusão digital vise uma sociedade mais homogênea no que diz respeito aos direitos e o bem do todo e não das partes, mas que não ignora uma vontade clara de que através da inclusão digital, os indivíduos tenham oportunidades e chances menos disparelhas no futuro, com um viés sempre voltado para o exercício pleno da cidadania, do respeito ao próximo, mas respeitando o caráter heterogêneo de cada um, preservando sua herança cultural, história e objetivos de vida. O “outro” não deve ser considerado um meio para alcançar um alvo, mas o alvo em si quando o assunto é desigualdade social e inclusão, seja ela em qual aspecto e forma considerada. Promover inclusão não significa tornar o que é encarado como excluído, igual ao que é visto como incluído. Inclusão é dar melhores oportunidades aos desfavorecidos, para que possam alcançar o que almejam, seja esse alvo do interesse pessoal do incluído ou não. Levando-se em conta que as noções de inclusão ou de exclusão são construções sociais e dependem de um ponto de vista e de uma série de fatores, indicadores e regras para serem definidas, está pesquisa se baseia no ato de inclusão digital como uma possibilidade para o indivíduo, não uma condição para seu viver e desenvolvimento. Conforme Demo (2007) propõe em *Marginalização Digital*:

Ser diferente não é ser desigual necessariamente, mas, no campo dialético de força da sociedade, diferenças facilmente evoluem para inferioridade ou superioridade. A exclusão que nesta dinâmica ocorre não é estanque, mas gradativa e relativa, tratando-se, pois, de marginalização.

Delimita-se aqui uma linha de pensamento para esta pesquisa, em que o fato preponderante gerador da exclusão digital é a desigualdade social e que o objetivo de promover a inclusão digital respeita a individualidade, as necessidades e as vontades do indivíduo que é visto como excluído, pois seguindo essas premissas, visa-se o combate a marginalização e homogeneização social.

2.1.3 Alfabetização ou letramento? Conceitos e definições de uma prática inclusiva.

O termo inclusão digital tem como objetivo descrever uma prática calcada na (controversa) certeza que o desenvolvimento social passa pela imersão de um indivíduo no meio digital. A associação do ser humano às novas Tecnologias da

Informação e Comunicação (TIC) dentro de um planejamento eficaz e previsível, se tornou um fator levado em alta consideração quando são analisados os níveis de desigualdade social. Conforme Reding (2006), as novas TIC tem sido vistas como uma ferramenta chave para o desenvolvimento social, incremento na criação de empregos e na inovação, pois seu amplo uso pelos setores da economia denotam uma oportunidade de maior competitividade, desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Essa inclusão pressupõe a grosso modo o uso de dois pré-requisitos básicos para que seja alcançada com a devida eficiência. Possuir o equipamento necessário para a interagir com o mundo virtual. Computadores, tablets, smartphones, rede com acesso à internet, tratam-se de condições mínimas para o desempenho do ator social no mundo virtual. Além delas, a eficácia desses equipamentos está atrelada a capacidade do usuário em compreender, interagir e otimizar o uso dessa plataforma. Ou seja, exige um grau mínimo de capacitação no manuseio e utilização dessas novas TIC.

Essa noção de inclusão evidencia uma tendência dos tempos atuais, que enlaça linguagem, sociedade e tecnologia em uma relação que visa o desenvolvimento social e a diminuição das desigualdades sociais. Mas essa tendência data desde os tempos do desenvolvimento do Estado-Nação na Revolução Industrial e se perpetuou até hoje nos tempos da globalização. Quanto mais domínio o indivíduo tiver das tecnologias de seu tempo e facilidade em se comunicar, maior a chance de estar bem posicionado na sociedade. Esta é uma ótica específica do conceito de inclusão social e se repete há alguns séculos.

Esse domínio da tecnologia e sua linguagem, vem conforme vários trabalhos sobre o tema, através da alfabetização digital. Esse conceito pode variar bastante de acordo com o autor e com os conceitos disciplinares aplicados quando do seu uso. Comumente é associado ao ato de possibilitar o acesso do indivíduo às TIC e seus benefícios, o que em uma análise mais profunda é uma definição equivocada quanto ao objetivo real de se expandir o uso da tecnologia digital e do ambiente de internet. O que se busca na verdade é que o indivíduo se acostume de tal maneira à essa tecnologia que não venha apenas a dominar parte importante de seu uso, mas que gere conteúdo através dessa experiência e tenha uma visão crítica do papel que ele pode exercer através dela. O que faz com que esse conceito, não seja apenas uma alfabetização e sim um letramento. Surge assim, o conceito de letramento digital.

Ao analisar-se os significados das duas palavras – alfabetização e letramento – têm-se uma compreensão mais ampla da diferença entre as duas práticas. De acordo com Soares (p1, 1999), ao analisar semanticamente a palavra alfabetização chega-se ao conceito a seguir:

“**Alfabet + izar - izar:** sufixo, indica: tornar, fazer com que. Exemplos: suavizar: tornar suave; industrializar: tornar industrial. Alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever. Alfabetização: ação de alfabetizar. **Alfabet + iza(r) + ção - ção:** sufixo que forma substantivos indica: ação Exemplos: traição: ação de trair nomeação: ação de nomear Alfabetização é a ação de alfabetizar, de tornar "alfabeto".”

Uso essa referência pois sintetiza a percepção geral da bibliografia, que define o conceito em sua forma mais crua. Assim, alfabetizar é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever. Levando esse conceito para o ambiente digital, é o ato de tornar uma pessoa capaz de entender a linguagem no ambiente digital e conseguir se comunicar e interagir com ela e através dela. É um conceito que supõe que um indivíduo alfabetizado digitalmente consegue fazer o básico nesse ambiente. Ler, entender, digitar, escrever, enfim se comunicar e ser comunicado através dele.

Já o Dicionário Online de Português (**Dicio**), define letramento como “*Processo pedagógico de aquisição e domínio da capacidade de ler, escrever e interpretar textos; alfabetização: o nível de letramento dos alunos. Ação ou efeito de escrever; escrita.*”. Veja que o conceito de letramento abarca a alfabetização. Ele leva a alfabetização para um novo lugar, a torna um instrumento. Através da alfabetização, o letramento visa que a capacidade de ler e escrever de um indivíduo o leve a interpretar textos. Ter uma visão crítica, pessoal sobre determinado assunto. Transpondo esse conceito para o ambiente digital, o letramento tem como alvo tornar o indivíduo capaz de entender aquele ambiente. Mais do interagir, infere-se que um indivíduo digitalmente letrado compreende aquele ambiente, sua linguagem, suas ferramentas, objetivos e possibilidades. O indivíduo letrado se apropria do mundo digital e atua nele com autonomia e fluidez. O letramento digital assim se torna uma prática mais profunda e ampla do que a alfabetização digital. A alfabetização digital é um passo, uma ferramenta para a prática do letramento digital. Para esta pesquisa, foi usado inicialmente o objetivo de promover letramento digital através de um curso na Biblioteca Nacional, mas esse conceito e objetivo se adaptaram com uma maior compreensão das possibilidades e objetivos do trabalho como será exposto em outro

capítulo. Ainda assim, o letramento digital foi o ponto de partida desta dissertação, mesmo não sendo seu ponto final, como será evidenciado mais à frente.

2.1.4 A transculturalidade e seu impacto sobre a inclusão digital

Desde o século XVIII, há na sociedade o conceito de uma identidade cultural única, que tinha como objetivo consolidar a unificação de um território e a soberania de uma nação. Este conceito nasce com Johann Gottfried Von Herder¹¹, que o organizou sobre três princípios fundamentais. O primeiro é que a cultura deve moldar toda a vida de um povo, com seus símbolos e objetos bem individualizados e característicos demonstrando a unicidade daquele povo específico. O segundo é que a cultura deve sempre ser um povo, subentendo que os traços culturais de um povo devem ser preservados, massificados e restrito a um povo apenas. Mais uma demonstração da intenção de obter a singularidade dentro de um povo. O terceiro é que a cultura de um povo deve ser restrita a ele e assim evitar-se a influência de outras culturas, ou seja, deve ser essencialmente distinta e separada de outras culturas, o que fortalece a característica separatória dessa conceitualização proposta por Herder na Alemanha durante a ocorrência da Revolução Industrial. Uma proposta que visava facilitar a unificação dos territórios que viriam a compor esse país e que desde então já tinha em si nuances do que nortearia o regime nazista.

A insustentabilidade desses três elementos é clara atualmente. Ao analisarmos as sociedades contemporâneas, percebe-se que mesmo com suas características próprias e que de certa forma a diferenciam seja de forma óbvia, seja de forma tênue umas das outras, elas são marcadas por uma multiculturalidade. Abrangem em si uma grande variedade de modos e estilos de vida. Isto é percebido com um breve olhar para as grandes cidades de nosso tempo. Elas possuem bairros com características bem distintas, uns compostos por pessoas de alto poder aquisitivo, com residências de grande porte e um vasto equipamento de segurança ao redor delas, outros compostos por pessoas à margem da sociedade, vivendo em precariedade infra estrutural, por conta de sua condição financeira delicada e em residências minúsculas e que muitas vezes comportam mais de um núcleo familiar. Essa desigualdade

¹¹ **Johann Gottfried von Herder** (Mohrungen, Prússia Oriental, 25 de agosto de 1744 — Weimar, 18 de dezembro de 1803) foi um filósofo e escritor alemão.

também se reflete nas características culturais diferenciadas dentro de um mesmo povo.

Outra característica da proposta de Herder que se esvaiu, foi a questão étnica. A maior parte das sociedades do planeta são miscigenadas atualmente. As origens de um povo bebem em várias fontes culturais e étnicas. Apesar de ficcional, essa proposta de Herder demonstra-se extremamente perigosa, como podemos ver claramente nos conflitos raciais e étnicos que estouram frequentemente ao redor da Terra. Uma vez que se acredite nessa separação entre raças e etnias por territórios, a supremacia racial passa a ser um óbvio próximo passo para um povo. Dentro do mesmo pensamento, Herder não considerou também as diferenças de gênero e orientação sexual. A sociedade é claramente composta não somente de homens e mulheres, mas também de heterossexuais e a comunidade LGBTQIA+. Gêneros com características distintas, pessoas com comportamentos e relações diferentes com a sociedade e o meio ambiente, todas elas merecedoras dos mesmos direitos e deveres. Isso é uma evidência de como a unicidade proposta por Herder era utópica.

Herder buscava através de suas teorias propor uma cultura que gerasse separação externa e homogeneização interna. Defendia a exclusão do que era estranho, demonstrando um racismo cultural que posteriormente seria politicamente perigoso. Em boa hora, mesmo com traços desse pensamento ainda presentes em nossa sociedade, a percepção geral é de que ele é ultrapassado e as lutas sociais e leis estão gradativamente para isso. Era um modelo de cultura obsoleto e perigoso, além de insustentável. Esse separatismo em forma de cultura foi a mola propulsora das grandes guerras do século XX e todo o dano que elas causaram.

Surgiram em seguida os conceitos de interculturalidade e multiculturalidade, porém ambos são quase tão inadequados quanto o conceito tradicional de Herder. Baseado em *Transculturalidade – As Formas Intrincadas das Culturas Hoje* (1999) de Wolfgang Welsch¹², esses conceitos não atingem o que é a cultura atualmente.

¹² *Wolfgang Welsch* was born in Berlin in 1944. He graduated from high school and studied acting until he was arrested by the East German secret police, the Stasi, and was imprisoned as a political detainee. After his freedom was purchased by West Germany in 1971, he studied sociology and politics, later earning his doctoral degree in England in 1977. All the while, he assisted a large number of people in fleeing from the GDR. In 2015 he was awarded the Robert Schuman Medal of Honor by the European Parliament in Strasbourg for his great and heroic service in bringing about German and European unification.

Segundo Welsch, a forma como Herder considerava as culturas como ilhas ou esferas, e essas unidades acabavam fatalmente colidindo uma com a outra e desse choque cultural não havia uma mistura entre as culturas e sim uma sobrepujança de uma à outra. O conceito de interculturalidade comete o mesmo erro de Herder ao considerar a cultura de um povo como algo isolado e sem interferência. Mesmo visando uma forma dessas culturas se compreenderem, se reconhecerem e conviverem umas com as outras, esse conceito falha por ainda estar infectado pela noção tradicional de cultura, como a de Herder, uma concepção que compreende a cultura como um objeto separado de cada povo e incapaz de se comunicar com outros objetos, ou culturas. A interculturalidade é melhor intencionada que a cultura tradicional, mas ainda assim limitada e sem profundidade por conta de sua própria raiz.

Já a multiculturalidade segundo Welsch se torna um conceito muito próximo da interculturalidade. A multiculturalidade compreende buscar formas de diferentes culturas conviverem entre si e isso é claramente um problema, uma vez que novamente considera a identidade cultural como um traço homogêneo e único de um povo. A diferença é que a multiculturalidade considera essas culturas dentro de um mesmo espaço ou comunidade. Esse conceito encara a mesma problemática que interculturalidade encontra para transpor barreiras, a ineficácia que os esforços produziram ao partirem do pressuposto que os traços culturais de cada grupo são homogêneos. A compreensão tradicional de cultura impede uma pluralização e a transposição das barreiras que limitam sua influência e abrangência. Inclusive promove a guetização e o fundamentalismo cultural ao apelar para uma identidade cultural particularizante, mesmo que vise que essa identidade em contato com outras identidades culturais, tome novas características.

Então para Welsch, tanto a concepção tradicional de cultura, quanto a interculturalidade, quanto a multiculturalidade apresentam um problema conceitual mútuo que as limitam enquanto proposta de análise de um contexto. Todas elas consideram a cultura de um povo algo homogêneo e individual, fato que vemos que não se reproduz dessa forma atualmente. Essa constituição cultural alterada que se observa hoje em dia, é o objeto descrito pela transculturalidade.

A transculturalidade é formada na complexidade das culturas modernas e na diferenciação entre elas. Nessa complexidade os aspectos culturais tem origem e consolidação numa gama vasta de grupos, comportamentos, experiências e

interações entre os diferentes grupos e elementos que a constituem. Essa interrelação dá origem a novas práticas culturais, novos grupos culturais e novas experiências culturais, emergindo assim uma cultura – ou várias - em constante mudança e evolução.

Os estilos de vida não se encarceram em territórios nos tempos atuais. As práticas de um povo estão globalizadas e se reproduzem de forma muito similar em vários lugares diferentes do planeta. Por exemplo, um professor universitário no Brasil é capaz de ministrar a mesma disciplina em outro país, as vezes até mesmo sem a barreira da língua e esse ensino ser eficaz e apreendido da mesma forma que no país de origem. A aplicação desse conteúdo de forma prática pode ser ligeiramente diferente em outro país, de acordo com as necessidades, recursos e demandas locais, mas esse conhecimento não se encerra em si, carrega traços culturais do portador dele, através de sua visão e suas experiências dentro do tema. Experiências essas que foram vivenciadas em contexto espacial diferente de vários países do mundo, mas que podem servir para aplicação e solução de problemas independentemente da localização. A educação e a ciência são bons exemplos de como a vida contemporânea se tornou transcultural.

A interdependência econômica, a comunicação real e virtual que se espalha pelo planeta, as facilidades de deslocamento rápido entre os países e a difusão do aprendizado de novos idiomas fez com que a vida atualmente demonstre um vasto intercâmbio de informações, experiências, produtos e cultura. As culturas estão se tornando híbridas¹³. É lógico pensar que processos de escravização e colonização ajudaram a promover essa característica no cenário mundial ao longo de vários séculos, mas não se pode ignorar a fluidez com que o ser humano está em contato com elementos, experiências e influência de várias culturas diferentes da sua no cotidiano atual. Hoje culturas diferentes enfrentam questões e problemas em comum seja na área de ecologia, urbanismo ou de direitos humanos. Países com cultura muito apegada à visão tradicional de Herder sobre o tema, passam pelas mesmas questões que países mais abertos a outras culturas, pois a transculturalidade é inevitável em um mundo tão globalizado e interligado.

¹³ [Sentido Figurado] Caracterizado por ser composto por elementos diferentes.

O típico e o estranho se tornam ocorrências raras. Comportamentos típicos de uma cultura, passam a ser reproduzidos em outros lugares onde anteriormente eram estranhos. Veja a amplitude de alcance dos restaurantes de *fast food* no planeta. Um traço cultural estadunidense foi assimilado por culturas muito fechadas e tradicionais como a da China. Esse fenômeno não apaga o traço cultural regional, mas conforme Welsch explana, “*Hoje nas relações internas de uma cultura – entre os seus diferentes modos de vida – existe estranheza tanto como nas suas relações externas com outras culturas.*” e isso é uma consequência da transculturalidade numa análise macrocultural.

Trazendo a percepção e análise do fenômeno da transculturalidade para um nível microcultural, percebe-se a influência que o indivíduo recebe de várias culturas diferentes. Também somos exponentes do hibridismo cultural. Quantos autores de diferentes países e com diferentes culturas são utilizados como referencial para produções acadêmicas e científicas nas universidades? Incontáveis. Basta ler o referencial bibliográfico ao fim desta dissertação para se ter uma ideia da veracidade dessa afirmação. Essa verve híbrida na formação cultural não anula a identidade nacional de um indivíduo, mas também não é contida por ela. Um argentino vai continuar sendo um argentino, mesmo que incorpore ao seu cotidiano aspectos da cultura turca ou japonesa, salvo o caso de ele passar por um processo de naturalização e obter a nacionalidade de um país que não seja o de sua origem. A liberdade de diferenciação entre identidade nacional e cultural deve ser buscada, pois se trata de um direito básico em vários estados-nações. Ficar arraigado a cultura nacional tradicional é abrir mão da oportunidade de vivenciar o mundo e a vida com maior plenitude e versatilidade.

Aplicando a transculturalidade ao campo da educação e partindo do pressuposto que o mundo está cada vez menos limitado pelas barreiras territoriais, torna-se de extrema relevância para essa pesquisa explorar o impacto transcultural nas TIC e sua aplicação no letramento digital.

As novas tecnologias de informação e comunicação não rompem com a relação anteriormente estabelecida entre tradições, linguagem, tecnologia e educação, mas incrementam essas relações e a redefinem seus alcances, influências e dinâmicas. Na realidade esses elementos passam a se articular mais complexamente e com maior contradição, fazendo com que a concepção de letramento digital também necessite passar por uma análise com um novo enfoque e com diferentes objetivos.

Através intensificação das relações entre indivíduo e as novas TIC's, a transculturalidade alcança novos objetivos que conseguem transcender as culturas mais diversas e anteriormente tradicionais. Surge uma dialógica cultural incentivada pela alta rapidez e massificação da informação no ambiente virtual. Essa plataforma não é apenas um mercado de transações e comunicação em larga escala e múltiplos canais. Ela também possibilita o acesso a novos conhecimentos e informações. Há na internet uma janela para um horizonte que apresenta múltiplas possibilidades de contato com novas culturas e aprendizados. Como Coll¹⁴ (p.86, 2000) afirma:

A abordagem dialogal repousa sobre o postulado de que ninguém isoladamente (quer se trate de uma pessoa ou de uma cultura) possui a capacidade de alcançar o horizonte universal da experiência humana e que somente se as regras do diálogo não forem postuladas unilateralmente, o Homem poderá atingir uma inteligência mais profunda e mais universal de si mesmo, para assim alcançar sua própria realização.

Essa unilateralidade é substituída por conhecimentos vindos de várias direções e de múltiplas experiências. Há uma riqueza de conhecimentos ao alcance de comandos simples em um dispositivo digital. Desde uma simples receita gastronômica até uma complexa tese de doutorado. A internet oferece visões variadas e muitas vezes substanciais de diversos assuntos e temas. Práticas e aspectos culturais que antes estavam geograficamente afastados da parcela menos privilegiada economicamente da população, hoje se apresentam, ou melhor, são oferecidos a quem possui acesso virtual, dispositivos que possibilitem ele e principalmente capacidade de operar esse conjunto de tecnologias de forma que possa obter contato com essas novas culturas.

O conhecimento humano se origina em seus processos históricos e culturais. E vários desses processos são advindos da interação entre os seres humanos, seja ela real ou virtual, direta ou indireta. Como Morin (1998. p.28) define:

A cultura fornece ao pensamento as suas condições de formação, de concepção, de conceitualização. Impregna,

¹⁴ **Agusti Nicolau-Coll** was born in 1962 near to Barcelona, Catalonia. BA in Geography and History (University of Barcelona, 1988), MA in Geography (University of Québec at Montreal). In charge of the Cultures and Development Department at the Montreal Intercultural Institute from 1990 to 1995. Coordinator of the chapter of Intercultural Relations at the Centre for Social Innovation in Barcelona (1996-99). Founder and director of Intercultura - Centre for Intercultural Dialogue in Catalonia (2000-03). He is author of many articles on cultural diversity and intercultural relations, in Catalan, French, Castilian and Portuguese. He is interested at the questions concerning the updating of traditional approaches as alternative solutions to the modernity. He is a traditional catholic, far from both progressist and conservative or integrist approaches.

modela e eventualmente governa os conhecimentos individuais. Trata-se aqui não tanto de um determinismo sociológico exterior quanto de uma estruturação interna. A cultura e, via cultura, a sociedade estão no interior do conhecimento humano.

A dialógica cultural se torna necessária para o alcance de um maior desenvolvimento social e comporta uma troca de cultura (um comércio cultural), muito diferente da cultura industrial que permeia nossas relações econômicas e trabalhistas. É o aperfeiçoamento pessoal através do contato com informações intelectualmente mais ricas e interativas, como arte, literatura, música e ciência.

A internet maximiza as possibilidades do dialogismo entre as mais diversas culturas, mas para que essa relação produza efeito engrandecedor nos indivíduos, ela precisa estar baseada no conhecimento, pois o conhecimento é o canal para a formação de cidadãos capacitados a exercerem seu papel com sabedoria e usufruindo da totalidade de seus direitos. A transculturalidade possibilita ao cidadão não apenas a aquisição de um novo saber que antes era territorial, mas de novos saberes que podem dar origem a novas práticas culturais.

A transculturalidade vai além da interpretação de uma cultura por outra cultura e também não se restringe a fecundação de uma cultura por outra cultura, mas a mesma assegura a tradução de uma cultura para qualquer outra cultura, através do sentido que une as mais diferentes culturas, mesmo que as ultrapassando.” (Nicolescu¹⁵, 1999 apud. Neiva et al, 2007, p.6).

Nesse cenário de intenso dialogismo entre culturas, ser um indivíduo que consegue se apropriar das novas TIC de forma a atuar nessa conversa/relação/fenômeno é imperativo para que o conhecimento se espalhe, seja plantado e frutifique em forma de cidadãos melhor informados e cientificamente abastecidos de novas ideias e capacidades.

¹⁵ Basarab Nicolescu, romeno, é professor de física teórica da Universidade Pierre e Marie Curie, em Paris, onde foi fundador do Laboratório de Física Teórica e de Altas Energias. É também presidente do **CIRET**, Centro Internacional de Pesquisas e Estudos Transdisciplinares, fundado na França em 1987. Na última década, Nicolescu têm produzido diversos textos que procuram desvendar as relações entre arte, ciência e tradição, propondo novos modelos de pensamento que possam resgatar à cultura e à sociedade um ser humano mais completo, capaz de enfrentar os desafios da *complexidade* - a intrincada teia de relações entre conhecimentos, disciplinas e sistemas (naturais, culturais e econômicos) que caracteriza o mundo contemporâneo.

2.1.5 Letramento digital: a problemática na definição e aplicação do conceito

Em 2002, *Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Ciberultura* de Magda Soares, traz uma definição embrionária do conceito de letramento digital. Segundo a autora, letramento digital é:

um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel (pág. 151).

Soares abarca com essa definição, pessoas que alcançam a capacidade de ler e se comunicar através de uma interface digital e as diferencia das pessoas que a fazem apenas através do papel com o adjetivo digital. Essa linha de pensamento criou a possibilidade de explorar as diferenças entre pessoas letradas digitalmente e pessoas letradas apenas no modo tradicional. As diferenças educacionais e sociais entre os que estavam inseridos na Ciberultura e aqueles que viviam à margem dela. Esse tipo de análise usava como ponto principal, a capacidade que um indivíduo digitalmente letrado adquiriu de entender a linguagem cibercultural e também a se expressar através dela. As plataformas digitais são constituídas de uma linguagem própria. Botões, figuras, ícones, links, hipertexto, tudo isso é parte de um canal de comunicação diferente do que o letramento tradicional usa e quem as utiliza, passou por um processo de assimilação dessa forma de expressão, comunicação e socialização.

Os estudos em letramentos digitais buscam definir e caracterizar os tipos de letramentos digitais utilizando como ponto principal de análise a utilização de interfaces digitais que apresentam textos, vídeos, imagens e outras formas de linguagem organizados em páginas, janelas, abas que podem estar sobrepostos, lado a lado ou abertos simultaneamente ou não em diferentes dispositivos e estão sobrepostos espacialmente no ambiente virtual. Esse é um ambiente que claramente possui uma vasta flexibilidade e uma capacidade de gerar e demonstrar a escrita de forma multilinear. Sendo assim, os estudos nessa área buscam relacionar essa capacidade intertextual das plataformas digitais com a produção em várias áreas como a educação, o jornalismo e a formação de leitores críticos.

Um dos aspectos ressaltados nesses estudos que focam principalmente na ruptura que o letramento digital é para o tradicional, está ligado a autoria dos textos em ambiente digital. O leitor tem um papel mais ativo na difusão e construção da

relação entre o receptor e o autor do material produzido e isso é percebido por alguns como um problema no quesito autoria, dado o maior grau de abertura a construção pública de interpretações sobre uma obra e a publicidade instantânea que essas interpretações podem alcançar. Ainda no início da difusão da cibercultura, Landow (1997) enxergava que a construção coletiva na produção textual em âmbito digital era vista como uma fragilização do limite entre autor e leitor, que as plataformas tradicionais não enfrentavam. Me refiro aqui a livros, jornais, artigos de revista e etc.

Nesse contexto e visão sobre os letramentos digitais, surgem novas visões sobre o conhecimento, novas epistemologias e repercussões cognitivas. Os textos antes categóricos sobre um tema, agora passam a ser rapidamente difundidos e discutidos por conta da fluidez da informação e facilidade em emitir uma opinião pública e abrangente sobre ela. Se caracteriza a relação monológica do texto impresso em um novo cenário onde o dialogismo entre óticas diferentes sobre cada assunto publicado é quase instantâneo. A intertextualidade e a transculturalidade passam a ser elementos essenciais na análise do conhecimento gerado nas plataformas digitais. A fonte dos significados não é mais tão clara de se precisar, dada a vasta gama de opiniões relevantes sobre o conhecimento inicialmente divulgado e a velocidade com que elas se espalham no mundo virtual.

Essa perspectiva é importante nos estudos em letramentos digitais, mas carece de um elemento-chave para uma análise mais precisa dessa prática, que é a esfera sociológica. Não parece eficaz a pesquisa sobre os letramentos digitais que simplesmente os consideram como uma quebra de paradigma do letramento tradicional, quando na realidade o letramento digital se trata de uma hibridização do letramento tradicional adequado a um novo ambiente, uma nova plataforma, uma diferente interface. Nenhuma das duas modalidades de letramento é homogênea, sendo assim, é temerário querer estabelecer o letramento digital como uma continuação virtual do letramento tradicional.

Outro aspecto importante nos estudos em letramentos digitais é que comumente eles são feitos analisando o impacto que o letramento digital impulsiona nas comunidades. Como a sociedade é transformada por ele. É um caminho epistemológico óbvio, mas que não limita o contrário ser executado. É necessário propor estudos que demonstrem como os elementos culturais de um grupo impactam os letramentos digitais e a própria composição e arquitetura do ambiente virtual. Os grupos imprimem no ambiente virtual sua percepção sócio-histórica única.

Há de se destacar a relevância que a transculturalidade tem nessa problemática que é definir letramento digital. O espaço em ambiente virtual é remoto e esse desenvolvimento espacial das TIC torna as conexões entre os usuários e o conhecimento uma categoria importante nessa análise. Cada povo tem uma percepção própria de cada tema, muitas vezes influenciado por sua bagagem cultural e experiência de vida. As infindáveis possibilidades de debates, opiniões e apropriações de temáticas variadas e seus aspectos, torna os letramentos digitais fenômenos que carecem de um olhar microscópico dependendo das especificidades do grupo que almeja alcançar.

Outras duas questões relevantes quando se trata cientificamente do tema letramento digital são o letramento enquanto prática social e o letramento crítico. A rápida e ampla opção de mídias no ambiente digital abrange habilidades maiores que a escrita tradicional, o que torna o letramento digital uma categoria específica em suas complexidade e objetivos, não sendo complementar, mas paralelo ao letramento tradicional. Também significativo é que para gerar inclusão o letramento digital deve imbuir o indivíduo a exercitar seu sendo crítico e cidadania de forma que a transformação dos mesmos, influencie as relações de poder.

Essas diversas categorias de análise do letramento digital não se resolvem com uma categoria superordenada. Em 1996, um grupo de pesquisadores denominado New London Group¹⁶, cunhou o conceito multiletramentos (multiliteracies). Com o aumento da produção de textos multimodais por intermédio das plataformas virtuais e um simultâneo decréscimo do texto escrito tradicional, somado ao crescente impacto da transculturalidade nas diferentes interpretações de um mesmo texto, criou na visão desses pesquisadores uma crescente complexidade. Às estratégias pedagógicas criadas para lidar com esse novo cenário, deram o nome de multiletramentos. Mas esses multiletramentos apresentam problemas que transcendem a semântica e o significado de sua definição. Buzato (2009), pontua precisamente o problema nesse conceito e explica como as características dos letramentos digitais emulam conceitos com semântica que evidencia melhor seus componentes e possibilidades.

Poder-se-ia, com base nesses autores, pensar nos LD também como multiletramentos, nesse caso multiletramentos que têm em comum o fato de dependerem da mediação digital. Mas isso,

¹⁶ The **New London Group** is a **group** of ten academics who met at New London, New Hampshire, in the United States in September 1994, to develop a new literacy pedagogy that would serve concerns facing educators as the existing literacy pedagogy did not meet the learning needs of students.

de fato, nem resolveria o problema da pouca consistência do par opositivo digital/impresso [...], nem faria jus ao hibridismo que caracteriza os letramentos digitais, isto é, ao fato de que a convivência entre tais múltiplos resulta em entrelaçamentos, ambiguidades, conflitos e refuncionalizações entre as práticas e os repertórios de habilidades dos sujeitos. Dito de outra forma, vejo os letramentos digitais menos como multi-, e mais como inter- ou trans-.

O letramento digital apresenta como melhor critério a hibridização de alguns elementos constituintes de qualquer letramento: uma forma de mediar uma mensagem a um receptor, independente do veículo utilizado, um sistema de representação seja gráfico, sonoro ou ambos, a conexão de diferentes elementos sociais e tradições culturais (aqui, via TIC), atitudes em relação ao conteúdo (seja para diversão, conhecimento ou criação de censo crítico) compartilhadas coletivamente e a experiência pessoal dos sujeitos que assimilam, aprendem e aplicam as habilidades adquiridas de acordo com seu contexto sociocultural.

Situar a definição de letramento digital dessa forma, não é apenas uma solução para a questão taxonômica que o cerca, mas principalmente adotar uma concepção de letramento que englobe as relações que ele cria e enfatiza seu caráter investigativo enquanto ferramenta educacional e social. O conhecimento não é estático e cada experiência em letramento digital pode ser não apenas diferente em si própria, mas também enriquecedora de várias maneiras distintas. A essência pluriespacial e atemporal do letramento digital constrói contextos transculturais e cria um ambiente de contato entre nós e o outro, mesmo que virtual e remotamente.

Postos todos esses pressupostos do entendimento dos letramentos digitais, suas características, relações e funções, chegasse a um conceito que esta pesquisa reconhece como a postulação que melhor percebe a complexidade e abrangência dessa prática e que norteia o desenvolvimento dos trabalhos dessa pesquisa no aspecto sociocultural. Para Buzato (2009, p.22), os letramentos digitais são:

...redes complexas e heterogêneas que conectam letramentos (práticas sociais), textos, sujeitos, meios e habilidades que se agenciam, entrelaçam, contestam e modificam mútua e continuamente, por meio, virtude ou influência das TIC.

Esse é um conceito que evita a dicotomia com os letramentos tradicionais, sem diminuir a importância dessas práticas, além de explicitar a instabilidade dos letramentos digitais enquanto experiência, ao apontar um número vasto de elementos que os compõem e a versatilidade deles. Uma prática que se auto reconfigura

constantemente através da complexidade das relações entre suas partes, práticas e categorias.

Para explicar como essa definição responde a necessidade fundamental de se pensar inclusão digital articulando letramento digital e letramento crítico, transpondo a agenda dos opressores a questão da adaptação populacional, Buzato (2009) utiliza dois conceitos bakhtinianos que aplicados aos letramentos digitais, caracterizam essa prática de uma maneira mais completa e que vai ao encontro dos objetivos desta pesquisa. São eles a exotopia e o hibridismo intencional.

O conceito exotopia de Bakhtin¹⁷ (2003), pode ser visto como o reconhecimento por parte dos indivíduos, da comunidade ou da sociedade, da necessidade de experimentar o olhar do outro para o crescimento de seu conhecimento e experiência. É perceber que só podemos obter em nós mesmos, uma consciência parcial. E na relação dialógica com o outro, percebe-se esse limite, o caráter provisório de nossa concepção sobre quem somos. Por estar do lado de fora, outro tem uma visão diferente e com informações adicionais sobre nós mesmos, assim como nós temos dele. Só conseguimos nos perceber como sujeitos numa relação dialógica, quando percebemos a relação que estabelecemos com os outros. Filosoficamente, é ser ver acabado, finalizado, completo, pelo olhar do outro.

Já o conceito de hibridismo intencional de Bakhtin (1988), discorre sobre dois discursos ou consciências justapostas. Estabelecesse um conflito nessa justaposição, em que através de um processo agonístico, um discurso ilumina o outro, fazendo com que os sentidos estejam sempre abertos. O que traça um paralelo quanto à relação programador/criador digital e usuário da interface digital. São duas consciências diferentes, que buscam orientar e compreender a mensagem e comportamento um do outro através dos enunciados digitais. Essa relação é um exemplo do hibridismo que é essencial ao letramento digital e que por conta das características do ambiente em que acontece, se reproduz em diversos tempos e espaços no ambiente virtual e na vida concreta. É um hibridismo intencional sob a ótica das teorias de Bakhtin, a para esta pesquisa um hibridismo inevitável e parte essencial dos letramentos digitais.

¹⁷ **Mikhail Mikhailovich Bakhtin** (17 de novembro de 1895, Oriol — 7 de março de 1975, Moscou) foi um filósofo e pensador russo, teórico da cultura europeia e das artes. Bakhtin foi um verdadeiro pesquisador da linguagem humana, seus escritos, em uma variedade de assuntos, inspiraram trabalhos de estudiosos em diferentes tradições (o marxismo, a semiótica, estruturalismo, a crítica religiosa) e em disciplinas tão diversas como a crítica literária, história, filosofia, antropologia e psicologia.

Clareando a aplicação desses conceitos aos letramentos digitais, vê-se que quanto à exotopia, fica claro que para compreender a prática do letramento digital é indispensável levar em conta seu diálogo com outros tipos de letramento, algo que se dá intensamente na atualidade por conta do número e rapidez das conexões entre os diferentes espaços-tempo e da convergência entre os meios virtual e concreto. No tocante ao hibridismo intencional, eles estão relacionados com a prática de se considerar os letramentos digitais como letramentos em rede, que garantem abertura a determinados sentidos e práticas (local), para que não fiquem engessados e isolados ao ignorar a transculturalidade em vigência nas plataformas digitais, mas também resistam a tentativa de homogeneização da parte dominante e privilegiada da sociedade (global).

Buzato (2009, p.23) enlaça bem esses dois conceitos do ponto de vista da atuação dos indivíduos através deles, enfatizando os benefícios que a transculturalidade e hibridismo dos letramentos digitais proporcionam de forma prática aos envolvidos:

Do ponto de vista dos sujeitos, pode-se alegar que, por conta do seu caráter exotópico e híbrido, os enunciados (e os letramentos) digitais lhes facultam ocupar posições fronteiriças, partilhar identidades e gêneros híbridos, cambiantes, e que isso lhes confere a possibilidade de romper com sentidos tradicionais e/ou fechados. Daí a postulação de que os letramentos digitais serão tanto mais potencialmente críticos, quanto mais transculturais.

É pertinente salientar que não é o contato dos indivíduos com o texto ou o meio que vai reforçar o potencial desses letramentos para a formação do pensamento crítico deles sobre a vida e a sociedade. Assim como nos letramentos tradicionais, o texto é abordado e o meio é experimentado, o que torna importante consolidar o potencial desses letramentos, através da prática efetiva deles nas vidas dos indivíduos que são seus alvos.

2.1.6 A atuação do Estado na inclusão digital no Brasil.

Nesse cenário da Web 3.0, existem dois interesses que movem seu desenvolvimento, o do setor privado e o do Estado. O setor privado almeja a criação de estratégias que potencializem sua competitividade no mercado, buscando informações que as tornem concorrentes mais fortes e competentes em suas áreas de atuação. O objetivo é ampliar seu público alcançado e desenvolver produtos que

gerem mais atração no consumidor. Supõem-se que os objetivos do Estado no desenvolvimento da Web Semântica devem atender as necessidades do povo, conforme Francisco Carlos Paletta (2016, p.5) definiu:

O Estado utiliza a informação para manutenção da ordem, pois ele está voltado para a análise da realidade, de modo a responder à sociedade com políticas públicas que garantam seu bem-estar, o desenvolvimento do sujeito e a promoção do exercício da cidadania. Por ter aspecto mais amplo e atender à interesses comuns, vê-se aqui o acesso à informação como uma questão do Estado.

Assim, munido desse instrumental essencial que são as informações, o Estado deve promover políticas públicas que através da informação e com ela acessível e compreensível para toda a população, façam frente à defasagem econômica e tecnológica. Me refiro aqui especificamente aos poderes instituídos democraticamente no Brasil na esfera pública, seja em qualquer uma de suas três modalidades: O Executivo, o Legislativo ou o Judiciário.

O cidadão só se configura com um ator social capacitado, quando está munido de informações e ferramentas sociais para lidar com essas informações. Me refiro ao desenvolvimento da capacidade de interpretar criticamente as informações que recebe sobre política, economia, entre outros assuntos e ter bagagem de conhecimento suficiente para saber como essas informações impactam não só o país e o mundo como um todo, mas principalmente suas vidas e seu papel na sociedade. Nossa sociedade demonstra através do surgimento de diversas ONG's e organizações criadas pelo povo, uma urgência em chamar a atenção do Estado sobre a forma negligente e deficiente com que os menos favorecidos não tem sido inseridos nas leis e discussões sobre os rumos que a política deveria tomar no país, mas também na forma com que são postos à margem no tocante a obtenção de informação. A internet tem um papel fundamental nessa comunicação entre sociedade e Estado, não apenas de forma direta, mas no seu caráter de ser uma fonte vasta e equipada de conhecimento e canais para formação e educação.

É compreensível que as instituições públicas em uma nação em vias de desenvolvimento como o Brasil enfrente desafios sociais de resolução complexa, como a pobreza, a violência, o analfabetismo e as crises nos sistemas de segurança e saúde, mas o caminho para a resolução desses problemas passa justamente pela difusão da informação e do conhecimento para a maior parcela possível da população

e é isto que o Estado deve ansiar e focar seus esforços no tocante à aumentar as oportunidades de melhor formação e informação de seu povo. Se a rotina de um cidadão comum e pobre no Brasil passa por lidar com a internet em seu cotidiano, torna-se dever do Estado capacitar esse cidadão de tecnologia, educação e conscientização acerca do uso desses dispositivos e ambiente e como podem ser usados não somente para facilitar o cotidiano, mas também para o incremento da formação educacional e profissional dessa parte desfavorecida da população. O Brasil tem investido na infraestrutura para isso e em alguns programas de inclusão digital, Através de emendas parlamentares, o governo tem um programa para a instalação de telecentros em áreas que os solicitem. Esses telecentros são chamados de Ponto de Inclusão Digital¹⁸ (PID). Há também o Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) que usa partes úteis de computadores que seriam descartados e monta novas máquinas em bom estado de funcionamento. Essas máquinas são doadas para instituições que necessitadas ou encaminhadas para os PID. Esse projeto recruta jovens em condição social delicada para aprender sobre montagem e manutenção de computadores, na intenção de inseri-los no mercado de trabalho como técnicos em informática. Ambas iniciativas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Informações e Comunicações (MCTIC) são de governos anteriores e mantidos pelo governo atual. Segundos dados do MCTIC, até 2019 o projeto já proporcionou a doação de mais de 5 mil computadores, beneficiando mais de 400 comunidades, em 21 estados brasileiros.

Entretanto, os esforços da esfera governamental não têm sido suficientes para sanar a situação de grande maioria dos excluídos do ambiente digital. Segundo dados

¹⁸ O telecentro é um Ponto de Inclusão Digital - PID, sem fins lucrativos, de acesso público e gratuito, com computadores conectados à internet, disponíveis para diversos usos. O objetivo do telecentro é promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, reduzindo a exclusão social e criando oportunidades de inclusão digital aos cidadãos. Os telecentros podem oferecer diversos cursos ou atividades conforme necessidade da comunidade local, além de funcionarem como espaço de integração, cultura e lazer. Os telecentros foram instalados por meio de parcerias entre ministérios, prefeituras e entidades da sociedade civil. São uma iniciativa iniciada em 2009, no governo do Presidente Lula.

da *We Are Social*¹⁹ através do *Global Digital Report 2020*²⁰, o Brasil possui uma população de 211,8 milhões de habitantes ao final de 2019, sexta maior população do mundo. Essa população possui 205,8 milhões de conexões ativas com a internet, porém apenas 150,4 milhões de pessoas tem acesso à internet (71,8% da população total). Desses 61,4 milhões de excluídos digitais, podemos desconsiderar em torno de 12 a 13 milhões de habitantes do total, pois segundo a pirâmide etária do IBGE do ano de 2018, é o tamanho da população brasileira de 0 a 4 anos de idade. Desse modo, a população brasileira sem acesso à internet gira em torno de 48 milhões de habitantes. Esse número se torna maior em perspectiva se levarmos em conta que países como a Espanha (trigésima maior população do mundo) e o Canadá (trigésima oitava maior população do mundo) possuem respectivamente população total de 47 e 38 milhões de pessoas. Ou seja, o Brasil possui dentro de si um outro país inteiro no tocante à inclusão/exclusão digital. Esse é um número alarmante. O ano de 2020 e a pandemia do novo coronavírus (Covid-19) tem demonstrado indubitavelmente a importância prática da inclusão digital para os indivíduos à margem dela. A vida foi reconfigurada de forma drástica, e as plataformas digitais passaram de opção à condição de tentar conduzir a vida. O que antes era um caminho para o rápido, eficiente e sustentável, para algumas práticas se tornou algo indispensável, dadas as necessidades que a sociedade ficou impedida de suprir de forma tradicional por conta de isolamentos, *lockdowns*, enfermidades, respeito ao próximo e a si mesmo. A inclusão digital é cada vez menos uma questão de se, para se tornar urgentemente uma questão de quando.

2.2 – Resistência para uma melhor coexistência. O histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. A necessidade da inclusão digital de jovens e adultos sob em um olhar que conversa com a Pedagogia do Oprimido freireana.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma prática secular na história do Brasil. Desde os jesuítas durante a instauração da colônia no território hoje

¹⁹ We Are Social é uma agência de marketing e publicidade em nível global, com um time mais de 850 escritórios ao redor do mundo, com o objetivo de conectar marcas e pessoas de modo significativo através da criação de ideias que as pessoas gostem e compartilhem. A missão deles é colocar o pensamento social no centro do marketing.

²⁰ É um relatório anual feito pela We Are Social sobre o uso e penetração da internet na população mundial. Dados, tendências e ideias necessárias para a compreensão de como, onde e por quem a internet é usada no mundo. Cada país recebe um relatório individual dos dados obtidos a respeito dele no tema inclusão e alcance digital.

reconhecido como um país, até o ENCCEJA (Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos), essa modalidade de ensino está historicamente colocada à margem das diretrizes e programas da educação brasileira. Falar sobre EJA e seu desenvolvimento em nossa sociedade, pressupõe um caminho em demasiado heterogêneo, plural e multicêntrico. Elenca-se nesse trecho desta dissertação, diversos episódios históricos relacionados à esta prática e elucida-se que nem mesmo essa tamanha recorrência foi efetiva para o êxito desta prática, um objetivo ainda a ser alcançado, mas de importância ímpar para o alcance de uma sociedade mais equitativa e justa em suas questões mais primordiais como a melhor distribuição de renda, uma educação de qualidade para todos e consequentemente, uma abrangente diminuição das desigualdades sociais. Para a compreensão da situação desfavorável da parcela jovem e adulta da população brasileira que está à margem da inclusão digital é utilizada aqui a ótica de Paulo Freire²¹ sobre a dinâmica na relação entre o oprimido e o opressor e como é importante que ambos se conscientizem de seus papéis sociais para que essa desigualdade caminhe rumo à uma diminuição e consequentemente em direção a uma panorama social mais justo.

2.2.1 – Como o EJA surgiu no Brasil.

Viegas e Moraes trazem em seu *Um Convite Ao Retorno: Relevâncias no Histórico do EJA no Brasil* (2017), um panorama amplo e completo sobre os primeiros ecos do EJA no Brasil, sua criação oficial, implementação, desenvolvimento e os panos de fundo políticos, econômicos e sociais do país ao longo dessa história e suas influências e relações com ela. Assim, esse artigo é uma referência-chave para o trecho a seguir.

O surgimento da primeira prática de EJA no Brasil se confunde com o próprio ato da colonização do país iniciada pelos portugueses no século XVI. Segundo estudos, há vestígios de que os padres jesuítas fundaram em 1549, a primeira escola elementar no país. O objetivo era catequizar a população nativa do Brasil, a indígena, e lhes ensinar os modos dos homens brancos colonizadores, afim de que vivessem

²¹ **Paulo Reglus Neves Freire** (Recife, 1921 - 1997) foi um educador e filósofo brasileiro. É considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira.

civilizadamente. Essa escola, fundada em Salvador, tinha como público alvo os jovens e adultos indígenas.

Limitados pela barreira da língua, os jesuítas perceberam que não gozariam êxito na tarefa se os nativos não aprendessem principalmente a ler, mas também a escrever em português. Sem esse instrumental em seus alunos, a catequização ficava comprometida. Começa assim, o plano de alfabetização dos índios, que pode ser considerado como a primeira ação de planejamento em educação na história do Brasil, ação que depois se estenderia aos negros em idade adulta que foram escravizados pelos portugueses e trazidos até nosso país.

Dando um salto linear na história, em 1824, através da primeira Constituição, D. Pedro I garante um importante marco na história da educação brasileira, principalmente por ter se tornado a base das constituições posteriores. Nela, o então imperador garantiu a educação básica como direito de todos, ou como o próprio texto versa ““A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (Art. 179, XXXII)”. Infelizmente, na prática esse ato não tenha tido um efeito plural e inclusivo, pois esbarrava em sua parte conceitual, visto que a cidadania era um privilégio de uma parte muito pequena da população que ocupava o território à época. Esse conceito excluía negros, indígenas e a maioria das mulheres daquela sociedade. Sendo assim, um país escravocrata, rural e sem direitos femininos garantidos, restringia a educação aos homens brancos e em boa condição socioeconômica ou também aos de famílias renomadas.

A primeira Constituição do Brasil após a proclamação da República não apenas deixou de ampliar a atuação e abrangência da educação, como limitava o exercício da cidadania. Nessa constituição foi tirado o direito de os analfabetos votarem, ato que tem claramente o objetivo de manutenção do poder em prol de uma minoria, no jogo político da época. Essa Constituição removeu o termo “todos” do texto sobre a Instrução Primária e gratuita. Um retrocesso em um período que deveria ser pautado por avanços, dado o cenário político é sociocultural da época.

Até esse momento da história do Brasil, não é possível se falar formalmente de uma educação para adultos. Os interesses dos poderes em vigência não visavam estabelecer medidas onde o ensino de jovens e adultos tivesse como prioridade a educação essencialmente. Essa prática era usada como ferramenta para outros interesses, fossem políticos, religiosos ou econômicos. O fato de constantemente nesse período se falar em alfabetização de adultos, mas raramente de uma

continuação de estudos e da formação educacional dessa faixa etária da população, denotam que este último era uma meta inexistente para o poder público da época. O mal a ser erradicado era o analfabetismo, uma tendência da política educacional nacional que se manifesta desde o fim do século XIX, fato que demonstra a visão pejorativa sobre o adulto nessa condição, ele era o analfabeto, alcunha que não se dirige a uma criança que ainda não sabe ler e escrever. Percebe-se aqui alguns dos estigmas que cercam os alunos do EJA ao longo dos anos de implementação e desenvolvimento dessa modalidade de ensino e educação.

Durante as décadas de 1920 e 1930 do século XX, a economia brasileira que girava em torno do café, seu cultivo e exportação, começou a fazer a transição para colocar a indústria como carro-chefe e atividade principal geradora de lucro, renda e empregos. As grandes cidades da época (Rio de Janeiro e São Paulo principalmente), sofreram investimentos consideráveis em termos de infraestrutura para abarcar os primeiros polos industriais do país. Os donos das indústrias perceberam que não era necessário investir tanto na estrutura física de seus negócios, uma vez que a mão-de-obra formada pela população pobre era vasta. Mas para que essa mão-de-obra otimizasse a produtividade, era necessário que um tipo de especialização, a alfabetização.

A população pobre que serviria como mão-de-obra barata para a indústria brasileira era em sua maioria analfabeta. Mais uma vez utilizando os interesses da elite dominadora para exercer influência sobre a vida da população adulta pobre e analfabeta, é utilizada a educação de jovens e adultos, uma vez que esse analfabetismo era um empecilho para o crescimento da indústria brasileira.

Em 1921, o governo brasileiro convoca liderança educacionais das unidades da federação para a Conferência Interestadual no Rio de Janeiro, com um dos tópicos principais de discussão do evento sendo a urgência em se pensar estratégias para a alfabetização da população adulta,

Surgem nessa conferência a proposta da criação das escolas noturnas e consequentemente do ensino supletivo, para que os trabalhadores pudessem estudar à noite e o compromisso de um plano pedagógico de alfabetização que lograsse êxito em um ano. Tais propostas fizeram parte do decreto que ao ser publicado em 1925, ficou conhecido como Lei Rocha Vaz, que garantia a gratuidade do ensino primário. Essa lei é um marco para o EJA no Brasil, mas não alcançou o objetivo imediato almejado pelas elites, diminuir rapidamente o analfabetismo.

Na década de 1930, durante a era Vargas, surge a primeira conquista oficial do EJA. A Constituição de 1934 prevê a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) e nela a educação não só é garantida como um direito de todos, como a gratuidade do ensino primário é frisada (art. 149).

Mesmo com essa conquista, o EJA só passa a ser declaradamente contemplado pela política educacional nacional na década de 1940, quando são lançados programa que realmente o contemplam, como a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (1942), o Serviço de Educação de Adultos (1947), a Campanha de Educação de Adultos (1947) e Campanha de Educação Rural (1952).

Os anos pré-ditadura militar se mostraram promissores quanto à vontade política em relação ao EJA. O próprio então presidente, Juscelino Kubitschek²² (JK), em 1958, esteve presente no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde realizou o discurso de abertura em que demonstrava que se preocupava com os caminhos que o EJA estava tomando, mas novamente demonstrava como os detentores do poder político viam nessa modalidade de ensino uma ferramenta para o desenvolvimento econômico do país, como esse trecho contido no Discurso na instalação do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, 1958, parágrafo 754:

Cabe à educação dos adolescentes e adultos importante papel na solução dos problemas criados com o desenvolvimento econômico, suprimindo, na medida do possível, as deficiências da rede de ensino primário, e, principalmente, dando preparo intensivo, imediato e prático aos que, ao se iniciarem na vida, se encontram desarmados dos instrumentos fundamentais que a sociedade moderna exige para completa integração nos seus quadros: a capacidade de ler e escrever, a iniciação profissional e técnica, bem como a compreensão dos valores espirituais, políticos e morais da cultura brasileira.

Não é objetivo demonizar as intenções de promover o crescimento do país através da melhoria da educação de seu povo. Ora, este é um caminho óbvio para uma nação que se encontra em vias de desenvolvimento, seja atualmente, seja em séculos passados. O que alarma, é que a educação não era pensada em seu aspecto global. Não é percebida como um instrumento que transcende o ganho financeiro e o incremento da condição econômica da população do país. É não dar ênfase ao caráter

²² **Juscelino Kubitschek de Oliveira**, também conhecido pelas suas iniciais **JK** (Diamantina, 12 de setembro de 1902 — Resende, 22 de agosto de 1976) foi um médico, oficial da Polícia Militar mineira e político brasileiro que ocupou a Presidência da República entre 1956 e 1961. JK concluiu o curso de humanidades do Seminário de Diamantina e em 1920. Em 1927, formou-se em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e em 1930 especializou-se em urologia em Paris.

formador de cidadãos mais capazes de atuarem política e socialmente de forma benéfica a ele mesmo e a outros grupos. É perceber que no Brasil, as políticas educacionais eram pensadas por pessoas sem gabarito científico para tal. Que as propostas mesmo quando partiam dos educadores brasileiros, para se tornarem leis, deveriam obrigatoriamente atender aos interesses do Estado. O presidente Kubitscheck, ainda no mesmo discurso, fez uma tênue tentativa de resgatar em sua retórica o caráter humanista da ação política que estava incentivando e endossando. Nessa fala, agora no parágrafo 756 desse discurso, Juscelino demonstra conhecer não apenas o lado político econômico do efeito da publicação dessa lei, mas entender o perfil do ser humano a quem ela atingiria e os processos pelos quais ele passa para cursar um curso primário noturno e como essa prática poderia ter efeitos benéficos na vida futura desse educando em alguns níveis.:

Ao lado do interesse geral, ressalta, contudo, o interesse humano daqueles que procuram na escola, à noite, geralmente depois de um dia de trabalho exaustivo, apoio e ajuda para superar as deficiências e aumentar, pela educação, as possibilidades de conquista de uma vida melhor.

O Estado, através da figura do presidente JK e da realização do II Congresso Nacional de Adultos, demonstra pela primeira vez de forma clara uma preocupação com os educandos do EJA, com seus contextos de vida, dificuldades enfrentadas para estudar e pela deficiência de melhor formação educacional. Há uma preocupação com o desenvolvimento psicossocial desse educando. Nesse mesmo congresso, surge uma das figuras centrais no desenvolvimento de políticas e métodos de ensino para a EJA, o Educador Paulo Freire. Liderando o grupo de educadores de Pernambuco, Freire traz para esse congresso uma proposta de educação socioconstrutivista, onde o educando participa ativamente do processo educacional e não apenas é guiado pelo educador através dele. Essa prática visa o desenvolvimento educacional, mas também o desenvolvimento social dos alunos, de forma que a educação seja utilizado como uma ferramenta de mobilização social, guiando os educandos a aprenderem não apenas conteúdos, mas a desenvolverem um pensamento crítico sobre esses conteúdos e sua percepção dos contextos em que estão envolvidos em vários níveis, sejam sociais, políticos, econômicos, culturais ou outros. Essa vanguarda epistemológica de Paulo Freire na pedagogia, dialogava com os intentos políticos e sociais do presidente JK, que queria uma população pobre mais consciente, de forma

que com mais pessoas socialmente capacitadas para exercer sua cidadania, alavancasse o crescimento socioeconômico do país.

Dessa sintonia, surge como iniciativa do Estado em 1958, a Campanha Nacional Para Erradicação do Analfabetismo (que infelizmente seria extinta em 1963, por falta de recursos financeiros). A campanha tinha como alvo principal a alfabetização de adultos das classes mais pobres e encaminhar esses alunos para a continuidade dos estudos, ou seja, surgiu aí a base para um EJA com a devida importância que a prática merece. Um olhar atencioso do poder público, numa época em que o país estava em vultoso desenvolvimento, com a expansão urbana e a transição da capital federal da cidade do Rio de Janeiro, para a cidade em construção, Brasília. Isso demonstrou que o Estado via a necessidade da educação como parte do crescimento do país e que as pessoas com defasagem na educação, não deveriam ser excluídas e sim ter apoio para acompanhar e participar desse crescimento.

A educação popular teve um grande momento na década 1960. Com as novas propostas educacionais de Paulo Freire como inspiração e norte científico, são lançadas diversas ações e campanhas em prol dessa causa. O próprio Paulo Freire organizou o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), mas houve muitas outras iniciativas de destaque, como o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro Popular de Cultura (CPC) em associação com a União Nacional dos Estudantes e o Programa Nacional de Alfabetização, proposto pelo MEC entre muitas outras tentativas de reduzir ou erradicar o atraso educacional de boa parte da população pobre e adulta brasileira.

Em 1964, com o golpe de Estado que deu origem à ditadura militar, todos os setores de base da organização do Brasil foram abalados, incluído a educação. Toda a trajetória promissora que se desenhava e tomava forma ao redor da figura de Paulo Freire e com iniciativas políticas favoráveis à educação foram freadas ou extintas pelo governo militar que perdurou por duas décadas do século XX no comando do país. Era do interesse do governo ditatorial que a massa populacional pobre e sem formação educacional continuasse dessa forma para que se consolidasse e perdurasse o golpe político. Uma população adulta, bem educada e com senso crítico apurado seria um obstáculo inconveniente para um governo que mesmo impondo sua liderança ao povo, carecia de alguma simpatia populacional para que levasse em frente sua ideologia de governança. Os movimentos sociais e novas práticas educacionais inspirados em Paulo Freire e sua educação libertadora foram

silenciados, para que o cárcere político e em alguns âmbitos, também social, fosse imposto sem muita resistência:

O educador Paulo Freire foi duramente perseguido pelo governo ditatorial, acusado de disseminar ideias contrárias e anárquicas ao regime político da época. Ideias como levar o educando a uma conscientização sobre a realidade, estimular o seu pensamento crítico e fazê-lo refletir sobre o seu lugar numa sociedade marcada pela divisão de classes sociais eram, de fato, ameaçadoras ao plano de governo dos militares. (VIEGAS, MORAES, p.64, 2017)

Essa sabotagem da educação brasileira foi deixando marcar profundas na população pobre brasileira. Estimasse que na segunda metade da década de 1960, em torno de 40% da população brasileira não sabia ao menos assinar o próprio nome (ESCOBAR, 2007). O analfabetismo era muito abrangente e o governo militar, assim como o governo de JK, percebeu que o país precisava de mão de obra capacitada e que essa capacitação passava pela educação e que o pressuposto básico para a prática e processos educacionais era a alfabetização dessa tal mão de obra que futuramente seria qualifica, o que forma uma cadeia de eventos fácil de ser montada, mas de difícil execução dado o tamanho da defasagem educacional da população pobre brasileira.

Surge então em 1969, o MOBRL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), durante o governo Médici²³, uma iniciativa que deixava clara a intenção do governo ditatorial em não apenas fomentar a educação brasileira, mas em controlar as ideologias que eram ensinadas nas salas de aula, tentando garantir longevidade a hegemonia da ditadura militar sobre a política e o povo brasileiro. Não havia interesse ou incentivo para o desenvolvimento sociocultural do aluno, o que lhes era imposto enquanto educação era o ato de decorar símbolos e números, dando a ele instrumental para lidar com o básico e dali poder assimilar novos conteúdos, mas sempre sob o cabresto do regime golpista e de seus interesse. Coutinho (2005, p. 13) acredita que essa postura do governo quanto à EJA foi decisiva na formação de uma vasta população de analfabetos funcionais, que são pessoas capazes apenas de

²³ **Emílio Garrastazu Médici** (Bagé, 4 de dezembro de 1905 — Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1985) foi um militar e político brasileiro. Foi o 28º Presidente do Brasil, o terceiro do período da ditadura militar brasileira, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Participou da Revolução de 1930 liderada por Getúlio Vargas. Na sua carreira militar, atingiu o posto de General de exército.

assinar seus nomes e não conseguem ler e escrever quando necessário em seus contextos de vida.

O MOBRAL foi uma iniciativa mal sucedida. Dos 40 milhões de brasileiros analfabetos à época, apenas 15 milhões foram alfabetizados e diplomados por esse programa e essa alfabetização era apenas um instrumental básico para a formação profissional deles. No âmbito educacional social, não foram formados indivíduos com pensamento crítico e cidadãos conscientes de seu papel no tecido sociopolítico, assim, boa parte desses educandos se tornou mão de obra pobremente qualificada e que servia aos interesses das elites dominadoras.

Um dos pontos mais passíveis de crítica do MOBRAL, é o fato de que os indivíduos analfabetos precisavam de muito mais que instrumentalizar escrita, leitura e cálculos, essas habilidades não eram suficientes para a inserção deles de fato na sociedade. Mesmo extinto em 1985 pelo governo do presidente José Sarney²⁴, o programa continuou até o ano de 1990 sob o nome de Fundação Educar, até que foi definitivamente finalizado pelo governo do presidente Fernando Collor²⁵.

O início da década de 1990 não foi promissor para o EJA. Apesar da redemocratização política após o fim da ditadura militar e da primeira eleição democrática para presidência desde os anos 1960, as políticas educacionais do novo governo resolveram priorizar alfabetização de crianças de 07 a 14 anos de idade, mesmo com as pesquisas do IBGE apontado que 20 por cento da população acima de 15 anos do Brasil era analfabeta, ou seja, o país ainda apresentava uma vasta população analfabeta mesmo com o decréscimo desses índices a partir dos anos 1920.

Foi criado então no início dos anos 1990 o PNAC, Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, que tinha como meta reduzir em 70 por cento os índices de analfabetismo em todas as faixas etárias da população brasileira em um período de cinco anos, porém, o programa não durou nem dois anos., mais uma vez por conta da falta de recursos financeiros. O caráter genérico do programa fez com que ele não obtivesse sucesso em nenhuma das faixas etárias em relação à alfabetização.

²⁴ **José Sarney de Araújo Costa**, nascido **José Ribamar Ferreira de Araújo Costa** (Pinheiro-MA, 24 de abril de 1930) é um advogado, político e escritor brasileiro, que serviu como o 20.º vice-presidente do Brasil durante 1985 e como o 31.º Presidente do Brasil de 1985 a 1990.

²⁵ **Fernando Affonso Collor de Mello** (Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1949), mais conhecido como **Fernando Collor**, é um político brasileiro. Foi o 32º Presidente do Brasil, de 1990 até sua renúncia em 1992.

No ano de 1996, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso²⁶ faz uma intervenção legal na Constituição de 1988, que veio a prejudicar os alunos do EJA. De acordo com a mudança na lei, havia a obrigação do Estado oferecer gratuitamente o Ensino Fundamental aos alunos que o cursavam fora da idade ideal, mas o simples oferecimento desse tipo de ensino – claramente se referindo ao EJA – não era mais obrigatório. A lei apenas condicionava que caso ocorresse sua disponibilidade pela rede de ensino pública, ele seria sempre gratuito.

Pedagogicamente e economicamente, esse desestímulo governamental fez com que vários programas voltados para jovens e adultos no âmbito da educação chegassem ao fim, uma vez que o repasse de verbas era escasso, após a não obrigatoriedade do oferecimento de educação aos jovens e adultos fora da faixa etária curricular ideal.

O panorama da EJA ficou ainda mais comprometido e defasado, quando ainda em 1996 é criado o Fundo De Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério (FUNDEF), que excluiu de seus investimentos em educação a formação primária de jovens e adultos, uma vez que a revisão recente da lei acabava com essa obrigatoriedade, resultando assim numa grande diminuição de vagas para a EJA.

É dessa mesma época a atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB). A lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, se tornou o principal documento da educação brasileira. A EJA obteve prós e contras com a publicação dessa lei. Como benefícios, a EJA era finalmente reconhecida como parte da Educação Básica do país, inclusive sendo a primeira vez que o termo EJA foi cunhado oficialmente *“Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”* e também no artigo 38, *“Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.”*

Infelizmente, esses são os únicos pontos em que a LDB se refere diretamente à EJA ou a práticas de ensino destinadas a seus alunos, carecia assim de maiores diretrizes e orientações oficiais para esse segmento do ensino básico brasileiro.

²⁶ **Fernando Henrique Cardoso**, também conhecido como FHC, é um sociólogo, cientista político, professor universitário, escritor e político brasileiro. Foi o 34.º presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2003.

Essa postura política do Brasil em relação à EJA, que se demonstrava pouco atenta e dedicada, contrasta com a reputação que o país estava adquirindo internacionalmente no âmbito dos compromissos para com a educação de seu povo. O primeiro fato que denota isto é o Brasil ter se tornado um signatário da Declaração de Hamburgo, um documento proposto em uma conferência da UNESCO²⁷ voltada para a educação de adultos. Nesse documento, o governo brasileiro assumia o compromisso de promover e investir a educação de adultos, assumia que essa educação era um processo contínuo e ao longo da vida e que ela não deveria gerar apenas saberes curriculares, mas também consciência social e cidadania. Isso aconteceu em 1997.

Nesta mesma cidade, foi lançado em 1999 o Decênio da Alfabetização, uma homenagem ao Educador Paulo Freire, o que aumentava a visibilidade do Brasil perante essa questão e imprimia maior responsabilidade ao Estado em promover ações em torno dela.

Contudo, nem essa animadora declaração internacional de vontade em erradicar o problema da alfabetização de adultos no final dos anos 1990, fez com que os índices no país melhorassem prontamente:

Quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegaram a frequentar uma escola, mas por falta de uso da leitura e da escrita, tornaram à posição anterior. Chega, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima de 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela Constituição, ou seja, o ensino fundamental. Somam-se a esses os neo analfabetos que, mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita. (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273)

Não apenas o analfabetismo era um problema persistente para a educação de jovens e adultos, mas também a falta de continuidade na formação desses indivíduos e a mero caráter instrumental que essa alfabetização gerava, eram problemas latentes na sociedade brasileira em meados da primeira década de 2000.

Mesmo em meio a um contexto tão desfavorável, o ano de 2000 traz um sopro de esperança para o EJA, que posteriormente se consolidaria como um marco de

²⁷ A **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)** - (acrônimo de United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 16 de novembro de 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas e comunicações/informação.

grandes avanços para essa prática e seus educandos. Em maio de 2000, a Câmara de Educação Básica e o Conselho Nacional de Educação aprovaram o Parecer CNB/CNE 11/2000, que se tornou o documento oficial que rege a EJA e perdura dessa forma até os dias atuais.

Esse parecer transcende a LDB na questão de dar a devida atenção e tratamento devidos à essa modalidade de ensino e suas questões e características próprias. O ano de 2000 trouxe mais boas iniciativas políticas em relação à EJA. O Plano Nacional de Educação (PNE) daquele ano, abarcava todas a Educação Básica, algo que tem sua raiz nos encontros internacionais da UNESCO que o Brasil participou e onde firmou parcerias na área de educação. O plano apontava as fragilidades na educação brasileira que freavam o desenvolvimento social do país e continha trechos que se referiam e contemplavam diretamente à EJA, conforme pontuam Viegas e Moraes (2017, p.471):

O capítulo do PNE dedicado a EJA é composto por 26 metas. Dentre elas, sobressai erradicar o analfabetismo no Brasil, sendo canalizado tamanho esforço nos primeiros cinco anos do Plano para esse fim. O estímulo à continuidade dos estudos se deu, mais pontualmente, na garantia do EF público e gratuito e na possibilidade de aumentar a oferta de vagas para EJA no EM. Posto em vigência em 9 de janeiro de 2001, por meio da Lei nº 10.172, o PNE foi pensado como uma medida a ser desenvolvida a longo prazo, em exatos dez anos.

A implementação do PNE sofreu muitos entraves durante o governo FHC com a justificativa de uso racional dos recursos financeiros pelo Estado, porém o governo do seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva²⁸, apoiou de forma mais clara e consistente as metas e diretrizes do plano, com a criação e realização de diversos programas direcionados à educação:

O Programa Brasil Alfabetizado, coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, gerido pela Secretaria Nacional de Juventude; o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mantido pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e o Exame Nacional de

²⁸ **Luiz Inácio Lula da Silva**, nascido Luiz Inácio da Silva e mais conhecido como Lula, é um político, ex-sindicalista e ex-metalúrgico brasileiro, principal fundador do Partido dos Trabalhadores e o 35º presidente do Brasil, tendo exercido o cargo de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011.

Certificação de Competências, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). (DI PIERRO, 2010, p. 946)

É relevante ressaltar que mesmo que isso não tenha se revertido em muitos benefícios à EJA, não deixa de demonstrar que um governo populista se posicionou mais interessado com os rumos da educação e sua influência social que os governos neoliberais anteriores.

Mesmo com a substituição do FUNDEF pelo FUNDEB²⁹ a partir do ano de 2007, e consequentemente de mais recursos financeiros aplicados consistentemente na educação brasileira, as políticas públicas para a EJA não impactaram amplamente o cenário muito desfavorável que essa modalidade e o analfabetismo no Brasil enfrentavam.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios feita pelo IBGE em 2019, o Brasil ainda possui cerca de 11 milhões de analfabetos. A taxa de analfabetos com 15 ou mais anos de idade é de cerca de 6,6 por cento da população total dessa faixa etária, dado que demonstra a diminuição do analfabetismo, mas também a lentidão com que isso tem sido alcançado. Esse número bate a meta que tinha sido estabelecida para o ano de 2015, segundo o PNE do período de 2011 a 2020.

Os recursos do FUNDEB para a EJA são menores que os destinados a outros segmentos da educação brasileira, uma vez que foi ao analisar um coeficiente denominado como Custo Aluno Qualidade (CAQ), o de um aluno da EJA é menor que os dos alunos dos outros segmentos, consequentemente, menor verba destinada para esta modalidade, fato que quebra com o princípio legal da isonomia, ou seja, não há igualdade de tratamento entre os pares, no caso, os educandos.

Posta toda essa trajetória da EJA no país, pode-se destacar como principais obstáculos para uma maior eficiência dessa prática três fatores preponderantes. Primeiramente, a dificuldade que a modalidade enfrenta para ser considerada pelos planos políticos e da administração pública no que tange a área de educação e a destinação dos recursos financeiros. Outro fator marcante nessa história, é que a EJA

²⁹ **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)** é um conjunto de fundos contábeis (26 estaduais e 1 do Distrito Federal) formado por recursos dos três níveis da administração pública do Brasil para promover o financiamento da educação básica pública. Foi criado em janeiro de 2007 e substituiu o FUNDEF, sendo que a principal diferença é atender, além do ensino fundamental, objeto do antecessor, também atender a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos. No ano de 2019, cerca de 40% dos recursos utilizados pelas redes públicas na educação básica vinham do FUNDEB.

historicamente serve aos interesses políticos e econômicos para o desenvolvimento do mercado de trabalho da nação, interesses que soterram o interesse principal, uma educação para a cidadania. E por último, o fardo que os educandos da EJA carregam por serem pessoas de situação socioeconômica delicada, o que os tornam marginalizados e estigmatizados pelas elites dominadoras antes de sequer chegarem ao ambiente escolar.

2.2.2 – Interculturalidade, Educação Digital e Resistência: A importância da inclusão digital de jovens e adultos sob uma perspectiva freireana.

Sob a perspectiva da interculturalidade, a classe social é objeto de ressignificação e transformação através da resistência:

A representação de raça, classe e gênero como o resultado de lutas sociais mais amplas sobre signos e significações e, neste sentido, enfatiza não apenas o jogo textual e o deslocamento metafórico como forma de resistência [...], mas enfatiza a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são gerados. (McLAREN, 2000, p. 123)

Essa mudança que McLaren conceitua como transformação, - na verdade uma transposição, um avanço social - envolve alguns saberes que a escola só começou a considerar importantes muito recentemente. Entre eles, está a educação digital.

A educação intercultural não se restringe a concatenar e respeitar culturas para gerar uma educação efetiva. Para Fleuri (2003), a escola contribuiu para a manutenção de algumas desigualdades mas tem a chance de rever seu papel e dar início a uma educação intercultural, onde haja a busca em se conectar às diversas identidades e compreender a diversidade e distintos contextos de identificação, como processos formativos, através da interação respeitosa entre os diferentes.

Aqui há a dicotomia do século XXI, pouco abordada na educação, mas presente na vida de muitas pessoas ainda limitadas por sua condição social à um analfabetismo de ordem virtual: a era analógica X a era digital.

A inclusão digital é um tema muito debatido no contexto atual da educação. Vivemos um período da história onde o ato de educar está imbuído de novas dinâmicas que são proporcionadas pela introdução da evolução científica e tecnológica no âmbito escolar e nas práticas de ensino.

Ao mesmo tempo em que toda essa nova tecnologia dos nossos dias, traduzida em dispositivos digitais (tablets, notebooks e smartphones) e na presença constante que a internet tem em nossas vidas atualmente (Web 3.0), se alia à educação beneficentemente, surge uma necessidade grande, talvez até uma urgência em tornar essas novas ferramentas de aprendizado viáveis e ao alcance de todas as camadas da população, com ênfase nos menos favorecidos. Pessoas com baixo poder aquisitivo, formação educacional apenas básica, inseridas em atividades laborais que não exigem uso de computação, colocadas no mercado de trabalho em posições que não envolvem o uso de tecnologia digital e que estão à margem do desenvolvimento que esses equipamentos podem proporcionar, pois como afirma Freire (1995, p.98):

Acho que o uso de computadores no processo de ensino-aprendizagem, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa de nossos meninos e meninas. Depende de quem usa a favor de quê e de quem e para quê (...). Estamos preparando o terceiro milênio, que vai exigir uma distância menor entre o saber dos ricos e o saber dos pobres...

Aqui, me refiro a pessoas acima dos 21 anos de idade que tiveram pouco ou nenhum contato com um navegador de internet, um editor de textos ou mesmo com aplicativos de smartphones e não se sentem capazes de lidarem com esse tipo de tecnologia, quiçá de terem noção das vantagens e aprendizado que poderiam obter no mundo digital de forma simples, tanto quanto as pessoas que foram iniciadas nele desde cedo ou se adequaram a ele com facilidade.

Esse admirável mundo novo que a tecnologia e o ciberespaço criaram, aliado ao leque de possibilidades aberto por essa evolução não está ao alcance de todos. Devido aos custos em obtê-la e à condição financeira precária de parte da população brasileira, o acesso à tecnologia digital não é tão facilitado, percebe-se assim uma parcela da população considerada como analfabetos digitais. Pessoas que tiveram nenhum ou pouco contato com um computador e não têm ideia das vantagens advindas do uso da internet nos diversos campos do cotidiano. Há ainda relutância em indivíduos de gerações mais antigas, que pouco contato tem com essas novas tecnologias e acabam apresentando dificuldades em compreender e assimilar esse universo ciber. O indivíduo já se predispõe a não se achar capaz de lidar com essa “novidade moderna”. A idade se torna um limitador psicológico para muitos. Uma questão de imaginário social posta por Siques e Voegeli (1998, p.82):

“... la edad por sí misma no influye significativamente sobre la capacidad de aprendizaje de los adultos... todo tipo de capacidades que tienen las personas y que desarrollan a lo largo de su vida, de lo cual se deduce que la inteligencia se concibe

má como um término plural que como um conceito singular cuya traducción sería poseer o no inteligencia³⁰

A inclusão digital se faz necessária para que o indivíduo possa quebrar barreiras, otimizar suas potencialidades, compreender melhor o mundo que o cerca e atuar de forma mais consciente nesse mundo. O ser humano empoderado digitalmente abre um leque de possibilidades para várias áreas da sua vida. O conhecimento adquirido através do mundo digital recaracteriza a forma como enxergamos o cotidiano e como nos relacionamos com ele, seja na esfera econômica, política, ambiental, educacional, pessoal, as possibilidades se tornam incontáveis. É equipar o cidadão para resistir e prosperar. Em síntese, é democratizar o acesso aos benefícios do mundo digital e através dele tornar real o estado de direito na vida de indivíduos outrora marginalizados desse espaço tão versátil e rico de saber.

Esse tipo de iniciativa educacional junto ao EJA, reposiciona o indivíduo em relação ao espaço em que vive, e tange aspectos de suas vidas pessoais extremamente importantes, como alçar novas e melhores posições no mercado de trabalho e assim quebrar com a opressão imposta pela condição socioeconômica e por sua limitação quanto ao uso de equipamentos de tecnologia digital e sua anterior compreensão limitada do mundo e de sua própria realidade. Uma resistência que dá frutos. A interculturalidade que reposiciona o indivíduo entre as camadas de classes sociais.

Quem faz uma análise extremamente adequada dessa condição da população economicamente menos favorecida e socialmente marginalizada é o educador Paulo Freire. Em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987), a luta do oprimido não reside em subjugar o opressor. Na verdade a grande vitória do oprimido será despertar humanidade no opressor, pois este, em posição privilegiada na tomada de decisões que influenciam as relações sociais, pode trazer maior justiça e igualdade social para todas as parcelas da população e não somente manter o *status quo* como tem sido feito por séculos no desenvolvimento social da humanidade

³⁰ **Tradução:** A idade por si só não influencia significativamente a capacidade de aprendizagem dos adultos ... todos os tipos de capacidades que as pessoas têm e que desenvolvem ao longo da vida, daí que a inteligência seja concebida mais como um termo no plural que como um conceito singular cuja tradução seria ter inteligência ou não

Vejam bem, quando me refiro a uma parcela da população que é socialmente marginalizada, esse espaço é algo que considero uma conquista. Estar à borda, na margem, é uma situação melhor do que ser ignorado como esses indivíduos foram por muito tempo. Mas essa inclusão precisa ser mais profunda para uma vida de qualidade e o exercício da cidadania com propriedade.

Ao longo das duas últimas décadas, algumas iniciativas trouxeram os oprimidos para a margem. Cito alguns exemplos básicos, como a estrutura curricular em vigência nas escolas públicas, onde o aluno é aprovado ano a ano, mesmo sem ter apreendido o mínimo desejável do conteúdo ensinado, com vários alunos chegando ao fim do ensino fundamental com a realização de concluir uma parte importante da educação formal, mas sem o conhecimento compatível com o estágio em que se encontra. Em minha experiência como professor em escolas públicas, a questão da aprovação era tratada como inclusão social em lugares mais humildes, em várias escolas que trabalhei. Outro exemplo de inclusão social na margem da sociedade, são os programas assistencialistas promovidos pelo Estado, nomeados de Bolsas. Seja Família ou Escola, esses programas são importantíssimos para livrar uma boa parcela da população de uma vivência miserável. Impedem que pessoas morram de fome e não tenham onde morar, mas dificilmente faz com esses indivíduos superem essa condição assistida. Sendo assim, essa inclusão social é uma prática que gera benefícios, mas não insere o oprimido nas camadas mais abastadas da população, ele fica quase sempre à margem, quase caindo dessa borda desse sistema.

O que mudou foi a cara, ou como diz Demo (2005), a maquiagem da pobreza:

O que mudou foi a maquiagem da pobreza. Alguns falam de política social “como efeito de poder” (Popkewitz, 2001), para indicar que, em vez de os programas construírem condições emancipatórias, bastam-se com repasse de restos e isto favorece, ao final, os donos do poder. Em contexto similar, fala-se de solidariedade muito facilmente (Sequeiros, 2002), em especial quando proposta por países e agências financeiras, que, pregando o amor ao próximo, não vão além de atrelar os países mais pobres ao capital internacional. Caufield (1998) coloca na berlinda os “mestres da ilusão” do Banco Mundial, questionando seus programas de combate à pobreza, não só porque os resultados até hoje são pífios, como principalmente porque se trata de solidariedade como efeito de poder.

A melhor distribuição de renda para a diminuição da desigualdade social é uma questão há muito debatida e com êxito muito pequeno em relação à parcela da população necessitada disso. Uma coisa é implantar políticas de melhor distribuição de renda num país em que a população pobre é pequena e no qual a educação básica

alcança quase toda a população. Outra bem diferente e muito mais complexa, é a questão da melhor distribuição de renda num país com milhões de pessoas em situação desfavorável economicamente e no qual a educação pública (de qualidade) não atinge boa parte dessas pessoas. Os programas assistenciais se tornam assim muletas para o miserável seguir a vida menos miserável, mas sem uma chance real de melhorar sua situação e da sua família e por consequência de suas gerações vindouras.

Outro aspecto que diminui essa luta contra a desigualdade social é a postura dos privilegiados, ou dos opressores como diria Paulo Freire. Os indivíduos em posição dominante - donos dos meios de produção, proprietários de empresas, geradores de empregos e até alguns políticos – são resistentes ao favorecimento dos oprimidos, uma vez que isso envolve abrir mão de alguns privilégios e do esquema socioeconômico em vigência que empodera ainda mais os privilegiados e dificulta ainda mais a vida dos necessitados. Se as políticas públicas sociais tratarem esses dois polos sociais de forma igual, a tendência é a agravação das desigualdades sociais, visto que é um sistema e uma rede de relações enraizada há muito tempo em nossa sociedade e relações de aproveitamento dos mais fracos bem definida.

O cerne da amenização dessa questão não seria a desconcentração da distribuição de renda, mas sim a redistribuição de renda do orçamento público ser voltada para políticas públicas de educação para todas as faixas da parcela pobre da população. Desde as crianças que ingressarão (ou deveriam estar ingressando) no ensino básico, até o adulto que tem pouca ou nenhuma instrução e atua em empregos mal remunerados ou subempregos, justamente por essa lacuna educacional em sua trajetória. Num panorama neoliberalista como o que vivemos, a distribuição justa de renda é uma utopia. De forma geral, não há interesse em quem está bem estabelecido na sociedade em ajudar o que está lutando pela sobrevivência ou por uma vida minimamente digna. Adiciono a este fato, o contexto político econômico do governo atual com os cortes de gastos em setores primordiais como educação e saúde, encaramos um panorama nada favorável à reorganização da destinação das verbas do orçamento do país. Mesmo assim, vejo que a mudança dessa situação tem que vir através da melhor formação e preparação do desfavorecido, para que ele possa quebrar as barreiras sociais que o encarceram em uma prisão de fragilidade financeira.

O pobre, mesmo em sociedades com menor desigualdade, é visto como algo descartável. O olhar de um país desenvolvido para um país subdesenvolvido resvala levemente no proveito de matéria-prima e nas relações de uso que o segundo pode oferecer ao primeiro. Com o alto desenvolvimento tecnológico e forte economia, os países desenvolvidos mantêm uma relação de uso em menor escala com os países em desenvolvimento, muito menor que na época das grandes navegações e escravização e até menor que no século passado, marcado pela institucionalização do capitalismo em nível global e da relação desigual entre os países ricos e países pobres. O olhar do rico para o pobre foi se afastando conforme o rico começou a obter através da tecnologia, soluções para algumas dependências que tinha da matéria prima fornecida pelo pobre.

Como Demo descreve bem o que discorri acima em um artigo sobre exclusão digital de 2005 (p.37):

Pobreza não é mau jeito do mercado, mera carência material, casualidade, mas produto histórico dialético. O fato de que países pobres se tornem pretensamente descartáveis indica que este produto histórico chegou ao cúmulo do sarcasmo, mas não desfaz a unidade de contrários. Aproveita-se esta circunstância para lançar a “culpa” pelo atraso sobre os atrasados, encobrendo a dinâmica neoliberal que fabrica exclusão social como marca crucial de sua própria razão de ser. Segue que, diante da exclusão, é mister confrontar-se com ela, não entregar-se ao opressor, porquanto, como dizia Paulo Freire, se o oprimido não se confrontar, adota o opressor. Hoje, inclusão social está contaminada desta malandragem: como regra é arapuca do opressor.

A luta do oprimido enfrenta um grave dilema que é o de lutar por igualdade sem se tornar outro opressor. Não é raro alguém simples alcançar melhor situação socioeconômica, conseqüentemente uma posição de poder e se comportar exatamente como o opressor.

Essa realidade social não acontece por acaso. Se os homens são responsáveis pela produção dessa realidade social, cabe aos próprios transformar a mesma. Não é apenas uma tarefa histórica, e sim um dever humano e social.

Paulo Freire não propõe essa mudança ensinando as massas oprimidas os pressupostos e características da sua situação, mas dialogando com elas para que se entendam na rede opressora de relações que foi tecida e que desenvolvam por meio do senso crítico a noção de que são oprimidos. Essa verdade é o primeiro passo para a libertação do oprimido. Os oprimidos serão o exemplo para si próprios em busca da libertação e da luta por um papel social mais justo.

Isso não é uma convocação ao ativismo. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho. Os homens de libertam em comunhão”, segundo Paulo Freire (1987, p.29). Na mesma obra, Freire propõe uma libertação em harmonia e trabalho conjunto:

A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles. A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua visão inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada a não ser pelo opressor. Este é que se serve desta dependência para criar mais dependência.

A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo essa dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança, por mais bem-intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é libertação dos homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação, ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns, feita por outros.

Essa libertação em cooperação citada por Paulo Freire é do que se trata essa pesquisa. A cibercultura – ou cultura cibernética – é um aspecto dominante na vida da sociedade contemporânea. Esse canal envolve informação de múltiplos tipos e assuntos, interconexão em nível global e uma globalização instantânea da comunicação em uma rede inundada de informações e possibilidades. Desde os anos 1990, esse tipo de canal de comunicação deixou de ser corporativo e estatal, para invadir o cotidiano de bilhões de pessoas ao redor do mundo, criando assim uma série de comportamentos, culturas, linguagem e práticas adequadas ao manuseio, interatividade e utilização de plataformas em constante expansão.

A exclusão digital não é um problema exclusivo de países em desenvolvimento. Mesmo em países ricos, há uma parcela da população adulta que não se propõem a se inserir no ciberespaço (Withrow, 2004). São pessoas que usam alguns produtos digitais, mas não desenvolvem uma autonomia nesse ambiente que impacte a sua vida e em maior otimização do tempo para realizar algumas atividades ou para a obtenção de novos conhecimentos. Não há nesses indivíduos a necessidade de obterem uma melhor instrução para vislumbrarem a possibilidade de uma melhoria em sua situação socioeconômica, Caso bem diferente de adultos excluídos digitalmente em um país em desenvolvimento como o Brasil.

O Brasil é um país que possui 116 milhões de pessoas conectadas a essa realidade digital, o que equivale a 64,7% da população do país. Esses dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (Pnad C) do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística, realizada em 2016. Assim, 63,3 milhões de pessoas estavam à parte do mundo digital, fosse pela dificuldade em obter um dispositivo para acesso ou por não saber usar os equipamentos que possibilitem acesso ao mundo digital. Foco aqui na parcela de pessoas que não estão inseridas na sociedade digital devido à sua situação socioeconômica.

A cibercultura está inserida em vários aspectos do cotidiano do ser humano. Hoje os celulares, tablets, computadores e laptops são elementos comuns nas vidas de várias pessoas. E não me atendo aqui apenas a dispositivos. As interfaces digitais estão inseridas de forma abrangente na vida humana, haja vista o maior uso de cartões de débito e crédito em compras, o uso do caixa eletrônico dos bancos, a massificação da comunicação por aplicativos de celular e os vários tipos de entretenimento que esse mesmo dispositivo pode proporcionar, além de facilitar muitas atividades simples, como calcular uma porcentagem em uma conta de restaurante ou mesmo achar o melhor caminho pra se chegar a algum lugar. As possibilidades e oportunidades que a cibercultura oferece são múltiplas e o potencial impacto disso na vida humana é projetado, estudado, mas ainda incalculável.

Agora, imagine-se como um indivíduo que não sabe como lidar com toda essa tecnologia ao seu redor, ou que lida de forma limitada e extremamente insegura. Imagine que toda vez que se deparar com uma conta pra pagar num caixa eletrônico ou com a necessidade de pedir um carro por um aplicativo de táxi, você não apenas não tem ideia de como se faz aquilo, mas também tem medo de tentar aprender por conta própria, pois aquele ambiente, aquela interface, aqueles ícones e menus lhe são estranhos e ou intimidadores? É algo certamente desconfortável, no mínimo. Infelizmente essa é a realidade de vários brasileiros jovens e adultos em nosso país.

Para esses indivíduos, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas para educá-los a utilizar esse ambiente e para facilitar a compra de equipamentos que possibilitem essa educação e concomitante inserção no mundo digital.

Paulo Freire não vivenciou a evolução tecnológica do século XXI, mas mesmo em seu tempo ele entendia como era importante a evolução humana e vislumbrar um melhor através do que o homem viria a descobrir através da ciência e tecnologia. Em 1984, em uma entrevista ele demonstrou como gostaria de acompanhar esses avanços: “Faço questão enorme de ser um homem de meu tempo e não um homem exilado dele” (1984a, p.1).

A alfabetização digital não tem como objetivo apenas que o indivíduo saiba como usar um computador ou navegar na internet. A alfabetização digital inclui possibilitar ao ser humano a apropriação crítica desses equipamentos, o uso social dessas plataformas, tendo ao alcance novos horizontes, práticas, aprendizados e conhecimentos.

É importante que os programas de alfabetização digital se preocupem em oferecer um aprendizado adaptado às características da realidade social do grupo alvo, para que ele melhore sua qualidade de vida e sua relação com o espaço através desse conhecimento obtido. A tecnologia se torna a mediadora de conhecimentos para um novo estilo de vida, que pode não ser radicalmente diferente do que o indivíduo tinha previamente, mas pode ser vivido com maior dinamismo e versatilidade de acordo com suas necessidades e interesses. Esse empoderamento digital pode levar o indivíduo a uma nova postura no exercício de sua cidadania, com um olhar mais crítico e uma melhor noção de como utilizar esse mundo virtual para seu crescimento em várias áreas, conseqüentemente se tornando uma ferramenta para se libertar da condição social de oprimido.

Segundo Cruz (2005, p.19) em seu artigo sobre alfabetização digital apresentado no Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, realizado na Universidade Federal de Juiz De Fora:

A inclusão social pressupõe formação para a cidadania, o que significa que as tecnologias de informação devem ser utilizadas no processo de democratização e universalização do acesso à informação.

Assim, essa investigação se propõe a estudar uma forma de proporcionar ao cidadão excluído, uma melhor formação, com maior informação e melhores possibilidades sociais. Uma cidadania que se reflita em melhoria de vida. Em O Espaço Do Cidadão (1987, p.150), Milton Santos destaca a importância de uma política social que corrija as desigualdades na distribuição de infraestrutura e cultura para os menos favorecidos, para que se assegure a cidadania em todos os níveis da sociedade:

Considerando o território como um conjunto de lugares e o espaço nacional como um conjunto de localizações (Santos, 1985), termos que estas estarão sempre mudando, não obstante o lugar fique o mesmo, em vista do constante rearranjo dos valores atribuídos a cada lugar e às atividades e pessoas presentes. Nesse caso, urge que os processos corretivos sejam, também, permanentes, de modo a restabelecer os valores

perdidos. A dotação de recursos seria objeto de revisões constantes. Seria a partir dessa premissa que a repartição territorial dos gastos públicos seria estabelecida segundo regras flexíveis, capazes de contemplar as diversas escalas geográficas da administração, dentro do objetivo redistributivista. Para cada esfera territorial, um conjunto de atribuições e de recursos capaz de assegurar a cidadania em todos os seus níveis.

Territorialmente pode-se perceber a desigualdade social no meio ambiente urbano. A população à margem, ocupa espaços deficitários em infraestrutura e promoção de eventos culturais. A transmissão da informação e em parte da cultura, está ligada intimamente ao mundo virtual nos tempos atuais. Busco através ao aplicação desse curso e dos dados provenientes dessa pesquisa, proporcionar ao cidadão menos favorecido a oportunidade de perceber melhor o espaço e suas desigualdades e também de através da inserção no mundo da informação digital, ressignificar sua relação com o espaço e principalmente de seu papel nele, oferecendo através da melhor habilidade em obter cultura e informação digitalmente, uma chance de quebrarem as correntes da opressão social em que se encontram.

2.3 A evolução do objeto da ciência geográfica e a importância de o indivíduo reconhecer a sua relação com o espaço e seu papel nele.

Esta pesquisa está diretamente ligada à Geografia e seu objeto de pesquisa, o espaço. Essa investigação busca compreender se a alfabetização digital através de conceitos geográficos redimensiona a percepção que o indivíduo tem a respeito do espaço e de sua relação com ele.

Ao se perceber como agente transformador do espaço e como um ser que influencia e é influenciado pelas relações nesse e com esse espaço, surge no ser humano uma nova cidadania a ser desempenhada no momento em que ele passa a entender as motivações sociais que lhe imputaram um papel no espaço geográfico que o cerca e como ele pode exercer um papel mais ativo no uso, conquista e desenvolvimento do espaço que o cerca. Comparo essa relação com a de um ator que descobre que o cenário em que atua é muito mais vasto e complexo do que antes imaginava e que seu personagem pode interagir e influenciar sua própria história de formas muito mais intensas e complexas do que as que pressupunha.

O estudo e compreensão do espaço geográfico pelo homem é o objeto de estudo da Geografia, mas essa análise envolve muito mais que esta ciência em si.

Abarca conhecimentos filosóficos, sociológicos, econômicos, entre muitos outros. Dentro da própria ciência geográfica houve uma notável evolução na análise de seu objeto e a compreensão dessa evolução se faz necessária para compreender-se a complexidade da Geografia enquanto ciência e o quão importante ela pode ser quando utilizada como ferramenta na alfabetização digital.

A partir das formulações de Kant³¹, o estudo da superfície terrestre é considerado como o objeto de estudo da Geografia. Este enfoque é vago, pois a superfície terrestre é palco para a atuação de várias outras ciências, não podendo ser restrito a uma só. Kant é um dos primeiros pensadores que teorizaram essa ciência. Havia uma prepotência ao se delimitar como objeto da Geografia, todos os fenômenos que acontecem sobre a superfície terrestre. A própria etimologia da palavra Geografia - descrição da Terra - embasava essa pretensão dos primeiros geógrafos em tornar o pensamento geográfico algo além da sua capacidade ou objetivo mais eficaz.

Para Kant, haveria dois níveis de ciência. O primeiro seria apoiado na razão, as ciências especulativas. No segundo nível, que levaria em conta o empirismo e a observação, encontram-se ciências descritivas como a Antropologia e a Geografia. A Antropologia seria responsável pela observação do homem e a Geografia teria como objeto a observação e descrição da natureza.

A tradição kantiana posicionou a Geografia à época de seu surgimento, como uma ciência sintética, pois envolve conhecimentos de várias outras ciências e descritiva, que enumerava e considerava os fenômenos que ocorriam sobre a superfície terrestre. A polêmica em torno dessa corrente epistemológica reside no que significa exatamente o conceito de superfície terrestre. Ela se refere à biosfera (considera a vida na Terra) ou se atém apenas a crosta terrestre (camada do solo mais superficial). Era uma forma vaga de se determinar o objeto de estudo da Geografia e sua atuação em nível intelectual, no entanto, foi uma prática que se mostrou majoritária em sua época.

31 **Immanuel Kant** (1724 - 1804) foi um filósofo alemão, considerado como o principal filósofo da era moderna, Kant operou na epistemologia uma síntese entre o racionalismo de Descartes, Espinoza e Leibniz, onde o raciocínio dedutivo impera e a tradição empírica inglesa de Hume e Locke, que valoriza a indução.

Durante o século XVIII, a geografia é inserida em debates de temas filosóficos, que buscava a compreensão dos fenômenos da realidade. Os filósofos propunham a explicação do real através da compreensão dos fenômenos naturais e de sua sistematização, algo que se tornou possível em boa parte pelas pesquisas da ciência geográfica. O objetivo era colocar a visão teológica em dúvida. Filósofos como Kant enfatizavam a questão do espaço. Outros como Hegel apontavam a importante influência do meio (natural) sobre as sociedades. Herder³² encarava a Terra como “teatro da humanidade”.

Durante o Iluminismo³³, Rousseau dizia que a democracia só seria possível em nações menos extensas e que nas mais extensas, a tendência eram regimes autocráticos. Montesquieu³⁴, postulou sobre a ação do meio no caráter dos povos em sua obra *O espírito das leis*³⁵, que incluía teses muito deterministas como a de que os homens das montanhas seriam mais pacíficos por se sentirem protegidos por elas e os homens das planícies, por serem mais expostos pela formação do terreno, seriam guerreiros naturais. Temas que conversavam diretamente com a Geografia. Uma dialógica espontânea e não uma conversa premeditada.

Economistas e políticos também promoveram a valorização dos temas geográficos, tratando de assuntos como distância, aumento populacional e propriedade dos solos, Adam Smith³⁶ e Malthus³⁷ são autores frequentemente citados pelos sistematizadores da Geografia por tratarem de questões básicas da mesma.

32 **Johann Gottfried von Herder** (Prússia Oriental, 1744-1803) foi um filósofo e escritor alemão.

33 **Iluminismo**, é um movimento cultural que se desenvolveu na Inglaterra, Holanda e França, nos séculos XVII e XVIII. Nessa época, o desenvolvimento intelectual, que vinha ocorrendo desde o Renascimento, deu origem a ideias de liberdade política e econômica, defendidas pela burguesia.

34 **Charles-Louis de Secondat**, barão de La Brède e de Montesquieu, (França, 1689-1755) conhecido como Montesquieu, foi um político, filósofo e escritor francês.

35 **O Espírito das Leis**, publicado em 1748, é o livro no qual Montesquieu elabora conceitos sobre formas de governo e exercícios da autoridade política que se tornaram pontos doutrinários básicos da ciência política.

36 **Adam Smith** (Escócia, 1723-1790), foi um filósofo e economista britânico

37 **Thomas Robert Malthus** (Inglaterra, 1766-1834), foi um economista britânico.

A Geografia também se vê representada nas teorias evolucionistas de Darwin³⁸ e Lamarck³⁹. Elas explicavam que a adaptação ao meio seria fundamental para o processo de evolução e isso se dava em diferentes condições ambientais. A Geografia demonstrou ser uma base sólida para as indagações das teorias evolucionistas, responsáveis pela metodologia naturalista e que se faziam abundantemente presentes nas propostas dos primeiros geógrafos.

Outros autores utilizam a paisagem como objeto de estudo da Geografia. A análise geográfica se restringiria aos elementos visíveis da realidade de um local. A paisagem era encarada como produto de uma série de fenômenos, mantendo assim, o caráter sintético da Geografia enquanto ciência, pois trabalhava com dados de todas as demais ciências, algo que demonstra como desde sua gênese e início do seu desenvolvimento, a teoria em ciência geográfica possui intrinsecamente um caráter e vocação interdisciplinar. A paisagem era apreendida de duas formas. Uma descritiva, daí surgindo o enfoque na morfologia e conseqüentemente gerando um campo até hoje muito importante dentro da Geografia, a Geomorfologia; E outro difundido por Humboldt⁴⁰, voltado para o funcionamento dos elementos da paisagem e a interação entre eles, em suma, a fisiologia dela. Esse aspecto da análise da paisagem a partir inter-relação de seus elementos marca o início das correntes de ideias da Geografia Moderna, que começa a introduzir a Ecologia como elemento importante na interpretação e análise dos elementos e suas inter-relações na paisagem.

Uma proposta extremamente similar, veio dos autores que propõem como objeto de estudo da Geografia, o estudo da individualidade dos lugares, visando assim a compreender a singularidade de lugares do planeta. Alguns faziam isso pela descrição exaustiva da paisagem, outros pelo caminho já mencionado da inter-relação entre os elementos dessa paisagem. Essa expressão da análise da paisagem tem na Geografia Regional sua setorização enquanto um dos campos de estudo da ciência

38 **Charles Robert Darwin**, (Inglaterra, 1809-1882) foi um naturalista, geólogo e biólogo britânico, célebre por seus avanços sobre a evolução nas ciências biológicas.

39 **Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck** (França, 1744-1829), foi um naturalista francês que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos, uma teoria da evolução agora desacreditada

40 **Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander von Humboldt**, o barão de Humboldt (Berlim, Alemanha, 1769 - 1859), mais conhecido como Alexander von Humboldt, foi um geógrafo, naturalista e explorador nascido na Prússia, atual Alemanha.

geográfica, pois esta propõe a região como uma porção do espaço terrestre passível de individualização por possuir um caráter próprio.

Com o surgimento de uma unidade de delimitação física do objeto de estudo, o conceito de região, surge entre os autores uma corrente que visou a comparar as regiões, indicar suas singularidades e tentar compreender suas diferenças e as razões da existência delas. São buscados elementos que sejam comuns às regiões, em uma clara tendência de generalizar e restringir o pensamento geográfico.

Existiram autores que definiram o espaço como objeto de estudo da Geografia. Mas essa definição por si só é muito ambígua e versátil, e, assim, é uma expressão imbuída de problemáticas. A primeira mais óbvia é: o que é a definição de espaço? Uma questão que em termos filosóficos já é de difícil resposta e essa mesma dificuldade se repete no âmbito da Geografia. Nesse intuito, trago Antonio Carlos Robert Moraes⁴¹ e seu “Geografia: Pequena História Crítica” (1981) como o autor que melhor sintetizou a problemática do conceito de espaço na Geografia:

Sem querer penetrar na polêmica, podem-se apontar três possibilidades mais usuais no trato da questão: o espaço pode ser concebido como uma categoria do entendimento, isto é, toda forma de conhecimento efetivar-se-ia através de categorias, como tempo, grau, gênero, espaço etc. Nesta concepção, o espaço, além de ser destituído de sua existência empírica, seria um dado de toda forma de conhecimento, não podendo qualificar a especificidade da Geografia. O espaço também pode ser concebido como um atributo dos seres, no sentido de que nada existiria sem ocupar um determinado espaço. Nesta concepção, o estudo do atributo espacial de qualquer fenômeno dar-se-ia na própria análise sistemática deste. Assim, não seria possível propô-lo como um estudo particular, logo, como objeto da Geografia. Finalmente, o espaço pode ser concebido como um ser específico do real, com características e com uma dinâmica própria. Aqui haveria a possibilidade de pensá-lo como objeto da Geografia, porém, só depois de demonstrar a afirmação efetuada. Esta perspectiva da Geografia, como estudo do espaço, enfatiza a busca da lógica da distribuição e da localização dos fenômenos, a qual seria a essência da dimensão espacial. Entretanto, esta Geografia, que propõe a dedução, só conseguiu se efetivar à custa de artifícios estatísticos e da quantificação. É um campo atual da discussão geográfica.

41 Antonio Carlos Robert Moraes (Poços de Caldas, 1954 - 2015) foi um geógrafo, cientista social e professor brasileiro.

Moraes pontua que o conceito de espaço entendido de forma abrangente ou abstrata e em sua possibilidade empírica (extremamente experimental), não se relaciona com a Geografia. No mesmo trecho, discorre que considerar o espaço apenas em sua ocupação física e nos objetos nele contidos, não constitui uma sistemática que o relacione apenas com a ciência geográfica. E finalmente ele deixa claro que a essência do conceito de espaço que o torna objeto de estudo da Geografia é a ocorrência de fenômenos e a distribuição deles em um determinado lugar (espaço) e que ao quantificar e criar dados estatísticos dessas ocorrências é que torna o espaço um objeto de estudo da Geografia e os autores mais antigos reconheceram esse fato. O conceito de espaço é de extrema importância para a evolução do pensamento geográfico e para a evolução do seu objeto de estudo. Quando o espaço deixou de ser um conjunto de elementos morfológicos ou uma região estritamente delimitada, mas passa a ser considerado como qualquer lugar onde ocorram fenômenos humanos e naturais passíveis de análise, abriu-se a possibilidade de uma maior evolução teórica e complexidade na ciência geográfica.

Esse caminho do pensamento geográfico rumo a uma evolução que o tornasse mais abrangente e complexo e conseqüentemente mais preciso enquanto ciência, passava pela consideração de um dos elementos mais presentes, transformadores e dependentes desse espaço, o ser humano. Autores passaram a definir a Geografia como o estudo das relações entre a sociedade e o homem. Uma proposta que coloca em contato as ciências naturais e as ciências sociais ou humanas. Essa concepção surgiu, com pelo menos, três correntes principais e distintas de aplicação dessa nova visão do objeto da ciência Geográfica durante o século XIX, época em que a Geografia se ergueu formalmente enquanto ciência, com influência do positivismo filosófico em voga na Europa nesse período.

A primeira corrente considera a influência do meio sobre o homem, ou seja, como os aspectos naturais influenciam o desenvolvimento da sociedade. Esse fato é tido como uma verdade absoluta, cabendo à Geografia explicar os mecanismos desse sistema e suas manifestações. O homem é tido como um agente passivo, cujo destino é influenciado e determinado pela natureza que o cerca. A explicação desses mecanismos estaria atrelada ao poder da natureza e o máximo de iniciativa do homem nesse tipo de análise, seria seu poder de reação às condições lhe impostas pelo meio, a natureza.

Outros autores inverteram a lógica dessa relação e analisaram o objeto de estudo da Geografia a partir da forma como o ser humano transforma o meio à sua volta. Aqui a pertinência é estudar a apropriação dos recursos naturais pelo homem e os resultados dessa ação.

Uma terceira via de organização de pensamento geográfico que dá o mesmo peso a importância da ação humana e da ação da natureza sobre o espaço. Passaram então a considerar a interação e influência mútua entre as duas partes na produção do espaço. Os estudos buscavam entender o estabelecimento, a manutenção e as rupturas nas dinâmicas das relações entre o homem e o meio para compreender como o espaço é produzido e transformado, uma concepção muito voltada para a Ecologia.

Estas três correntes de estudo na Geografia eram embasadas no positivismo. Este tem como norte, análise dos fatos e características que podem ser percebidos a olho nu e com indicadores que lidem com dados mensuráveis, palpáveis. Colocando o cientista como mero observador dos fenômenos, que conteria em si as respostas para as perguntas que fossem necessárias à compreensão de uma realidade. Mais uma vez Moraes (1981, p.7) é muito certo ao descrever os erros e limitações que essa prática positivista impunha ao desenvolvimento da Geografia e de seus cientistas:

Tal postura aparece na Geografia através da desgastada máxima – “A Geografia é uma ciência empírica, pautada na observação” – presente em todas as correntes dessa disciplina. Em primeiro lugar, coloca-se algo que é comum a todas as ciências – ao referir-se ao real – como um elemento de especificidade da Geografia. E mais, em uma visão empobrecedora da realidade, reduz-se esta a mero empirismo. A descrição, a enumeração e classificação dos fatos referentes ao espaço são momentos de sua apreensão, mas a Geografia Tradicional se limitou a eles; como se eles cumprissem toda a tarefa de um trabalho científico. E, desta forma, comprometeu estes próprios procedimentos, ora fazendo relações entre elementos de qualidade distinta, ora ignorando mediações e grandezas entre processos, ora formulando juízos genéricos apressados. E sempre concluindo com a elaboração de tipos formais, a-históricos e, enquanto tais, abstratos (sem correspondência com os fatos concretos). Esta concepção, presente em todas as definições apresentadas, emperrou a possibilidade de chegar à Geografia a um conhecimento mais generalizador, que não fosse à custa do formalismo tipológico. Enfim, de que ele ultrapassasse a descrição e a classificação dos fenômenos. Por esta razão, a Geografia Geral, tão almejada pelos geógrafos, na prática sempre se restringiu aos compêndios enumerativos e exaustivos, de triste memória para os estudantes do secundário.

Dentro da linha do positivismo, outra influência limitadora sobre a Geografia, foi o naturalismo. Os estudos nessa ciência em sua fase tradicional, encaram o homem como mais um fenômeno na superfície terrestre, uma tendência a relativizar as diferenças latentes entre as pesquisas em ciências humanas e a pesquisa em ciências naturais, analisando os elementos do espaço de forma que o homem, mesmo tendo algum destaque em certos postulados, é percebido, na maior parte da produção dessa época, como um fator no meio de um conjunto de fatores. Esse tipo de postura científica se refletiu na Geografia quando o foco se voltou para indicadores de população (números brutos e frios) e não para o conceito de sociedade (algo muito mais complexo e dinâmico).

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo durante o século XIX torna-se um ponto de referência primordial para se entender a sistematização e consolidação da Geografia como ciência, em especial a forma como ele se deu na Alemanha, país considerado o berço dessa ciência.

Humboldt e Ritter⁴² surgiram com pensamentos geográficos, melhor organizados e sistematizados nessa época, dando forma à ciência geográfica e suas primeiras epistemologias para a Geografia, agora desvinculadas do papel de instrumento de outras ciências.

Humboldt entendia a Geografia como a síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra. A sua definição do objeto da Geografia conforme Moraes (1981, p.15) é “A contemplação da universalidade das coisas, de tudo que coexiste no espaço concernente a substâncias e forças, da simultaneidade dos seres materiais que coexistem na Terra” , Segundo essa definição do objeto, a Geografia estudaria a causalidade existente na natureza, através das conexões entre os elementos que nela coexistem, mantendo a linha de pensamento positivista de encarar a Geografia como uma ciência sintética. O método era basicamente a intuição a partir da observação, o empirismo raciocinado.

Já Ritter conduz sua episteme na ciência geográfica explicitamente focado na metodologia. *Em Geografia Comparada*, seu principal trabalho, a Geografia é utilizado

42 **Karl Ritter** (Alemanha, 1779-1859) foi um geógrafo e naturalista, nascido em Quedlimburgo, pertencente à Prússia, fundamental para o posterior surgimento da geografia humana.

como uma ciência normativa, que estudaria arranjos individuais e exercer comparação entre eles. O conjunto desses arranjos representa uma totalidade que coloca o homem no centro, como principal elemento. Uma perspectiva que se baseia no caráter religioso da vida do autor. Ritter via a ciência como uma forma de relação entre Deus e o homem. Uma aproximação humana do divino e da divindade. A ciência geográfica visaria a estudar os sistemas naturais para entender o propósito de Deus para aquela localidade, porção de Terra, ecossistema, região ou país, para que o ser humano pudesse atingir uma harmonia entre seus intentos e os desígnios de Deus. O conhecimento geográfico seria uma forma de contemplação da própria divindade. O método de Ritter era um reforço da análise empírica, no qual segundo ele, se caminharía de “observação em observação”.

Esses dois autores alemães são a base da Geografia Tradicional. Ritter sendo regional e antropocêntrico e Humboldt buscando abarcar todo o planeta sem privilegiar o homem.

No fim do século XIX, a Geografia tem sua sistematização revigorada pelas propostas de sistematização de Ratzel⁴³. Ritter e Humboldt tinham como pano de fundo político à época de seus estudos e teorizações, o aparecimento do ideal de unificação alemão como Estado, na transição entre feudalismo e capitalismo. Ratzel encara um panorama político diferente. Ele atua no período dos primeiros anos do recém-constituído Estado alemão. Sua episteme foi instrumento para a legitimação dos ideais expansionistas desse Estado. Como L. Febvre denominou, um “manual de imperialismo”.

Esse imperialismo de Ratzel, se explica em uma frase de seu *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História* (1822):

“Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial”

Esta obra é considerada o início da Geografia Humana. Nela Ratzel define como objeto de estudo da Geografia, o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. Tais influências atuariam na fisiologia dos seres

43 **Friedrich Ratzel** (Alemanha, 1844 - 1904) foi um geógrafo e etnólogo alemão, notável por ter criado o termo *Lebensraum* ("espaço vital").

humanos e também em seu caráter e através desses dois fatores afetariam a sociedade. Ratzel centraliza seu pensamento geográfico na teoria de que a sociedade é um organismo que precisa utilizar os recursos naturais para à duras penas alcançar sua liberdade. Quanto maior a utilização desses recursos, melhor seria o progresso dessa sociedade. Isso seria aplicado à posse de terras e sua defesa como característica imperativa para a constituição de um Estado. A obra de Ratzel é um manifesto da importância da relação entre posse de terras, trabalho, lucro e imperialismo para a constituição de um Estado soberano. A perda de território seria a maior prova de fraqueza de uma sociedade. Ele elabora então o conceito de “espaço vital”.

O espaço vital de Ratzel, representa uma relação de equilíbrio entre a população, os recursos disponíveis para as necessidades dela e a expansão do território em que ela se encontra. Teorias que depois serviriam como base para as pretensões do regime nazista que culminou em na maior guerra do século passado.

Em oposição a essas teorias geográficas expansionistas germânicas, surge na França também no século XIX, o pensamento geográfico teorizado por Vidal de La Blache⁴⁴. Em suas obras entre o século XIX e o século passado, La Blache volta o seu pensamento geográfico para os interesses da burguesia francesa, dominante no contexto sociopolítico da época naquele país. Manifestava um tom mais liberal, em concordância com a evolução francesa.

La Blache claramente fazia oposição à forma como a Geografia servia abertamente os interesses do Estado na Alemanha, bradando o clássico lema liberal de que a ciência precisa de neutralidade política. Propôs uma despolitização aparente do temário da disciplina. Isso era uma tática para dissimular o conteúdo ideológico de sua forma de entender e fazer Geografia, descomprometendo-a da prática social.

Se opondo ao pensamento naturalista de Ratzel, La Blache criticou a minimização do elemento humano na análise e compreensão do espaço. Entretanto, seu pensamento geográfico não se centralizava no homem. Pois considerava que “a Geografia é uma ciência dos lugares e não dos homens”. Além disso, ele relativizava

44 Geógrafo francês (1845 – 1918). Professor da Escola Normal Superior de Paris desde 1878, ocupou a cátedra de Geografia na Sorbonne a partir de 1898.

o impacto das condições naturais na determinação da História, uma prática comum na teorização alemã em geografia, que faziam a uma relação com as possibilidades naturais que o território oferecia, fossem protecionistas ou extrativistas, ao desenvolvimento social de um estado. Seu discurso era sempre uma crítica ao que havia se consolidado na Alemanha.

Vidal de La Blache determinou como objeto de estudo da Geografia, a relação do indivíduo com a natureza, sem um agente determinantemente ativo. Ambos se influenciam e transformam o espaço. Surge o Possibilismo, que entende que a paisagem é formada pelas transformações que o homem opera na natureza de acordo com as possibilidades que esta oferece. Em cada lugar do planeta a relação dos diferentes grupos de indivíduos com a natureza fez com que eles desenvolvessem um diferente conjunto de técnicas e hábitos de acordo com o que a natureza possibilitava e exigia em cada localidade. A diversidade dos meios explicaria então os diferentes tipos de desenvolvimento social e gêneros de vida. Se os recursos naturais fossem escassos em determinadas localidades, a sociedade ali presente seria rudimentar e com normas sociais menos evoluída. O contrário também se reproduziria em uma sociedade com recursos naturais em abundância. O crescimento populacional incrementaria o desenvolvimento de novas técnicas e o consequente progresso humano. As cidades seriam o ponto de convergência onde a civilização se desenvolveria ao propiciar a interação entre diferentes gêneros e estilos de vida. O crescimento dos gêneros de vida pelo planeta, acabaria com os localismos. A Geografia estudaria esses gêneros de vida, sua gênese, manutenção, transformação e difusão pelo espaço. Discurso que fazia um contraponto à dominação espacial alemã, mas legitimava a colonização francesa.

Ainda que a concebendo como um estudo da paisagem, a Geografia de Vidal de La Blache não deixa de ser um marco no surgimento da Geografia Humana, na qual todos os estudos na área estariam vinculados. Um pensamento geográfico que falava sobre grupos e população, mas nunca sobre sociedade. Analisava técnicas de trabalho e seus instrumentos, mas não do processo de produção. A relação abordada é homem-natureza e não as relações entre os humanos, mantendo o caráter naturalista da ciência, mesmo com um discurso confrontando essa prática, por discordar da geografia naturalista e territorialista alemã.

A proposta vidalina de Geografia foi precursora e base de uma corrente de teóricos nessa ciência. Ao criar a revista *Annales de Géographie*, Vidal estabeleceu uma rede de pesquisa que incorporava suas propostas para o pensamento geográfico. Emmanuel de Martonne⁴⁵, estudou e escreveu sobre Geografia Física com influência direta de Vidal De La Blache. Brunhes⁴⁶, inspirado nos fundamentos vidalinos, escreveu uma Geografia Humana categorizada, baseada em uso e ocupação do solo. Demangeon⁴⁷, elaborou o conceito de meio geográfico, diferenciando-o do meio físico ao tratar das atividades produtivas e instalações humanas. Vallaux⁴⁸, entrava em conflito com La Blache ao ir na linha possibilista e estudar o quarto estado da matéria, aquele criado pelo trabalho humano. Todos esses autores são um exemplo de como Vidal de La Blache influenciou a escola francesa de Geografia e a ciência geográfica como um todo até meados do século XX.

A Geografia Tradicional encontra seu ponto estagnação em meados do século XX. As últimas propostas notáveis que emulam o tradicionalismo no pensamento geográfico são as de Hettner⁴⁹ e Hartshorne⁵⁰. Hettner é precursor de Hartshorne e o influencia. Sua obra é busca um caminho diferente do de Ratzel e La Blache, uma terceira via que não fosse o Determinismo ou Possibilismo. A Geografia proposta por Hettner é a da diferenciação de áreas. Ele visou explicar o motivo e em que aspectos os espaços na superfície terrestre se diferenciam. Os diferentes elementos e fenômenos desses espaços e as relações entre eles seriam o objeto de estudo da ciência geográfica.

Essa maneira de fazer Geografia ficou momentaneamente restrita à Alemanha, pois à época das formulações de Hettner, o país passava por um período intenso de guerras e consequente isolamento cultural. Quem expandiu para a comunidade

45 **Martonne:** (França, 1873-1955). Precursor dos estudos em climatologia. Escreveu a obra *Problemas morfológicos do Brasil atlântico tropical* (1943) onde se deu início ao terceiro período da história da geomorfologia brasileira.

46 **Jean Brunhes:** (França, 1869-1930), se tornou professor de Geografia e História na Faculdade de Ciências de Lyon.

47 Geógrafo francês e aluno de Vidal de La Blache, publicou em 1905 seu primeiro trabalho de geografia regional sobre a Picardia.

48 **Camille Vallaux** (França, 1870-1945) é um geógrafo francês, fundador da oceanografia geográfica.

49 **Alfred Hettner** (Alemanha, 1859-1941) era um geógrafo alemão conhecido pelo conceito de corologia, o estudo de lugares e regiões.

50 **Richard Hartshorne** (Estados Unidos, 1899-1992) foi um geógrafo estado-unidense. É o autor de *The Nature of Geography* (1939) e de *Perspective on the Nature of Geography* (1959).

científica algumas de suas teorias foi Hartshorne. O geógrafo americano publicou em 1939 o livro, *A natureza da Geografia*, uma obra discutida em nível mundial que gerou debates e críticas que inspiraram um segundo livro com a proposta final de Hartshorne, vinte anos depois do primeiro, *Questões sobre a natureza da Geografia*. Esse livro é uma tentativa de modernizar o pensamento da Geografia Tradicional. Nele, Hartshorne encara os estudos geográficos sem isolar seus elementos, mas analisando suas inter-relações. Ele para de procurar um objeto específico para a Geografia e passa a entendê-lo como pontos de vista. Uma visão sintética sobre os fenômenos no espaço. As inter-relações não teriam importância em si, mas como forma de compreender o caráter de locais diferentes da Terra.

O método de Hartshorne leva em conta dois conceitos básicos, área e integração. A área se refere a uma parcela da superfície terrestre em que o observador a distingue das demais, por escolha pessoal segundo os fenômenos que deseja dar enfoque. O número de fenômenos analisados, pode aumentar ou diminuir essa área, conforme o objetivo do pesquisador. A integração se refere aos múltiplos processos e fenômenos inter-relacionados dentro da área. O pesquisador pode criar grupos de fenômenos e analisar separadamente, um físico e outro demográfico, analisar os fenômenos e as inter-relações em dentro cada grupo na área e depois analisar a inter-relação entre os dois grupos, por exemplo. Um processo que pode ser repetido inúmeras vezes e com os mais variados indicadores, que foi denominado Geografia Idiográfica. A Geografia Idiográfica era a análise singular e unitária de um local, que levaria a um conhecimento bastante profundo dele.

Outra proposta de Hartshorne foi a Geografia Nomotética. Esta consistia em reproduzir a análise dos mesmos indicadores em diferentes áreas e compará-los para se obter um padrão de variação daqueles fenômenos tratados. Essa prática podia gerar a análise mundial de uma série de temas, como a Geografia do Petróleo, a Geografia da Indústria, a Geografia da Monocultura, etc.

A Geografia Nomotética facilitou o estudo regional, algo que ia ao encontro do interesse político por permitir planejamento mais preciso para o uso e povoamento de um território. A quantificação desses dados deu origem à inserção da computação na Geografia, pois sua operacionalidade facilita a análise dessas inter-relações e integrações com tantos elementos envolvidos.

Esse painel inicial sobre a evolução do pensamento geográfico tradicional tem como propósito ser uma síntese objetiva sobre o assunto, pois a compreensão da problemática em se apontar um objeto de estudo para a Geografia é um fator determinante na complexidade dessa ciência e para a visão renovada e atual que ela propõe em nossos tempos. Uma ciência com verve humanista e com um dever social.

Essa tal verve começa a se manifestar durante os anos 70 do século passado. Com uma teorização e foco em pesquisa que recharacteriza a Geografia e seu objeto. Surge assim a Geografia Humanista, a Geografia Cultural e a Geografia Crítica. Dentre os autores com contribuições relevantes dentro dessas novas propostas de Geografia, cito aqui Horácio Capel, Paul Claval, Yves Lacoste, Giuseppe Dematteis e Milton Santos.

Dou ênfase à Geografia Crítica de Milton Santos. Santos, um geógrafo brasileiro mundialmente renomado e respeitado na comunidade científica, fez da Geografia uma ciência de militância em prol da cidadania. Ele repensou o espaço enquanto categoria de análise científica.

Para Milton Santos, a Geografia ficou viúva do espaço durante seu desenvolvimento e o de sua episteme. As análises geográficas tinham como base a história, a natureza, a economia e essa prática substituía o espaço real, o espaço das sociedades. Na proposta de Santos, discutir Geografia é necessariamente discutir o espaço. Mas definir o que era esse espaço, tornou-se um problema para esta ciência.

A Geografia era tida pelos próprios geógrafos tradicionais como uma ciência de síntese. Esse tipo de pensamento fez com que fosse instituído um caráter multidisciplinar nas pesquisas em Geografia. Mas isso era enxergar esta ciência de forma rasa. A Geografia é mais que multidisciplinar, ela é interdisciplinar segundo Milton Santos, ou seja, ela não propõe estudos em conjunto com outras áreas da ciência, mas ela se utiliza de outros campos científicos para auxiliar e servir aos objetivos de suas pesquisas.

Milton Santos percebia que o espaço era ordenado e organizado a partir da ordem social, da ordem política e da ordem econômica. Todas elas atribuíam valor próprio particular às coisas e aos homens. A este fenômeno ele nomeou *Formação Social*. Um instrumento legítimo para a análise da sociedade e seu respectivo espaço,

que exigia um olhar para a totalidade e não para o detalhe. Em seu *Por Uma Geografia Nova* (1978, p.237), Santos explica:

Como, sem a noção de totalidade, explicar, por exemplo, que certos Estados sejam cada dia mais ricos e outros cada dia mais pobres? Como explicar igualmente que, a despeito dos índices de crescimento econômico positivos e mesmo em certos casos reconfortantes, o volume de pessoas pobres esteja aumentando? [...] Tal realidade é todos os dias exibida pelas estatísticas de produção e comércio, mostrada pelas discussões em todos os níveis e pelos mais diversos meios de difusão. Apenas para que seja realmente vista, essa realidade tem de ser considerada como uma totalidade, na qual há interdependência entre todas as partes. A noção de totalidade, tornada evidente nas condições atuais da evolução capitalista, não mais permite que se cole um esparadrapo monstro para ocultar o quadro de desigualdades assim como as contradições geradas pelo próprio sistema.

Porém, Santos não coloca o ser humano como uma vítima da Formação Social. O homem é parte desse sistema. A problemática é que uma parcela da população de beneficia disso e outra é oprimida pelo mesmo sistema. O ser humano é uma variável nesse sistema, que tem valor diferente a cada momento, dependendo de como a totalidade social o define.

O homem tem relativa autonomia na visão de Milton Santos. Ele é multidimensional e sua consciência se alarga diante de situações adversas. Os que avançam ao encarar tais desafios são os que podem exercer diferença para que se alcance uma nova e melhor sociedade. Estes devem propor um modelo cívico mais justo que dê a cultura um papel transformador da sociedade, sendo trazida ao alcance de todos e não um valor social, onde os que possuem acesso mais facilitado e amplo a ela se tornam privilegiados dominantes num contexto sócio político. A cultura permite o encontro com o futuro. Transformar a subordinação social ao modelo econômico em uma subordinação do modelo econômico ao modelo cívico. Um modelo que resista à imposição dos desejos de poder e opressão de uma minoria e abarque os interesses de uma maioria oprimida.

Outra ferramenta de resistência e libertação segundo Milton Santos é a educação. Ela deve prover todas as pessoas para que possam absorver conhecimentos e informações e desenvolverem seu próprio senso crítico. Isso é importante para que o homem passe a ver a cidade (ou o espaço) como um todo, com suas características fazendo parte de um interesse mais complexo ao longo de sua

rede de oferecimento de infraestrutura e serviços essenciais. A educação possibilitaria inclusive um eleitor reconhecido como cidadão e não como massa de manobra. A percepção do homem sobre o seu papel e sua relação com o espaço e o exercício de uma melhor cidadania, passa diretamente pela educação de qualidade, que não serve aos interesses do modelo econômico em vigência.

A Geografia percorreu um longo caminho passa de uma ciência extremamente voltada para análises meramente físicas ou estatísticas, e dedicada aos interesses dos Estados para se expandirem ou estabelecerem um modelo político-econômico, para se tornar uma ciência de cunho humanista, que busca justiça social e capacitar o homem para se entender melhor no espaço e se relacionar com o mesmo de forma que o beneficie.

Santos elevou o espaço de uma essência física à categoria de espaço social. Para isso foi necessário que ele mudasse o enfoque geográfico e passasse a enxergar a realidade também como um filósofo. Santos compreendeu as raízes da evolução do pensamento geográfico e percebeu que antes mesmo da Geografia ser uma ciência formal, vários estudiosos e cientistas de outras áreas já a praticavam enquanto ciência, mesmo sem denominá-la tal qual é hoje. Isso se dava principalmente com os filósofos.

Uma vez que a natureza é humanizada, a análise sobre ela não é apenas física, mas também social. Como Milton Santos colocou em seu *O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica* (1982, p.2):

Desde, porém, que a natureza é uma natureza humanizada, a explicação não é física, mas social. A geografia deixa de ser uma parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas. As técnicas são aqui consideradas como o conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe, em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada pelas gerações anteriores.

Ao voltar o seu olhar geográfico para o humano presente no espaço, Santos emula a forma como Gramsci⁵¹ encarava sua filosofia. Para Antonio Gramsci a filosofia não era uma prática produzida por pessoas intelectuais e especialistas em filosofia. Não era algo restrito a profissionais e sistemáticos. Gramsci considerava que

51 **Antonio Gramsci** (Itália, 1891 - 1937) foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística.

a filosofia estava contida na própria linguagem, na religião popular e no senso comum e bom senso, sendo assim, a filosofia era produzida e reproduzida pelo homem em geral, não apenas pelos estudiosos. Da mesma forma Milton Santos percebe o espaço enquanto categoria de análise. O Espaço não é apenas um produto de teorias, análises rebuscadas e base para epistemologias de grandes estudiosos. O espaço é povoado, vivido, produzido e modificado por qualquer ser que o habite, em especial o ser humano.

Para posicionar-se dessa forma, Santos abre mão da vulgarização que La Blache e Ratzel cometeram com a noção de unidade terrestre que Carl Ritter havia estabelecido antes deles. Para Milton Santos, a noção filosófica da natureza como o conjunto de todas as coisas, considerando suas idiossincrasias e peculiaridades, constituem uma totalidade e essa totalidade é um princípio básico para a elaboração de uma filosofia do espaço do ser humano.

A compreensão do espaço nem sempre se dá por meio de fatores visíveis, de pura observação e empirismo. Ela passa por alguns fatores que não são imediatamente sensíveis, ou por assim dizer, invisíveis. Aqui ele se refere as formas modernas de acumulação de capital, da globalização em nível social e cultural. Se fazem necessários novos instrumentos de análise para se aplicar a nova realidade.

O espaço não é uma categoria neutra. Tal como as estruturas sociais presentes nele, ele é condicionante e condicionado, não sendo apenas um reflexo da sociedade, mas sim atuando nela e sendo por ela modificado. Uma clara inter-relação. O espaço é segundo esse prisma, uma estrutura social com dinamismo próprio. Há uma dialética entre forma e conteúdo que é responsável pela própria evolução do espaço e não se pode subtrair o homem desse conteúdo.

Milton Santos deixa clara a importância da sociedade na importância de se analisar o espaço (1982, p.8):

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento.

Esta *sociedade em movimento* segundo Santos, pode em dado momento apresentar-se estática, dadas as diferentes dinâmicas de ocupação do espaço. Mas não é algo perene, visto que o dinamismo é uma característica intrínseca da

sociedade. Cada movimento da sociedade constitui uma mudança de conteúdo do espaço e uma mudança na distribuição do seu valor. O espaço é ao mesmo tempo provisório e objeto do movimento social.

O agente central do movimento social é o ser humano. Mesmo motivado por necessidades econômicas, políticas, de sobrevivência ou segurança, o ser humano é quem torna o espaço uma categoria social. A forma como o humano tece suas relações com e no espaço esculpe a paisagem natural e social de um lugar ou território. Essa rede é um aspecto da marcha ininterrupta que a humanidade promove na construção do espaço. A própria sociedade se torna espaço ao se distribuir ao longo de suas formas geográficas e esse fato acontece para o benefício de alguns e o detrimento de uma maioria. O estudo do espaço exige que o homem se reconheça como agente dessa construção. O indivíduo exerce um papel que a dinâmica dessas relações o impõe há séculos. Há uma hierarquia na distribuição do homem no espaço social. Mas Santos propõe um novo paradigma quando analisa a ação do homem e seu papel no espaço.

Primeiramente o indivíduo precisa perceber que vários dos males que o afligem, como a pobreza, a ocupação de áreas com infraestrutura e serviços precários e a distância do centro e do melhor oferecimento de serviços e infraestrutura é uma condição imposta pelo desenvolvimento social no espaço e a necessidade que os privilegiados têm em manter essa dinâmica social e econômica. Essa nova percepção gerará no humano um saber ideológico que o prepare para não ser aprisionado no presente, na estrutura atual. Isso exige da parte oprimida da sociedade, estar intelectualmente equipados para entender o esquema em que está inserido, lutar contra ele e quebrar esse padrão através do próprio crescimento social, educacional, econômico e intelectual.

A educação, segundo Paulo Freire em a Pedagogia Do Oprimido, é uma manifestação humana, pois o ser humano é consciente de seu caráter inacabado, de sua inconclusão. A duração desse processo de educação é infindável, sempre há espaço para um ser humano adquirir conhecimento sobre si mesmo e o sobre o mundo e a vida enquanto ele existir. Até o último fôlego de ar nessa existência, o homem tem a capacidade de assimilar novos conhecimentos e aplicá-los à sua vivência. Mas para que isso aconteça de fato, é preciso que o indivíduo não se limite e se visualize como uma tarefa em processo, não como uma obra finalizada. Paulo

Freire define essa necessidade nessa obra de forma precisa: “[...] para fazê-lo autenticamente, é necessário inclusive que a situação em que estão não es pareça algo fatal e intransponível, mas como uma situação desafiadora, que apenas os limita.”

A educação para o oprimido é sua arma para resistir a opressão social e para prosperar em vários aspectos na vida. Não me atenho apenas ao econômico em meu ponto de vista. A educação pode levar os mais humildes a serem cidadãos na completude do significado dessa palavra. Uma pessoa que cumpre seus deveres, mas exerce seus direitos e luta por esses direitos, seja de uma vida economicamente mais digna, ou de ser enxergado socialmente como alguém que merece condições melhores e uma voz audível e ativa nas decisões políticas que influenciam direta e indiretamente sua vida.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A problemática dessa pesquisa é a questão da urgente necessidade de inclusão digital dos jovens e adultos de classes menos favorecidas. Questão esmiuçada no primeiro capítulo, onde foi posto o quanto as plataformas digitais se tornaram presentes no cotidiano e como há uma parcela da população incapacitada a utilizar esse ambiente com propriedade. Não só como facilitador de tarefas e rotinas, mas também como ferramenta para seu crescimento pessoal, social e econômico.

Se fez necessário então investigar o perfil desses indivíduos em um estudo de caso específico e qual a relação que eles têm com as novas tecnologias e culturas digitais. A pesquisa busca responder se nesse estudo de caso, se confirma a hipótese de defasagem ou analfabetismo digital em um grupo específico.

Junto a essa questão e tão importante quanto ela, é o uso da Geografia como porta para essa iniciação digital através do Google Maps. Mais que um canal de um aprendizado interligado, o contato com essa ciência possibilita ao indivíduo que fez parte da pesquisa ampliar a forma como ele enxerga o objeto dela, o espaço. À sua volta? Um dos objetivos principais dessa dissertação e pesquisa é tentar compreender se esse tipo de iniciação digital contribui para que um indivíduo que entenda seu papel nas teias sociais à sua volta, compreendendo o espaço que ocupa em cotidiano e o porquê ele atua nesse espaço conforme se acostumou. O dialogismo entre a percepção humana do espaço de Milton Santos e a condição do oprimido sociocultural de Paulo Freire

Outro ponto central no tripé que compõe a base desse trabalho é uma análise sobre a condição de receio que uma pessoa da EJA tem em relação as tecnologias contemporâneas e se um melhor domínio delas pode incentivar uma mudança a nível socioeconômico e educacional nas pessoas dessa modalidade de ensino, se essas percebem nesse novo saber uma esperança para uma alteração benéfica em suas histórias de vida.

Este estudo de caso se dá num ambiente de educação não formal, tendo como cenário a aplicação do curso de iniciação digital para jovens e adultos que trabalham na área de auxiliar de serviços gerais nas repartições públicas do Governo do Distrito Federal. O curso é denominado *Traçando Rotas e Redescobrendo Caminhos com o Google Maps (TRRC)*, e é realizado na Biblioteca Nacional de Brasília.

3.1 – As categorias de classificação metodológica deste estudo

Para análise e investigação das questões propostas nesta pesquisa qualitativa, será utilizada uma metodologia exploratória, utilizando como ferramentas de análise a observação dos participantes durante as aulas do curso, a avaliação de conclusão do curso de iniciação digital para aferir a eficiência da geografia enquanto ferramenta para a iniciação digital, os questionários individuais para traçar um perfil socioeconômico e cultural dos educandos, além do nível de experiência digital prévio e entrevistas sem dirigidas para captar a percepção dos participantes não somente da experiência dentro do curso, mas do impacto que ele teve sobre suas vidas práticas e se de alguma forma obter uma percepção diferente do espaço, adiciona algo à percepção socioespacial dos educandos.

A pesquisa qualitativa em educação foi reconhecida de forma tardia. Segundo Bogdan e Biklen (1994), somente a partir dos anos 1960, ela passa a ser reconhecida. Anteriormente, a metodologia na área de ciências humanas era comparada a um trabalho jornalístico. Porém com o surgimento do sensacionalismo no jornalismo, veio à tona a necessidade de tratar a área educacional da pesquisa científica com o rigor científico a ela devido.

Pesquisas na área de ciências sociais (feitas por sociólogos e antropólogos) ressaltaram o caráter subjetivo das pesquisas em ciências humanas, justamente por tratarem de relações entre seres humanos e é esse fator intrínseco que gera diversos tipos diferentes de resultados. Surgiu assim a necessidade de profissionalizar as pesquisas qualitativas através de métodos e técnicas sistematizadas, com objetivos claros, mesmo que esses métodos e objetivos fizessem emergir resultados totalmente surpreendentes e questões inesperadas.

Essa profissionalização da pesquisa qualitativa tem sua gênese na experiência que o antropólogo Bronislaw Malinowski⁵² teve ao passar vários meses convivendo com nativos em uma aldeia na Nova Guiné durante a Primeira Guerra Mundial entre

⁵² **Bronisław Kasper Malinowski** (Cracóvia, 7 de Abril de 1884 — New Haven, 16 de Maio de 1942) foi um antropólogo polaco. É considerado um dos fundadores da antropologia social. Atuando na London School of Economics (LSE), fundou a escola funcionalista.

os anos de 1915 a 1918. Durante esse período de pesquisa, Malinowski desenvolveu métodos de observação dos nativos e aí teve início a etnografia⁵³.

Por se tratar de uma pesquisa em que se estuda a relação dos seres humanos com o mundo (real e virtual) e como isso se reflete em sua percepção e relação com o espaço, esta pesquisa é essencialmente qualitativa. Ainda assim, serão utilizados para melhor exposição de dados e resultados alguns elementos de pesquisas quantitativas, como tabelas e gráficos.

A metodologia dessa pesquisa segue também a linha exploratória. Busca-se através da experiência com as turmas do curso de iniciação digital, perceber respostas para alguns indicadores. Primeiramente, o foco é determinar se o método de alfabetização digital através do curso no Google Maps é eficaz. Dentro dessa perspectiva, analisar como os elementos geográficos influenciaram a experiência de aprendizado das turmas e se essa influência foi facilitadora da absorção de conteúdo, além de gerar dentro dos alunos que compõem o público do curso, uma melhor percepção sobre o mundo digital e uma maior vontade de se aprofundarem nele e através da compreensão dos espaços onde vivem, trabalham e circulam, compreenderem melhor a sua situação de oprimido. O curso pretende transmitir ao aluno um maior conforto e autonomia para lidar com as mídias virtuais e digitais. O caráter exploratório do método da pesquisa aqui utilizado, é baseado no que Antonio Carlos Gil propõe em seu Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (1991, p.27).

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas. Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

⁵³ A **etnografia** é o método utilizado pela antropologia na coleta de dados. Baseia-se no contato intersubjetivo entre o antropólogo e o seu objeto, seja ele uma aldeia indígena ou qualquer outro grupo social sob o qual o recorte analítico será feito. A base de uma pesquisa etnográfica é o trabalho de campo. Neste caso, este trabalho de campo se dá por meio do contato intenso e prolongado (que pode durar até mesmo mais de um ano) do pesquisador com a cultura do grupo para descobrir como se organiza seu sistema de significados culturais

Por ser uma pesquisa métodos menos rígidos e que visa oferecer uma visão ampla sobre o objeto, a pesquisa exploratória se encaixa confortavelmente na proposta deste trabalho. É importante ressaltar que é uma metodologia com boa taxa de sucesso para estudos de caso, que é o caso dessa pesquisa específica, justamente por permitir ao pesquisador utilizar várias e diferentes ferramentas de coleta e análise de dados. O fato de o tema ser pouco explorado na bibliografia científica é outro fator que definiu a escolha da metodologia de pesquisa exploratória para este estudo.

A definição da designação de estudo de caso para esta pesquisa é pertinente por dois fatores principais do objeto de pesquisa. Primeiramente a análise é voltada para um evento, nesse caso, o curso de alfabetização digital através do Google Maps, ministrado na Biblioteca Nacional. Trata-se de um fenômeno local, único e em grupo reduzido, o que praticamente definiu a escolha da análise proposta como um estudo de caso. Os resultados obtidos em um estudo de caso não podem ser projetados para grupos maiores, mas podem servir como ponto de partida para estudo de um fenômeno que contenha características similares e pode igualmente ser replicado em uma escala mais ampla no futuro com o objetivo de gerar dados e respostas que sirvam para uma população ou fenômeno mais abrangente.

Robert E. Stake (1994) em seu estudo sobre as características do estudo de caso como metodologia, propõe 3 tipos de classificação para um estudo de caso: intrínseco, instrumental e coletivo. Dessas três classificações, duas se aplicam à pesquisa desta dissertação, intrínseco e instrumental. Estudos de caso intrínsecos são caracterizados pelo interesse que um caso específico despertou. Estudos de caso instrumentais são caracterizados por casos que podem auxiliar no entendimento de uma situação de maior abrangência, promovendo ou contradizendo ideias sobre um tema. Ambas classificações se aplicam ao tema aqui proposto neste estudo de caso. O coletivo não se aplica à esta pesquisa pois trata da análise dois ou mais fenômenos individuais, onde busca-se compreender uma série de fatores e ocorrências coincidentes.

3.2– Os instrumentos de análise deste estudo.

Os instrumentos de coleta de dados para a análise dessa pesquisa são o questionário, a observação, a entrevista semiestruturada e a avaliação de conclusão do curso de iniciação digital.

3.2.1 – O questionário

Para uma compreensão socioeconômica, cultural e de experiência no mundo digital mais ampla dos participantes desse estudo, foi escolhido como ferramenta um questionário. Antonio Carlos Gil norteou a escolha do questionário como ferramenta para a coleta de dados para esta pesquisa e ele o definiu dessa forma (pág. 121, 1991):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. Os questionários, na maioria das vezes, são propostos por escrito aos respondentes. Costumam, nesse caso, ser designados como questionários auto aplicados. Quando, porém, as questões são formuladas oralmente pelo pesquisador, podem ser designados como questionários aplicados com entrevista ou formulários. Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa.

O questionário aplicado nas turmas do curso de iniciação digital (Anexo 1), aborda em suas questões perguntas em sua maioria objetivas e de múltipla escolha, que possam ser respondidas de forma simples. As questões subjetivas geram respostas curtas, ideais para a visualização delas em forma de dados a serem expostos nos resultados da pesquisa. O questionário visa levantar dados que confirmem ou refutem a hipótese de que os participantes do curso são pessoa de condição socioeconômica pobre e com pouca experiência no ambiente digital, o que as tornariam público-alvo ideal para a ministração de um curso de iniciação digital.

Além disso, o questionário objetiva conhecer aspectos sociais como estado civil, cor da pele e tamanho do núcleo familiar que reside com os participantes, para fins de análise social superficial. O questionário é aplicado no ato da inscrição do educando no curso.

3.2.2 – A Observação Participante

A técnica de coleta de dados através da observação é comumente utilizada na metodologia das pesquisas em Educação. Através da observação, o pesquisador tem a possibilidade de perceber os fatos diretamente, fator que diminui a subjetividade que é um elemento comum a toda pesquisa qualitativa e exploratória como esta. Gil (pág. 100, 1991) define assim a observação:

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. A observação é sempre utilizada nessa etapa, conjugada a outras técnicas ou utilizada de forma exclusiva. Por ser utilizada, exclusivamente, para a obtenção de dados em muitas pesquisas, e por estar presente também em outros momentos da pesquisa, a observação chega mesmo a ser considerada como método de investigação. A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano.

3.2.3 – A Entrevista Semiestruturada

Segundo Manzini (2012), a entrevista semi estruturada é um roteiro flexível. Esse roteiro é composto por perguntas abertas que tem como objetivo estudar um fenômeno numa população específica. O pesquisador deve estar aberto a mudar a sequência das perguntas de acordo com o desenvolvimento das respostas dos entrevistados ou até mesmo propor perguntas que estava, fora do roteiro ao perceber que através delas haja a possibilidade de investigar mais profundamente questões que os participantes trouxeram à tona naquele momento e que o pesquisador julgue como pertinentes ao estudo em curso.

O objetivo da entrevista (Anexo 2) nessa pesquisa é compreender o impacto que o curso causou na vida dos educandos em três questões principais: o que aquele novo saber trouxe de relevante para a relação dele com o ambiente virtual, a influência que o curso teve em relação à percepção socioespacial dos participantes e que novas perspectivas o curso aponta para a vida pessoal e profissional deles, além é claro, de um retorno quanto ao nível de satisfação do educando para com o curso de iniciação digital.

Com a escolha de uma entrevista semi estruturada, a possibilidade de inserir nas entrevistas questões que surjam a partir das respostas do grupo é larga. Esse tipo

de entrevista toma um tom de bate-papo e faz com que os entrevistados se sintam mais relaxados e próximos do entrevistador, tornando possível o surgimento de informações mais detalhadas e percepções mais profundas e pessoais acerca dos temas abordados na entrevista.

Para esta pesquisa foram realizadas quatro entrevistas semi estruturadas, para as quatro turmas diferentes do curso de iniciação digital.

3.2.4 – A Avaliação do Curso de Iniciação Digital.

A avaliação do curso de iniciação digital é feita de forma qualitativa. São designadas questões que estão atreladas às habilidades ensinadas durante o curso. Não há um número para indicar o sucesso ou fracasso do educando na avaliação. Ele tem seu conhecimento avaliado em cada indicador de forma qualitativa. Podendo obter as seguintes avaliações de seu conhecimento em cada um dos indicadores da avaliação:

Indicadores:

I - Conhecimento insuficiente na habilidade

P - Em processo de assimilar a habilidade

S - Conhecimento satisfatório na habilidade

O - Conhecimento ótimo na habilidade

Foi determinado que para obter sucesso no curso, o educando não pode obter quatro indicadores com indicação insuficiente (I) nas habilidades avaliadas. A avaliação serve para mensurar o alcance do curso e o nível de aprendizado gerado por ele, não é um instrumento para gerar constrangimento ou sensação de fracasso nos participantes do curso. Afinal, o objetivo é gerar inclusão e não exclusão através dessa experiência. Ainda assim, é importante ter uma meta mínima de aprendizado gerado, para que se dê legitimidade ao processo pelo qual o educando está participando.

A avaliação (Anexo 3) possui indicadores relacionados às habilidades ensinadas no curso e é aplicada com um monitor auxiliando na ministração das questões e simultaneamente avaliando algumas habilidades que só podem ser

percebidas na atuação do aluno no computador. O resultado da avaliação é dado ao educando imediatamente ao término da avaliação.

3.2.4.1 – A Estrutura do curso de alfabetização digital

O curso é ministrado em cinco aulas de duas horas. Quatro aulas de teoria e prática e uma aula de revisão e avaliação. Cada aluno faz as aulas no mesmo equipamento em que fez todo o curso. O método de ensino é o socio interacionismo, no qual o educando aplica o conhecimento adquirido em atividades práticas que são possíveis em seu cotidiano.

As aulas foram organizadas de forma a preencher competências e habilidades previstas como essenciais para a construção do conhecimento nas turmas, conforme a seguir:

Aula 1:

Competência 1: O espaço e sua representação cartográfica.

Habilidade: Compreender o conceito de espaço geográfico e os diferentes tipos de mapas.

Competência 2: A conta do Google.

Habilidade: Compreender o funcionamento de uma conta do Google e criar uma em seu próprio nome.

Aula 2:

Competência 3: O uso do Google Maps.

Habilidade: Assimilar o uso básico do Google Maps através de suas ferramentas principais.

Aula 3:

Competência 4: Reconhecer o espaço do cotidiano.

Habilidade: Fazer buscas sobre locais específicos que compõem os trajetos do dia e exercitar o registro dessas localidades. Saber usar e compreender a importância do Street View.

Aula 4:

Competência 5: Trajetos, modais, distâncias e tempo

Habilidade: Aprender a criar trajetos entre locais em diferentes meios de locomoção e reconhecer as distâncias e tempos de duração desses trajetos.

Aula 5: Revisar na prática as habilidades ensinadas e aplica-las em avaliação.

Com esta metodologia e estes instrumentos de coleta de dados e avaliação, pretende-se responder às perguntas centrais da pesquisa e quaisquer outras que sejam pertinentes na análise aqui proposta acerca dos temas inclusão digital de jovens e adultos de baixa renda e a percepção socioespacial que eles possuem.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa para este estudo se deu em um lapso temporal de 3 anos, entre os anos de 2016 a 2019. No ano de 2016, o curso de iniciação digital foi aplicado em duas turmas, com um total de dezessete alunos participantes, nove na turma I e oito na turma II. No ano de 2019, o mesmo curso foi aplicado para outras duas turmas com um total de 16 participantes, sete na turma III e nove na turma IV. Ao final do estudo, participaram do curso de alfabetização digital 33 pessoas que comportam o alvo desse estudo de caso e seu objeto de análise.

Os dados obtidos serão aqui demonstrados por cada instrumento de análise e obtenção de dados em separado, conforme cada item já apontado no capítulo 4 e relacionados diretamente com as questões da pesquisa a que estão relacionados. O objetivo é obter respostas positivas ou negativas para as perguntas que o estudo busca responder e levantar novas questões e possibilidades de análise caso elas surjam ao decorrer da análise de dados.

4.1 Questionário socioeconômico e cultural: O perfil do participante do curso e sua experiência prévia em ambiente virtual.

O curso de iniciação aplicado na Biblioteca Nacional de Brasília foi aberto para os funcionários de serviços gerais dos órgãos do Governo do Distrito Federal. A inscrição era de forma espontânea de acordo com o interesse dos participantes, com um limite de 10 alunos por turma, mas por uma questão de localização, os inscritos acabaram se restringindo aos funcionários da BNB e do Museu Nacional que fica próximo à biblioteca, no centro cultural conhecido como Complexo Cultural da República, no centro de Brasília, na Esplanada dos Ministérios.

Quanto ao gênero dos participantes, a procura foi maior pelo público feminino. Num primeiro momento foi considerada a possibilidade desse o perfil do corpo de funcionários nessa área, mas ao conversar com as gerências administrativas tanto do museu, quanto da biblioteca, os responsáveis pelo gerenciamento de pessoal afirmaram que há um equilíbrio próximo de 50% quanto ao gênero no corpo de funcionários de serviços gerais. O que demonstra que o curso atraiu primeiramente mais a atenção feminina que masculina segundo o gráfico a seguir:

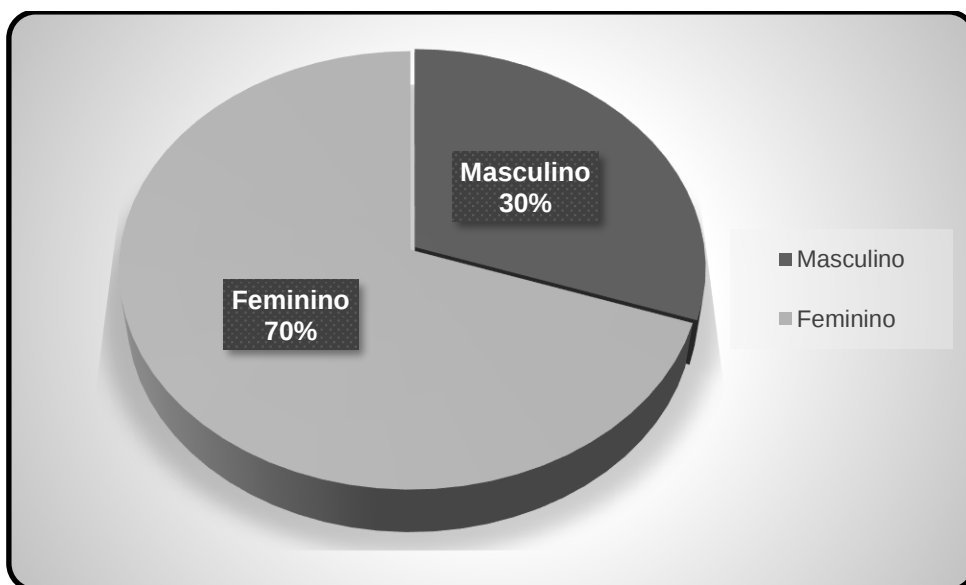


Figura 2: Participantes do curso por gênero

Observa-se que conforme este gráfico, setenta por cento do público participante da pesquisa é composto por mulheres, algo que demonstra que a possibilidade de obter ou melhorar a habilidade de lidar com o ambiente digital através desse curso, gerou mais interesse em mulheres que em homens. Esse dado demonstra que o grupo desse estudo de caso está alinhado com a tendência da atualidade. As mulheres, principalmente as de situação social delicada, que sempre foram colocadas à margem ou literalmente impedidas de exercerem direitos comuns aos homens, como o voto num caso do passado, elas que tem que lutar bravamente por espaço e reconhecimento se sua condição de igualdade com o homem, foram tolhidas do uso das novas tecnologias não só pela situação social, mas pelo lugar limitado que a as encarceravam numa sociedade machista. Essas mulheres hoje tem a liberdade de ocupar espaços e buscar conhecimentos que antes não lhe eram possíveis ou oferecidos. Sendo assim, essa maioria massiva de mulheres participantes desse curso é um sintoma da luta por libertação feminina em nossos tempos.

Quanto à faixa etária dos participantes do curso, há um número vultoso deles na faixa etária entre 40 e 59 anos. Os participantes acima de 40 anos correspondem a quase setenta por cento do total de alunos inscritos no curso, com uma clara concentração na faixa de 40 a 44 anos. Isso é um indicador etário agudo quando se trata de inclusão digital. As gerações de pessoas de 40 anos para cima são compostas por pessoas que não nasceram durante a era digital, a era digital é que surgiu durante

o decorrer de suas vidas. É comum nos depararmos em nosso cotidiano com pessoas dessa faixa etária que exibem dificuldades em lidar com plataformas de acesso virtual, principalmente em interfaces produtoras de conteúdo. Quando esse indicador é levado ao indivíduo em situação socioeconômica delicada, é inevitável que a ocorrência maior de pessoas que tem pouca ou nenhuma vivência no mundo digital. A busca majoritária de pessoas acima de 40 anos para cursar uma iniciação digital indica que a exclusão digital deve ocorrer em maior escala em pessoas dessa faixa etária.

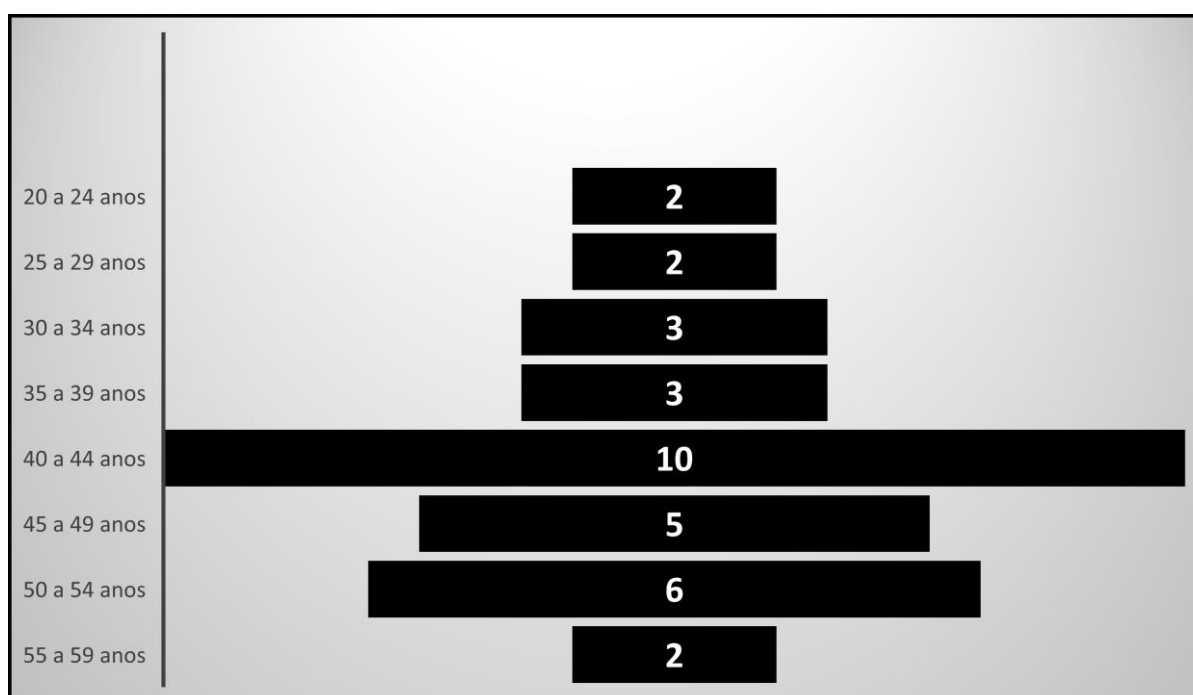


Figura 3: Faixa etária dos alunos do curso

Gênero à parte, o perfil médio do participante do curso é bem definido. A maioria dos alunos se percebe como uma pessoa de cor parda (Figura 4), é solteiro (Figura 5), com 2 a 3 filhos (Figura 6).

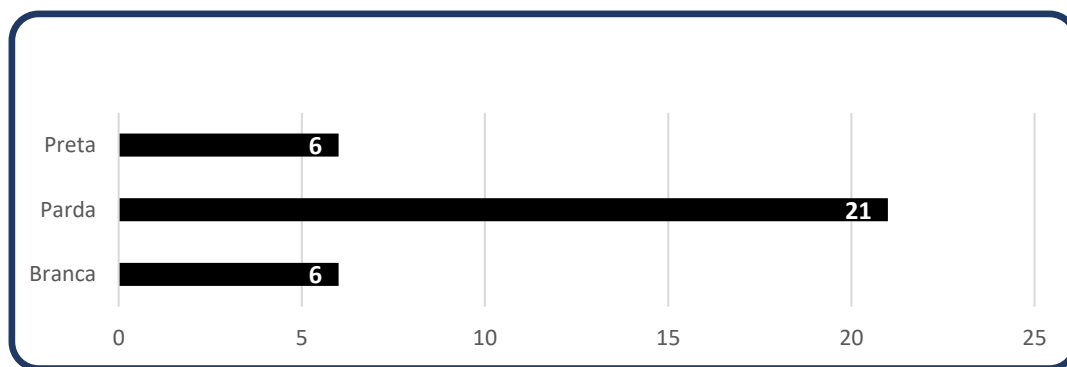


Figura 4: Cor da pele segundo a própria percepção

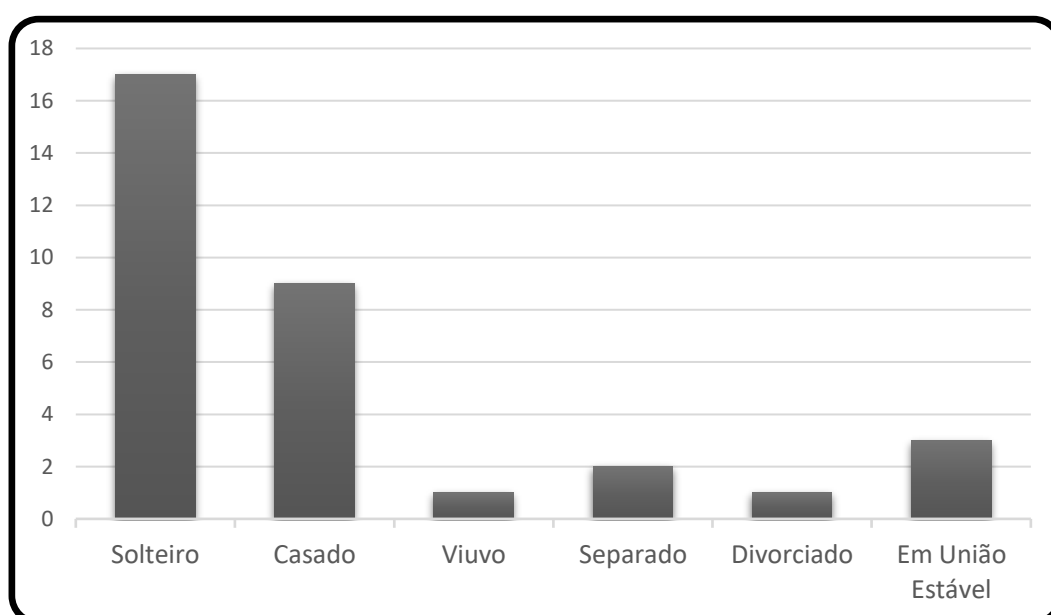


Figura 5: Estado Civil dos participantes do curso

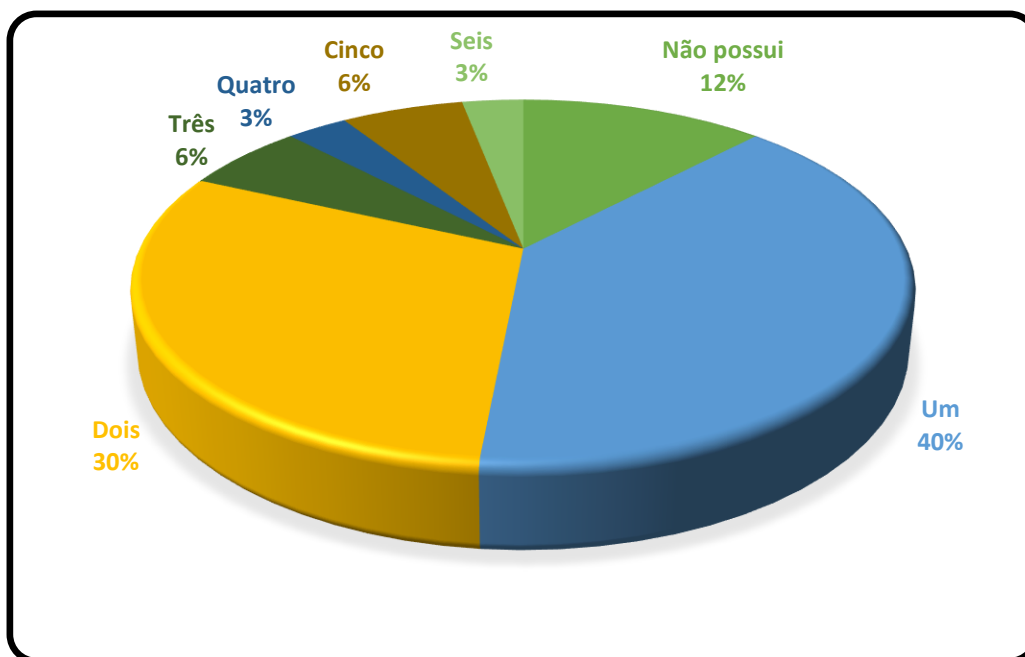


Figura 6: Número de filhos

Na média, é um perfil muito próximo da maior parte da população brasileira que compõe as classes menos favorecidas: pardo solteiro e com um a dois filhos.

Quanto à formação educacional, mais de 50% do participante do curso, não cursou o ensino médio. Apenas um único participante chegou ao ensino superior. É importante ressaltar a ocorrência de dois participantes que são analfabetos funcionais. Eles sabem assinar o próprio nome e reconhecer números e letras, mas não formam frases escritas. Ambos estão na faixa etária de 50 a 54 anos e necessitaram de acompanhamento próximo dos monitores do curso. Durante a análise da observação, será analisada mais profundamente a experiência desses casos especiais ao longo do curso. O único participante que estava cursando a universidade durante o período do curso, relatou que conseguiu realizar esse feito através do PROUNI⁵⁴, com bolsa integral.

⁵⁴ O **ProUni** (Programa Universidade para Todos) é um programa do Ministério da Educação (MEC) que oferece bolsas de estudos em instituições privadas de ensino em todo o Brasil. As bolsas podem ser integrais (100%) ou parciais (50%) e são uma forma de incentivar o acesso ao ensino superior para pessoas de baixa renda.

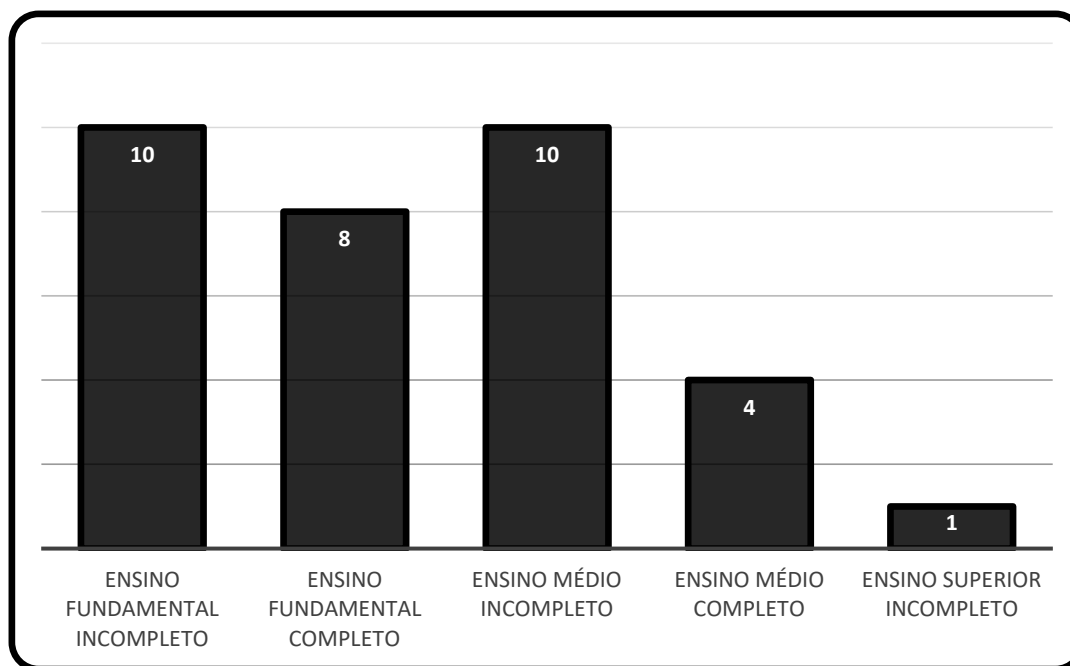


Figura 7: Formação Educacional

Setenta por cento dos participantes do curso afirmaram não possuir um computador ou notebook durante o período realização do curso (Figura 8), porém quanto ao uso de smartphones (Figura9), o lapso temporal entre as duas primeiras turmas (2016) e as duas últimas turmas (2019) revelou-se um tempo onde ocorreu uma mudança social brusca. Em 2016, apenas 55 por cento dos participantes possuía um smartphone. Já em 2019, todos os participantes do curso possuíam o dispositivo. Isso se revelou um fator facilitador de alguns aspectos do curso, como veremos na análise da observação e também uma evidência da evolução da relação entre o homem e o mundo digital, uma vez que em um período de três anos, smartphones se tornaram muito mais presentes na sociedade, alcançando inclusive as camadas populares mais humildes.

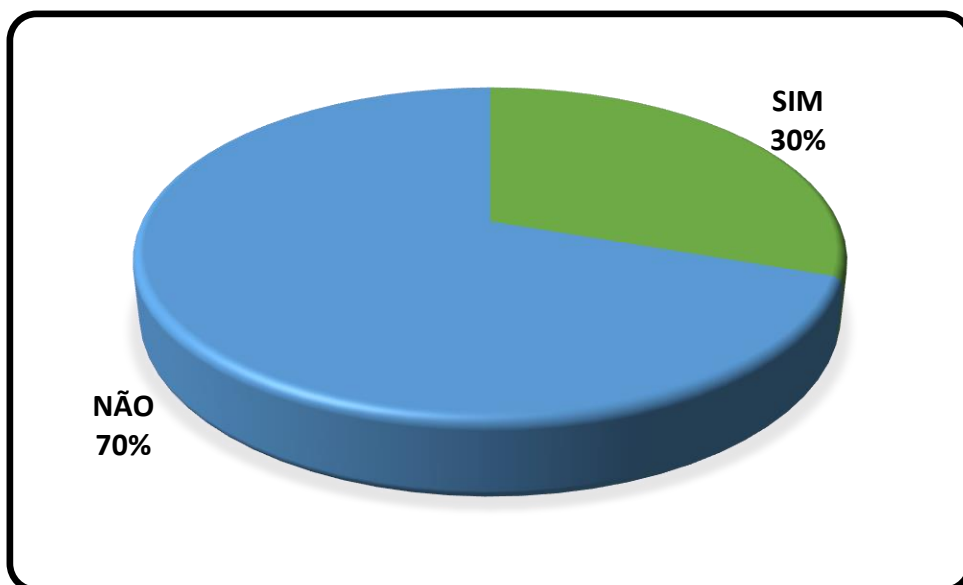


Figura 8: Possui desktop ou notebook?

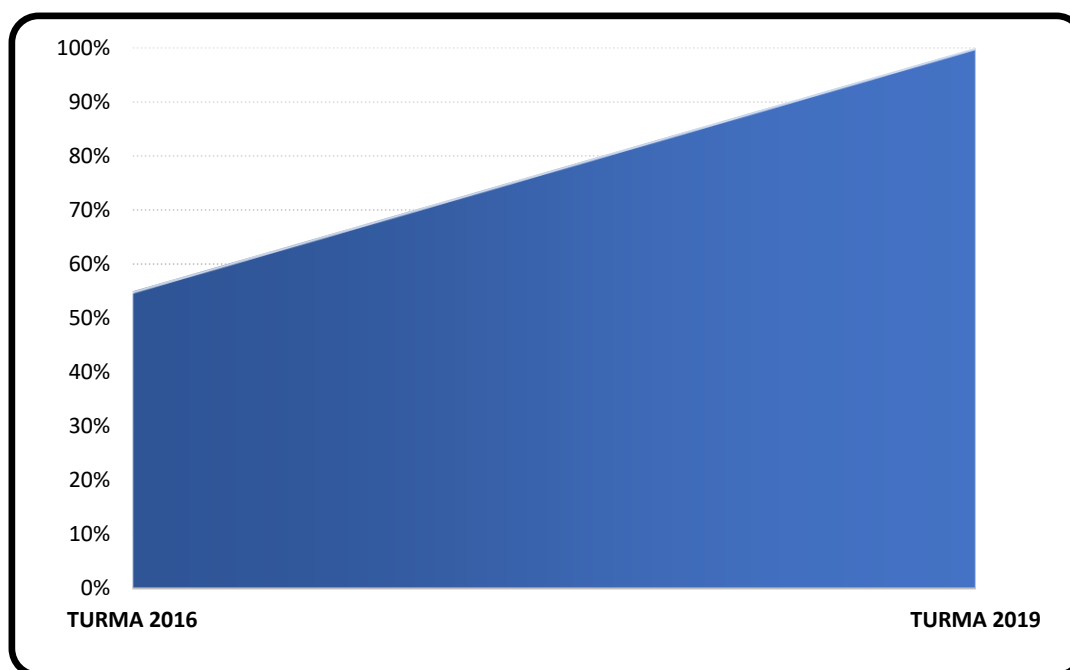


Figura 9: Possui smartphone?

Essa mudança na presença de smartphones tornou importante entender como os participantes do curso das turmas de 2019 estavam utilizando esses dispositivos. Perguntados sobre os aplicativos que mais utilizavam em seu cotidiano, o mensageiro pessoal, Whatsapp foi o mais citado, inclusive sendo apontado como ferramenta importante no trabalho. Consequentemente, um dos alunos que é analfabeto funcional

faz parte de uma das turmas de 2019 e confessou ter problemas em se informar das rotinas do trabalho, justamente por não usar o aplicativo de mensagens como os outros colegas. O analfabetismo ainda é muito presente em nossa sociedade e é uma dura realidade.

Os alunos das turmas de 2019 citaram também a rede social Facebook entre seus aplicativos mais utilizados e o Google. No caso específico do Google eles se referem na realidade ao navegador Google Chrome, onde tentam buscar na internet assuntos que sejam de seus interesses.

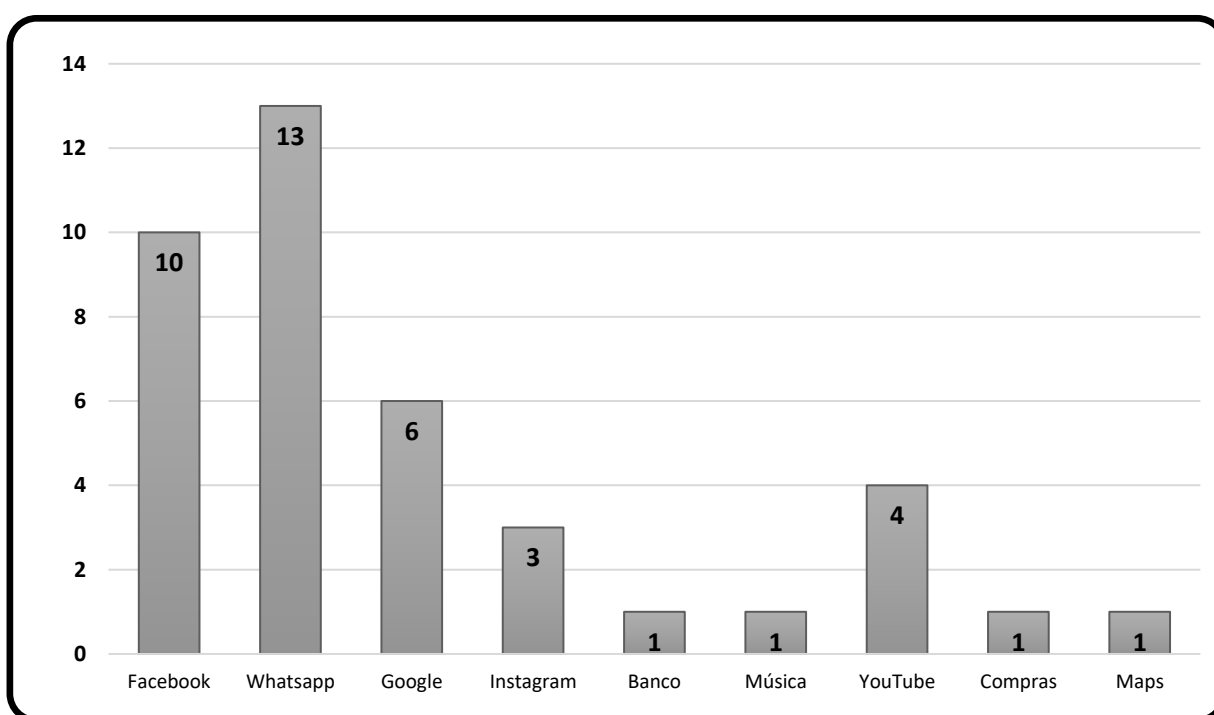


Figura 10: Aplicativos mais usados nos smartphones – Turmas de 2019

Outro aspecto que o questionário pré-curso buscou abordar foi o perfil profissional e salarial dos participantes. Como é sabido, boa parte da população em condição social delicada começa a vida profissional antes da fase adulta da vida. No caso dos participantes do curso, 67 por cento deles começou a trabalhar até os 16 anos de idade e somente 15 por cento não trabalhou enquanto cursava o ensino básico formal. Todos os participantes tinham no período do curso o salário mínimo como renda proveniente de seu trabalho. Para a turma de 2016, isso significava receber um salário no valor de 880 reais mensais, já para a turma de 2019, esse valor era de 998 reais.

A baixa remuneração claramente é um fator agravante da exclusão digital. Computadores, notebooks, smartphones, planos de provedores de internet doméstica e móvel são bens e serviços que tem um custo considerável para a população, mais ainda para a população de baixa renda.

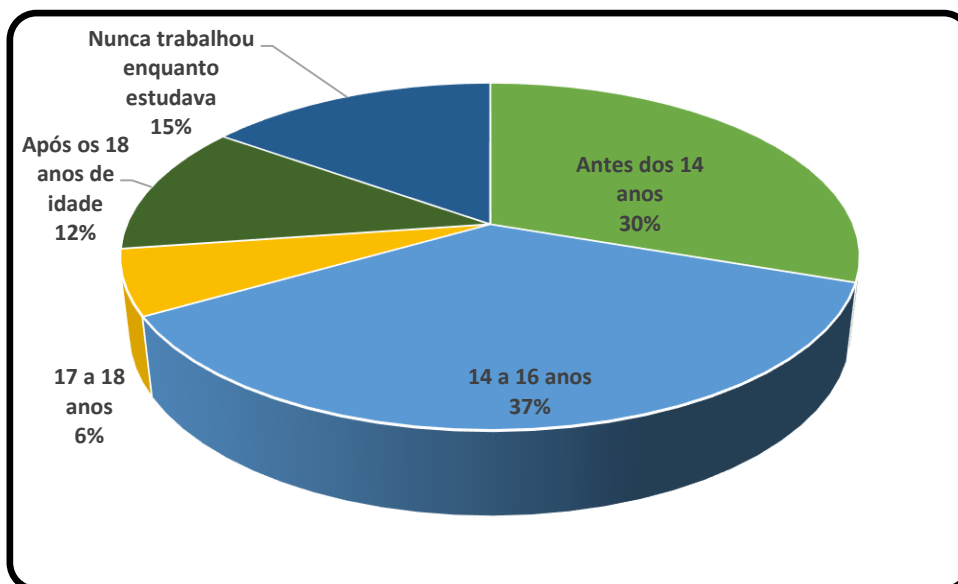


Figura 11: Idade em que começou a vida profissional.

Para finalizar, foi perguntado aos participantes do curso qual era a distância em minutos da residência deles até o trabalho, todos utilizando o transporte público. O trabalho em questão é localizado no coração de Brasília, no Complexo Cultural da República. Os resultados demonstram que a maioria deles mora nas cidades satélites e no entorno do DF, em cidades do estado de Goiás. A maior parte dos alunos leva de uma a duas horas no deslocamento entre sua casa e o local de trabalho.

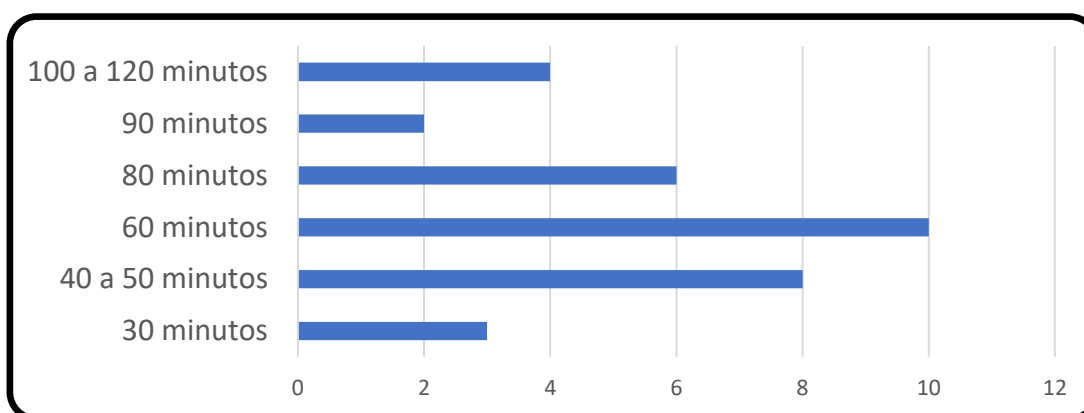


Figura 12: Tempo de deslocamento entre a residência e o trabalho.

Esse dado de distância entre a casa

e o trabalho, relacionado à renda dos participantes e à sua formação educacional, permite levantar um questionamento relevante. Como um pessoa com formação educacional incompleta, com baixo poder aquisitivo e com uma jornada de trabalho que aliada aos seus tempos de deslocamento consome mais que 12 horas do seu dia-a-dia vai ter condições econômicas, sociais e culturais para lutar contra a exclusão digital?

A resposta é justamente a criação desse curso de iniciação digital. Uma prática que acontece durante o horário do expediente dos participantes, de forma gratuita e com todo o equipamento necessário para abrir esse novo horizonte na trajetória de um indivíduo oprimido socioeconomicamente.

4.2 A observação do curso de iniciação digital. As idiosincrasias do indivíduo em situação de exclusão digital.

A observação será utilizada como um microscópio para a análise desse estudo. Assim como a entrevista, a observação produz muitos resultados subjetivos e relevantes para essa pesquisa. Os dados foram coletados ao longo das vinte sessões de aulas, divididas em quatro turmas do curso de iniciação digital. Foi criado uma espécie de diário, onde ao final de cada aula o instrutor e os monitores compartilharam as percepções e experiências percebidas e vivenciadas durante o decorrer do curso. Os resultados da observação guiaram os dados a serem analisados ao invés da análise guiar que tipos de dados seriam observados. A observação lida com o aleatório, o pessoal, o individual, o coletivo e o idiosincrático. Cada indivíduo presente no curso, aluno, instrutor ou monitor, contribuiu de alguma forma com essa parte da pesquisa.

A análise aqui será feita ordenada a partir dos conteúdos de cada aula e as práticas que estes propunham aos alunos. Assim, estão aqui analisadas conjuntamente e sem obrigatoriedade na discriminação da turma ou ano em questão, todas as observações relevantes em cada uma das cinco aulas do curso, incluindo a avaliação, em todas as quatro vezes que o curso foi promovido.

A observação é primordial para a percepção da experiência do curso de iniciação digital e como os participantes evoluíram ao longo dele. É uma ferramenta que possibilita aferir não apenas o quanto o curso é eficaz para a inclusão digital, mas como ele apresenta relevância no aspecto social e humano dos participantes. A

observação traz à tona características importantes da iniciação digital e a transculturalidade subentendida nessa prática. Na observação desse estudo de caso, pode-se ter uma noção de como o mundo virtual é um meio que possibilita mais que absorção de conhecimento, mas uma representa esperança para pessoas que vivem em conformismo social.

4.2.1 Aula Um

O curso começa com uma aula expositiva e sem muita prática por parte do aluno, um momento à parte num curso onde o aluno faz o momento de aprendizagem acontecer tanto quanto o instrutor. O aluno é muito ativo em todo o processo e está sempre sendo impelido a realizar atividades que lhe tragam um novo conhecimento. Porém, esse primeiro momento é caracterizado por um choque de realidade para instrutor e turma.

Ao adentrar o laboratório de informática do curso, o aluno é convidado a se sentar no computador que quiser e aquele será o seu computador durante todas as aulas do curso. Após um breve momento de apresentação do curso, do instrutor, dos monitores e da turma de alunos, é explicado às turmas o que é cada componente do computador. Eles são familiarizados com o teclado, o mouse, o monitor e a CPU (Unidade Central de Processamento). Nesse momento, muitos ali confessam que aquela é a primeira vez que eles têm contato com um computador a seu dispor. É solicitado então aos participantes que liguem os computadores. Nesse momento fica claro o desconforto quase que geral em todas as turmas. Apenas um aluno de cada uma das quatro turmas conseguiu ligar o computador de forma intuitiva e sem orientação. Os participantes não sabiam como se ligava um computador ou qual botão apertavam para dar início ao sistema operacional do computador. Os monitores passam de aluno em aluno, assim como o instrutor, ensinando e auxiliando a turma a ligar os computadores. O instrutor frisa que os alunos devem prestar bem atenção nesse ato, pois nas aulas seguintes eles mesmos terão a liberdade de ligarem suas próprias máquinas.

A segunda dificuldade surge no momento de autenticar a entrada no sistema com uma senha padrão a todos. Nesse momento é ensinado aos alunos comandos para digitar em letras maiúsculas e como fazer com que uma tecla do teclado tenha

duas ou três funções. Fica nítida a novidade e a adversidade que esses comandos são ou se tornam para os alunos.

Essa etapa é necessária para induzir uma desenvoltura futura em interagir com o teclado e o mouse. É importante para que os alunos entendam que o mouse e o teclado são periféricos que vão permitir que eles digam ao computador o que ele deve fazer.

Finalmente com o sistema operacional aberto, o aluno se depara com a tela da área de trabalho e nela há uma apresentação de slides intitulada *Aula Um*. E assim se dá em todo o restante do curso. Cada aula contém uma nova apresentação de slides na área de trabalho e o aluno acessa o guia e conteúdo daquele dia em seu próprio computador.

Nesse momento alguns alunos apresentam dificuldade em realizar o comando de dar dois cliques com o mouse sobre um documento para abri-lo. O instrutor e os monitores oferecem aos alunos que apresentem dificuldade extrema, a opção de selecionar o documento com um clique e pressionar a tecla *enter* no teclado para a abertura do guia da aula. Toda essa dificuldade inicial já era esperada em um curso de iniciação digital. O que agravou ela para dois alunos foi o fato de eles serem analfabetos funcionais. Esses alunos apresentaram uma capacidade de memorização inesperada. Eles aprendiam qual tecla realiza cada comando e começam a utiliza-la conforme relembram a função dela. Infelizmente, esse tipo de prática pode se tornar mais difícil se um deles tiver que utilizar um computador com um teclado com teclas em diferentes posições.

Esse momento de ligar o computador, realizar autenticação como usuário e abrir a apresentação de slides da aula gera uma grande movimentação na turma. Há uma animação palpável em praticamente todos os alunos de todas as turmas. Um paralelo cabível, seria o de uma criança ganhando um presente de Natal que sempre quis, mas ainda não sabe como usar. Não há frustração, mas uma animação e ansiedade que ajudam a incrementar o desejo por aprendizado do educando.

Como a maioria dos alunos está – como esperado – muito inexperiente no ambiente virtual, a primeira aula tem como objetivo que eles se aclimatem de forma lenta e confortável, portanto esse momento foi escolhido para contextualizar ao educando como o Google Maps e seus utilitários tratam de conceitos de cartografia,

conceitos geográficos. Dessa forma, surgem os conceitos de espaço geográfico, tipos de mapas e localização.

Ao final dessa primeira aula há um momento que se deu de forma diferente entre as turmas de 2016 e as turmas de 2019, a criação da conta do Google.

Essa conta é criada para que cada participante do curso tenha uma experiência personalizada no curso, uma vez que quando usamos os serviços do Google com uma conta pessoal autenticada, os serviços passam a intuir algumas de nossas necessidades de acordo com o histórico de nossa utilização dos serviços virtuais da empresa. Para uma pessoa que utiliza o Google Maps, isso significa achar locais que estão em cotidiano de forma mais rápida, receber sugestões de trajetos e informações de trânsito entre outras coisas. Portanto, a utilização do Google Maps com uma conta do Google é essencial para uma melhor possibilidade de experiência geradora de conhecimento para o educando.

Quando as turmas de 2016 passaram por esse momento, ele foi longo e cheio de percalços, pois cerca de 40% dos participantes não possuía smartphone. Os smartphones mais vendidos no Brasil e com preço mais acessível tem o sistema operacional Android e para utilizar esse sistema é necessário uma conta no Google, então quem tinha smartphone provavelmente já possuía uma conta no Google, e o inverso também se provou verdade, pois os alunos que não tinham smartphone, não possuíam conta no Google.

Isso gerou uma dedicação e paciência dos monitores e instrutor para guiarem pessoas com baixa ou nenhuma instrução digital a criarem suas próprias contas, para otimizar o processo de aprendizado do curso. Essa atividade encerrava a primeira aula.

Nas turmas de 2019 não houve essa ocorrência, pois todos os alunos possuíam smartphone e consequentemente todos eles também utilizavam o sistema Android e já possuíam conta no Google. O maior problema apresentado pelas turmas de 2019 nesse momento foi a dificuldade que os participantes tinham em lembrarem suas senhas da conta do Google, mas esse resgate de senha é mais rápido e fácil de se fazer do que todo o processo de criação de uma conta no Google, sendo assim, a turma de 2019 teve seu tempo de aula melhor aproveitado, não por acaso, mas pela

expansão do alcance dos dispositivos digitais através da massificação e barateamento dos smartphones.

4.2.2 Aula Dois

Essa é a aula do curso onde finalmente a prática no Google Maps tem início e consequentemente é o momento do curso mais repleto de eventos e curiosidade por conta do caráter de novidade que a experiência como um todo tem para quase todos os educandos.

Um fator que dá ânimo à equipe que conduz o curso é ver a pequena e notável evolução dos educandos do primeiro para o segundo dia de curso. A maioria deles já consegue ligar o computador sem titubear e também fazer autenticação no sistema operacional da máquina. Quando solicitados a abrirem a apresentação de slides da segunda aula, o pequeno problema que ocorre em alguns casos é que alguns alunos não conseguem manusear o mouse com desenvoltura ainda e essa aula exigirá que eles adquiram essa capacidade para o andamento tranquilo dela – o que não vem a acontecer com boa parte da turma – e o aproveitamento desse momento para adquirir novas habilidades digitais.

Uma vez começada a aula, é explicado o que é o Google Maps e para que ele serve. Os alunos navegam por conta própria na internet e acessam a página do Maps. Para facilitar a experiência das turmas, o Google Maps foi colocado como página inicial no navegador, bastando o aluno clicar no ícone de uma pequena casa para acessar o site que é tema do curso com boa facilidade.

É apresentado às turmas o Google Maps e descrito o que cada comando da tela realiza nele. O instrutor segue passo a passo e explica como cada ícone e campo de preenchimento funcionam e como o aluno pode interagir com ele. Um dos ícones descrito é o de autenticação na conta do Google do usuário, então é solicitado que todos entrem no Google Maps com suas próprias contas. Para alguns é um momento descontraído, onde eles parecem se orgulhar de demonstrar o conhecimento apreendido na aula anterior, mas para outros é um momento claudicante, onde vêm à tona a dificuldade que é ter que lembrar não só seus nomes de usuários e senhas, mas que comandos devem realizar para inserirem essas informações.

O participante é orientado desde o início do curso que não há pergunta que não posso ser feita e que o instrutor e os monitores estão ali para responder e auxiliar cada um deles em suas dúvidas e dificuldades, porém, nas reuniões pré e pós aula, a equipe sempre se lembra que deve ajudar os alunos, mas de forma que os induza a lembrar o que foi ensinado e que eles mesmo solucionem suas dúvidas com esse resgate da memória, dessa forma o instrutor e os monitores não impedem que o aluno aprenda a interagir com o computador de forma intuitiva em vez de decorar de forma robótica o que se deve fazer.

Uma vez que a página do Maps é toda esmiuçada para as turmas. Os alunos usam o restante da aula para testar cada um dos comandos por conta própria e sanarem suas dúvidas com a equipe orientadora. Nessa aula ocorre todo tipo de prática. Alguns alunos vasculham os arredores do prédio da BNB, onde o curso é realizado e onde a localização automática os leva quando abrem o Google Maps em todas as aulas. Um dos momentos mais curiosos é quando os participantes testam o uso do Street View. Esse comando do Google Maps permite que as ruas da cidade sejam visualizadas como se a própria pessoa estivesse naquele ponto do mapa, com a possibilidade de girar 360 graus em torno da tela. Os alunos se empolgam com esse comando e a significância que ele representa em termos de novidade. Há uma sensação de adequação tecnológica, como se eles estivessem chegando no futuro, mas na realidade esse futuro esteve sempre ali próximo a eles, porém fora do alcance por conta das condições socioeconômicas e culturais que definem suas vidas. Praticamente todos os participantes sinalizam que nunca haviam visto algo parecido em suas vidas e como aquilo é interessante.

Outros dois momentos relevantes dessa aula estão relacionados à busca por locais e pela opção de ver o mapa como imagem de satélite. A imagem de satélite facilita que os alunos identifiquem os locais que costumam circular, seja por uma característica natural ou urbana da paisagem. Prédios, parques, jardins, árvores e outros elementos da paisagem se tornam referenciais para a localização e compreensão do que o Google Maps demonstra em tela para os alunos do curso. A busca por locais permite que seja feita uma busca por um local específico e a normalmente o primeiro local procurado pelos participantes foi sua própria residência, mas algumas pessoas tiveram curiosidade para procurar lugares distantes de sua localização geográfica, inclusive alguns que eles nunca haviam visitado na vida, como

grandes cidade do mundos (Paris, Nova Iorque, Londres). Nesses momentos o choque cultural é inevitável. Os nomes de ruas e comércios dos outros países está no idioma local de cada um deles, assim os alunos se deparam com telas com informações em francês, inglês ou italiano.

De forma geral, essa aula faz com que os participantes engajem sua atenção no curso. Eles demonstram empolgação e animação com o que aprenderam e demonstram ansiedade pela aula seguinte, que é o passo mais árduo do curso.

4.2.3 Aula Três

Quando ministrou o curso para a primeira turma de 2016, a equipe que coordena e ministra o curso se deparou com uma terceira aula muito mais demandante que o previsto.

Esse é o momento do curso onde todos os conhecimentos passados nas duas aulas anteriores tomam sentido e utilidade e junto a eles surge uma prática que exige muito de indivíduos recém introduzidos ao uso do computador.

Os alunos são orientados a acharem suas casas no Google Maps e nas redondezas de sua casa procurar por hospitais, mercados, drogarias e restaurantes. Cada uma dessas localidades deve ser vista em tela, ter a tela copiada e transportada para a apresentação de slides da aula.

Essa aula tem como objetivo fazer o aluno perceber as diferentes nuances e características dos diferentes bairros da cidade e gerar reflexão sobre os motivos das diferenças entre essas localidades e como isso pode ser percebido como um fato social e político pelos participantes, algo que será abordado nas entrevistas. Notar o seu lugar ou os seus lugares na cidade e comparar com o que ele vê ao redor da cidade em outros bairros.

Entretanto, a grande dificuldade dessa aula é que os alunos não lidarão apenas com o Google Maps e com a apresentação de slides da aula em questão. Essa tarefa exige não só um domínio da rotina a ser realizada para a busca das localidades e criação do roteiro, mas também uma habilidade com o mouse para o redimensionamento das imagens por eles produzidas. É um momento longo, lento e que exige muita paciência de todos os envolvidos, tanto da equipe orientadora, quanto dos participantes do curso.

Não foi incomum a ocorrência de momentos de frustração e irritação dos alunos durante esse momento. As terceiras aulas de cada uma das quatro vezes que o curso foi ministrado estouraram o tempo de 110 minutos de realização em 10 ou mais minutos, porém, a partir da segunda vez que o curso se realizou, a equipe orientadora já estava preparada para o que viria a acontecer, assim foram desenvolvidos métodos para auxiliar os participantes. Mesmo assim, ao final dessa aula a sensação era de preocupação por parte da equipe orientadora vista a tamanha dificuldade que os alunos apresentaram e como boa parte deles reagiu com enorme frustração e ansiedade diante delas. Muitos alunos alegam que não conseguem realizar a tarefa, que não sabem como deixar a imagem de seu itinerário do tamanho ideal para uma apresentação de slides e que não conseguem reproduzir o que a equipe os ensinou.

A equipe orientadora calmamente e de forma repetida presta auxílio a cada um dos participantes até que todos tenham conseguido completar toda a tarefa. Ao final dessa aula, equipe e participantes estão cansados, mais emocionalmente que fisicamente.

As tensões são esperadas e são elas que justificam a realização do curso. É no decorrer das demandas dessa aula que os participantes expõem o (pouco ou inexistente) nível de experiência que eles possuem no ambiente virtual com o computador como ferramenta de interação.

4.2.4 Aula Quatro

Toda a tensão da aula anterior se esvai na aula seguinte. A aula quatro demonstra que o trabalho árduo do dia anterior recompensou os alunos com conhecimento. Essa aula flui de forma impressionante.

A atividade proposta para os alunos é que eles mesmos criem um itinerário composto por no mínimo três partes. Os alunos são orientados a seguirem um roteiro predeterminado de buscas conforme uma história hipotética. A situação é que eles se sentiram mal durante a aula com sintomas de gripe e precisam ir a um hospital fazer uma consulta e serem orientados por um médico. Então eles devem buscar um hospital e saírem da BNB até esse hospital. Após a consulta o médico os dispensa para casa com uma receita médica. Eles devem buscar uma farmácia para comprar os tais remédios da receita. Após essa tarefa, eles sentem fome e precisam se alimentar antes de irem para casa, então eles devem procurar algum estabelecimento

onde possam comprar um lanche ou refeição antes de irem para casa. Todo esse roteiro deve ser produzido no Google Maps e utilizar duas formas diferentes de locomoção, a pé e utilizando o transporte público e ter sua distância em quilômetros e duração em horas e minutos discriminada.

As dificuldades se apresentaram mínimas como a dúvida sobre qual tecla fazia a letra ficar maiúscula ou o que eles deveriam fazer no caso de os arredores de suas residências não possuírem um dos elementos indicados para a busca.

A facilidade e tranquilidade se demonstra tamanha, que eles são incentivados a criarem um itinerário de uma viagem e nesse momento a imaginação deles voa e características da vida pessoal de cada um surge de forma natural, como qual a cidade de um ou o destino de viagem dos sonhos de outro e como eles brincam com o fato de nunca terem estado em algum daqueles lugares e infelizmente como acham que nunca poderão estar em algumas dessas localidades.

Os alunos se atentam fatos curiosos do Google Maps, como o preço de passagens aéreas que aparecem em tela quando eles solicitam uma rota entre dois lugares para ser realizada de avião, ou como o Brasil é um país com dimensões de um continente. A aula se desenrola de forma leve e com um desfecho prazeroso pois todos os participantes cumprem a tarefa com clara facilidade, apenas seguindo as instruções básicas. Fica clara que a dificuldade da aula anterior não era algo imprevisível, mas sim o produto da inserção de um novo conhecimento que pode ser complexo para um certo grupo de indivíduos por motivos que eles mesmos não podiam perceber ou controlar. Foi uma condição imposta a eles, não uma escolha.

A quinta aula é uma revisão de todos os conteúdos e a aplicação da avaliação. O que se observa no decorrer do curso é um crescimento e uma consciência diferentes por parte dos participantes, a partir das experiências vivenciadas em aula e dos conteúdos apreendidos. O aluno chega ao curso com medo de um computador e sai dele encarando a máquina como um aliado da facilitação de seu cotidiano. A partir de um conhecimento bem básico sobre o mundo virtual e as tecnologias de informação e comunicação, o indivíduo passa a ter uma noção de quanta informação ele pode obter interagindo em ambiente digital e como essa informação flui de forma rápida. A percepção geral é que cada parte do curso leva o aluno um passo à frente nessa iniciação digital, rumo ao rompimento com a exclusão digital, lhe deixando ávido

por uma imersão digital futura e por assimilar e absorver informação e cultura que lhe era inalcançável antes, fosse por limitação de equipamento ideal para obtê-las, fosse por limitação própria em não ter expertise e confiança suficientes para desbravar o mundo virtual.

4.3 A avaliação do curso de iniciação digital

A avaliação não é o objetivo do curso de iniciação digital, mas ela serve como um indicador de como o curso foi percebido pelos participantes e qual o nível de prática eles desenvolveram durante esse curto período.

Em números brutos, cem por cento dos participantes do curso foi aprovado e certificado com a participação no curso de iniciação digital no Google Maps. As habilidades que apresentaram menor nível de assimilação foram as relacionadas à cartografia. Os participantes tiveram dificuldades para diferenciar tipos de mapas.

Nas outras competências e habilidades os resultados foram excelentes, conforme quadro a seguir:

Competência		Habilidade
Competência 1: O espaço e sua representação cartográfica.		Compreender o conceito de espaço geográfico e os diferentes tipos de mapas.
	Indicador Médio	Em processo de assimilar a habilidade (P)
Competência 2: A conta do Google.		Compreender o funcionamento de uma conta do Google e criar uma em seu próprio nome.
	Indicador Médio	Conhecimento ótimo na habilidade (O)
Competência 3: O uso do Google Maps.		Assimilar o uso básico do Google Maps através de suas ferramentas principais
	Indicador Médio	Conhecimento ótimo na habilidade (O)
Competência 4: Reconhecer o espaço do cotidiano.		Fazer buscas sobre locais específicos que compõem os trajetos do dia e exercitar o registro dessas localidades. Saber usar e compreender a importância do Street View.
	Indicador Médio	Conhecimento satisfatório na habilidade (S)
Competência 5: Trajetos, modais, distâncias e tempo		Aprender a criar trajetos entre locais em diferentes meios de locomoção e reconhecer as distâncias e tempos de duração desses trajetos.
	Indicador Médio	Conhecimento ótimo na habilidade (O)

Figura 13: Avaliação do Curso de Iniciação Digital

Essa dificuldade com os conceitos cartográficos pode-se dever a dois prováveis fatores. O primeiro é a relação entre prática e teoria. O conteúdo do curso que foi praticado se tornou de mais fácil assimilação pelos participantes, porém, o conteúdo que foi essencialmente teórico apresentou maior dificuldade quanto à aprendizagem. Outra provável determinante desse cenário provavelmente está ligada ao menor nível de educação formal pelo qual a maioria dos participantes do curso passou. Conceitos de espaço geográfico e cartografia são estudados em educação superior, algo fora da realidade de mais de 95% dos participantes do curso.

Mesmo assim, isso não quer dizer que a Geografia teve um aprendizado deficitário pelos alunos do curso. Esse conhecimento apenas não vem organizado em conceitos e teorias, mas está na superfície dos comentários feitos nas entrevistas sobre a questão da localização, organização do espaço e percepção de lugar no espaço, como veremos na análise das entrevistas.

Averiguando e vivenciando o processo de avaliação, percebe-se que o curso alcança seu principal objetivo. Os participantes não desenvolvem apenas uma afinidade e conforto no uso de um computador e suas possibilidades, mas eles adquirem um gosto por essa prática e a veem como uma ferramenta para incrementar sua situação socioeconômica e cultural.

Durante o processo de avaliação os participantes demonstravam desenvoltura em um nível completamente diferente do que foi visto na aula inaugural. Inclusive o grande problema da aula três que era a edição de imagens, se tornou num curto espaço de tempo algo corriqueiro para os alunos. A grande questão das avaliações foi avaliar os alunos que eram analfabetos funcionais. A avaliação deixou claro que há uma barreira maior que a exclusão digital a ser superada por eles, pois eles conseguem sair dessa margem quando realizam diversos comandos e processos em um computador. Os analfabetos funcionais conseguem interagir de forma razoável com o mundo virtual, mas essa interatividade é fruto da capacidade que eles têm de memorizar comandos e não da apropriação que eles desenvolveram sobre a interface, o dispositivo e suas ferramentas. Surge aqui uma outra questão a ser tratada numa outra análise futura: A inclusão digital dos analfabetos e analfabetos funcionais.

O analfabetismo funcional limita o que uma pessoa pode realizar através da TIC's. Uma vez que não há compreensão textual, boa parte da cultura e informação

ao alcance dele está lá só para ser visto e não vivido. É como conhecer uma nova cidade sem sair de dentro de um carro. O indivíduo vê, mas não sente e não vive aquilo. Não é algo que possibilita crescimento, apenas lembranças.

4.4 As entrevistas

As entrevistas foram realizadas com cada uma das quatro turmas do curso de iniciação digital. As duas turmas de 2016 foram reunidas em 2019 para suas respectivas entrevistas. As duas turmas de 2019 realizaram as entrevistas logo após o encerramento do curso, no dia da cerimônia de entrega de certificados.

As entrevistas tinham um roteiro predefinido, mas flexível de acordo com desenvolvimento das perguntas e respostas. Gravadas em áudio digital, as entrevistas se deram em tom de bate-papo, uma conversa casual e bem relaxada.

Conforme os termos do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), nenhum dos participantes será identificado nominalmente na descrição dos textos das entrevistas. Eles serão indicados aqui pela alcunha de *indivíduos* e numerados para que fique clara a diferenciação sobre o emissor de cada resposta. Assim, cada uma das quatro entrevistas teve um Indivíduo 1, e aqui será apontado de qual entrevista vem o discurso transcrito nessa análise, lembrando que as entrevistas vão de 1 a 4.

Essa análise segue o roteiro inicial para uma melhor organização das informações e seus desdobramentos. Perguntados sobre o computador na vida deles, os participantes vieram com respostas que demonstravam basicamente um perfil similar. Nunca haviam possuído um computador ou tinha um computador em casa por conta de uma pessoa mais nova possuir um, mas não tinham contato com o dispositivo.

Indivíduo 1 (Turma 1/2016): - *Computador na minha casa nem tinha, na minha idade na minha infância não tinha computador. Hoje eu estou com 55 anos. O computador da época era um arquivo tipo livro. Você assinava um tipo de ata e arquivava. Tá entendendo? O aluno fosse um bom aluno e ou um mau aluno era tudo escrito em uma ata e guardado. Computador não tinha. Eu vim conhecer computador aqui em Brasília.*

Indivíduo 2 (Turma1/2016): - *Na minha época também não tinha. Eu fui conhecer computador depois que eu tive meus filhos, quando eu vim morar aqui. Então meu filho mais velho é metido com essa situação de computação. Então eu vim a conhecer, mas não a mexer. Porque eu não tinha muita paciência não. Ele dizia Mãe se a*

senhora quiser aprender eu ensino, e eu dizia menino não tenho tempo para isso não. Mas a gente veio a conhecer aqui mesmo depois que a gente teve nosso filho.

Alguns participantes possuíam um computador, mas confessavam que o tipo de uso que faziam dele era muito restrito:

Indivíduo 3 (Turma 2/2019): - *Ah...eu tenho computador em casa, mas só assisto filme pela Netflix. Agora com o curso, eu comecei a pegar as “manhas” e todo dia estou no computador.*

Outro participante reconheceu imediatamente como a presença de um computador e a habilidade adquirida durante o curso poderiam ter sido úteis para a vida de sua família:

Indivíduo 1 (Turma 1/2019): - *Eu não usava quase nunca. Nem ter um computador eu tinha. Mas a partir da segunda aula que eu tive aqui, eu pensei em comprar um. Eu não tenho computador em casa. Eu achei importante comprar um. Sabia de nada, era uma leiga. Nem ligar, nem desligar, nem computador em casa e nem internet. A partir desse curso pensei melhor e quero comprar um. Para ficar mais informada, por dentro do mundo, porque com um computador você vai mais além. Você não fica socada naquele mundinho. E o Google Maps para mim, achei muito interessante porque meu esposo antigamente trabalhava como entregador de caminhão para uma casa de materiais de construção e ele não sabia mexer no Google Maps para achar os endereços também tão pouco, tanto que ele saiu porque tinha muita dificuldade em achar endereços, ele estava perdendo dinheiro. Hoje em dia se ele ainda estivesse trabalhando nessa área, eu poderia ensiná-lo achar os endereços mais rápido e não perder tanto tempo. Eu nem sabia que o smartphone é um computador na minha mão. Se eu não viesse para o curso do Google Maps, no meu celular eu nem usaria.*

Nota-se que nessa resposta foi utilizada uma expressão que traduz bem o tipo de limitação que um indivíduo digitalmente excluído é submetido. Ele se sente “socado naquele mundinho”, uma figura de linguagem que passa uma sensação não apenas de limitação, mas de prisão.

Muitos alunos deram depoimentos demonstrando a empolgação em adquirir um computador e realizar novos cursos:

Indivíduo 4 (Turma 2/2019): - *Eu na verdade, nunca tinha tido contato com o computador. Comecei aqui no curso e gostei. Se aparecerem outros eu quero fazer. Antes eu usava a internet pelo celular.*

Indivíduo 6 (Turma 2/2019): - *Eu nunca tive computador. Já peguei em máquina de datilografia. Fiz curso, mas computador eu nunca tive perto não. A experiência aqui foi boa pra mim, pra minha vida. Eu me interessei mais, vou até procurar outros cursos.*

Indivíduo 7 (Turma 2/2019): - *Eu gostei muito. Se tiver mais cursos, eu quero participar. Tinha um notebook lá em casa, mas é dos meninos e só eles mexiam, mas não é a mesma coisa de um computador né?! Então essa é a primeira vez que eu tive contato. Agora eu vou comprar um computador para mim, para eu mexer sozinha. Nada de menino, só eu. Foi uma benção. Quero participar mais se tiver.*

Indivíduo 8 (Turma 2/2019): - *Eu tinha computador há uns anos atrás, mas eu não tinha motivo pra pegar no computador e ficar focando em computador, interagindo e essas coisas todas, mas depois dessas aulas, foi um incentivo a mais e eu procuro dar continuidade daqui pra frente.*

Uma nota importante é que o Indivíduo 7 da Turma 2/2019, deixa subentender em sua fala que percebe uma diferença (equivocada) entre desktops e notebooks e que vê diferenças nas funções que os dois podem exercer. Esta é uma evidência importante para frisar que o curso é apenas uma iniciação ao mundo digital e que ainda há muito caminho a ser percorrido até que os participantes estejam realmente incluídos e imersos digitalmente.

Sobre a experiência do curso e o impacto sobre o cotidiano e projetos futuros do participante, todos os entrevistados foram categóricos em dizerem que gostaram muito da experiência. As respostas variaram desde o reconhecimento do estado de ignorância digital anterior ao curso, quanto à consciência do novo nível de autonomia adquirido através dessas aulas:

Indivíduo 3 (Turma 1/2016): - *Eu acho que foi melhor do que eu esperava. Quando a gente ficou sabendo do curso, todo mundo ficou assim “ai meu Deus que curso é esse? Não sei nem mexer ai meu Deus e agora?”. A gente foi fazer e você começa a mexer, você começa achar interessante por mais que você fica assustado, aí erra de novo e vai embora, mas quando você consegue acertar aí você fica se sentindo né?*

Nossa, consegui. E acabou que foi assim para gente, pelo menos para mim, foi além do que eu esperava. Depois do curso chegando lá nos meninos e mostrando o que eu já sabia, que eu já sabia me localizar. A gente não fazia ideia do que seria o curso e de repente eu já sabia até encontrar uma localização.

Indivíduo 2 (Turma 2/2016): - *Para mim foi bom que me ajudou mesmo. Eu não sabia que tinha esse negócio de Android, que tinha foto do local, localização, então me ajudou bastante. Me ajudou não, tá me ajudando até hoje por quê hoje eu vejo a minha casa daqui. Eu entro lá no Google Maps e já vejo a localização onde eu estou para onde eu vou. Só tem uma coisa eu não gosto das rotas (se referindo ao GPS por voz). Deus me livre. Eu não gosto daquela voz. Uma vez eu fui viajar mais meu esposo, nós chegamos até discutir. Aquela rota deixou nós dois doidinhos. Se perdemos. Deu uma multa de R\$ 300 que a gente entrou na contramão porque a gente não suportava “mulher vire à direita vire à esquerda”. A gente conseguia se orientar pela rota mas pelo GPS não deu certo. E para mim também foi surpresa. Conhecimento de internet e do computador nós temos além das minhas expectativas. Eu realmente não conhecia. Então para mim foi bom.*

Indivíduo 3 (Turma 1/2019): - *Eu também não usava. Mas agora fiz essas aulas, quando eu quero ir para um lugar, agora eu chego lá. Antigamente eu não sabia. Eu nunca mexi mesmo tendo computador. Na internet eu entrava mais no Face, mas não sabia do Google Maps. Agora eu aprendi e quando eu vou para os lugares eu uso o Google Maps.*

Indivíduo 5 (Turma 1/2019): - *Assim como a colega falou, eu também tinha computador em casa, mas não conhecia o Google Maps. Mexia mais no Face. Pensei até em não fazer o curso, mas quando eu cheguei aqui e conheci o professor que é excelente, aí isso me incentivou a vir de novo. Eu tô é triste já por ser o final. Agora quando eu vou para algum lugar com certeza eu vou no Google Maps, isso vai ficar para minha vida. Vou até comprar outro computador.*

Indivíduo 6 (Turma 2/2019): - *Eu nunca tive computador. Já peguei em máquina de datilografia. Fiz curso, mas computador eu nunca tive perto não. A experiência aqui foi boa pra mim, pra minha vida. Eu me interessei mais, vou até procurar outros cursos.*

Indivíduo 4 (Turma 2/2019): - *Eu na verdade nunca tinha tido contato com o computador. Comecei aqui no curso e gostei. Se aparecerem outros eu quero fazer. Antes eu usava a internet pelo celular.*

Indivíduo 8 (Turma 2/2019): - *Eu tinha computador há uns anos atrás, mas eu não tinha motivo pra pegar no computador e ficar focando em computador, interagindo e essas coisas todas, mas depois dessas aulas, foi um incentivo a mais e eu procuro dar continuidade daqui pra frente.*

Esses últimos depoimentos demonstram o despertar digital de alguns dos participantes do curso, o que demonstra que a iniciativa teve bons níveis de eficácia. Os participantes se sentiram não apenas inclinados a continuar usando o Google Maps, mas a usar mais o próprio computador, inclusive buscando outros cursos.

Quando perguntados sobre a percepção de que ao lidar com o Google Maps e os conceitos de localização e cartografia, também estavam em contato com a Geografia, todos os alunos responderam que não, exceto um único da primeira turma do curso:

Indivíduo 3 (Turma 1/2016): - *Na verdade assim, depois de muitos anos que a gente sai da escola a gente acaba meio que perdendo de geografia, ciências e isso meio que foge um pouco da gente. Aí quando a gente vê cidades, ruas, a gente sabe que faz parte da geografia. Só que a gente acaba que não associa logo de cara. Mas tem realmente tudo a ver, porque eu me peguei procurando minha cidade lá, quer dizer, a geografia é isso. É o todo do planeta em si. Basicamente isso e aí a gente acaba vendo tudo que a gente quer no Google Maps. Porque você quer procurar, você clica ali e já se encontra lá, igual eu encontrei lá na minha cidade.*

A percepção de estar em contato com a Geografia não era um dos objetivos do curso e essa quase ausência dessa consciência a respeito do contato com a ciência é justificada pela baixa escolaridade da maior parte dos participantes. É válido lembrar que a Geografia aqui é uma ferramenta para a iniciação digital e não o objetivo principal do curso.

Conversando sobre o uso do Google Maps em si, os participantes do curso trouxeram visões muito pessoais sobre a experiência que cada um teve usando o site e como aquilo foi importante como uma experiência inesperada e promissora. Essas falas foram muito pessoais e permitem ter uma noção da ótica pessoal dos alunos, com pontos de vista muito particulares.

Indivíduo 3 (Turma 1/2016): - *O que eu me surpreendi foi com ver de cima. Quando você vai lá e clica e você vê uma cidade assim de cima e aí você vai ficando e vai abrindo os horizontes vamos dizer assim e no final das contas até você chegar naquele pontinho, e aquele pontinho é a casa da sua mãe por exemplo, do outro lado do país. A gente tem mania de olhar tudo por fora, superficial. E quando você vê assim de cima, quando você consegue entrar numa rua e vai olhando do início até o fim, de casa a casa, é muito gratificante para gente não tem o hábito de mexer (em um computador), não tinha o costume, nem sabia como se fazia isso, de repente se pega olhando tudo. Olhando pequenos detalhes de alguma coisa. Uma praça que em outro tempo era de uma forma eu fui lá procurar. O banco que mudou de lugar. Eu achei uma experiência formidável.*

Indivíduo 2 (Turma 2/2016): - *Saber que eu podia estar aqui e localizar onde eu moro, a minha distância, o percurso, a dificuldade de agora (se referindo à uma greve do transporte público na cidade de Brasília, quando os ônibus estavam com sua frota circulando em somente 30%). Hoje mesmo eu já entro para eu saber como é que tá a rota, para ver se tá livre e tal. Então facilita bastante. Uma coisa que eu percebi foi que a foto que tá no satélite é antiga. Eu lembro que o meu portão ainda tava todo enferrujado. Um pé de manga que não existe mais. Foi uma coisa assim bem legal eu gostei.*

Indivíduo 1 (Turma 1/2019): - *O que mais me chamou atenção foi aquele bonequinho, o Street View, que te dar uma visão de 360° sobre tudo.*

Indivíduo 2 (Turma 2/2019): - *Eu achei interessante que a gente é capaz de marcar mais de um lugar (fazer rotas).*

É relevante ressaltar a apropriação que os participantes do curso fizeram das ferramentas e possibilidades que o Google Maps lhes apresentou. De uma busca por uma localidade, à uma rota entre duas localizações, à visão em 360° de um lugar, ficou claro que eles rapidamente conseguiram assimilar a funcionalidade do site e tiveram facilidade em reconhecer as várias formas de aplicar a ferramenta na otimização de aspectos do cotidiano, seja na questão de utilizar melhor o tempo ou na necessidade de saber qual a melhor forma de se chegar a algum lugar ou simplesmente se informar sobre a localização de um ponto específico.

Perguntados se o Google Maps possibilitou que tivessem uma percepção diferente do espaço em sua volta, ocorreu um diálogo interessante entre dois alunos, onde eles percebem a mudança espacial, com o crescimento urbano:

Indivíduo 1 (Turma 1/2016): - *Um dia desses perto de casa eu estava almoçando, aí eu comecei a mexer no meu celular. Aí botei do Serra Dourada⁵⁵ ao Gama (cidade satélite do Distrito Federal) no Google Maps aí eu vendo as estradas eu vi aí tem Estrada o mapa as velocidades a distâncias que passavam do Serra Dourada ou Gama. E depois eu botei do gama a biblioteca, entendeu? Lembra que quando fizemos o curso eu não consegui achar minha residência? Não tinha o Serra Dourada. Você se lembra que tinha tudo mato, um lixão.*

O participante primeiro fala sobre criação de rotas relacionadas ao seu cotidiano, depois ele revela que anteriormente (em 2016, quando fez o curso), o local da sua residência ainda não constava no Google Maps e a colega o responde:

Indivíduo 3: - *É porque tudo mudou por lá. Lá é uma comunidade agrícola que as pessoas foram loteando e com passar do tempo fizeram uma cidadezinha que pertence ao Goiás.*

Hoje em dia, o Jardim Serra Dourada já aparece na busca do Google Maps, porém não possui mapeamento em 360º pelo Street View. Isso normalmente acontece em lugares da zona rural, uma vez que essas imagens são geradas por um carro do Google que filma as localidades em 360 graus e disponibiliza essa visão ampla no site. O acesso à zona rural e interior do país não é tão simples quanto circular na zona urbana ou em uma grande cidade. Essa localidade serve como moradia para um dos alunos do curso. Um local que fica a uma distância de cerca de setenta quilômetros do trabalho dele e é percorrido com a necessidade de utilizar três linhas diferentes do transporte público em cada um dos sentidos, ida e volta. Com o custo de R\$24 diários, o percurso toma de 4 a 5 horas diárias da vida do participante. E essa é a realidade aproximada de vários outros participantes do curso.

Outro participante comparou o tipo de paisagem urbana do seu local de trabalho com seu bairro residencial:

⁵⁵ **Jardim Serra Dourada:** Zona agrícola da cidade de Santo Antônio do Descoberto-GO, localizada a 12 quilômetros do Gama

Indivíduo 2 (Turma 2/2016): - *Com certeza. Tem diferença que aqui a Estrutural⁵⁶. No caso é diferente, as vias são diferentes. No caso, meu espaço entre quadras não tem prédio. O percurso é diferente.*

A comparação entre a área de alta concentração urbana no centro da cidade de Brasília com um bairro ocupado por pessoas de baixa renda provavelmente era possível há muitos anos na vida desse participante, porém o contato com o Google Maps fez isso se tornar algo notável para ele.

Um outro participante foi mais específico sobre a sua percepção espacial e o que ele considera uma diferenciação social no espaço:

Indivíduo 1 (Turma 1/2019): - *Eu percebi que o centro de Brasília é mais cuidado. Brasília é mais cuidada (em relação às cidades-satélites). Acho que a classe social realiza uma discriminação em relação os bairros. O poder aquisitivo aqui (Plano Piloto) é maior do que lá.*

Há ainda um aluno que refletiu sobre a situação de descaso que o entorno de Brasília e as cidades-satélites sofrem em termos de infraestrutura e direcionamento de recursos do Estado, frisando que boa parte da força de trabalho da capital brasileira vem das cidades do Estado de Goiás que ficam ao redor dela e integram sua área de desenvolvimento urbano. Ele aponta também a depreciação que os próprios moradores fazem da reputação de seus bairros.

Indivíduo 3 (Turma 2/2016): - *Onde eu moro tem um hospital e dois ou três postos de saúde. Qualquer que seja o governo, ele investe no lugar onde ele acha o que é o ponto x do crescimento de Brasília. Aqui é o foco. A maior parte da força de trabalho vem de fora. Vem gente de fora de Brasília e pensa que Brasília é isso aqui só (se referindo ao Plano Piloto), mas não vê o entorno, a dificuldade, como Ceilândia (cidade-satélite mais povoada do DF). Eu lembro quando Ceilândia era muito taxada como uma cidade com alto índice de criminalidade, era pobreza também, uma cidade com classe muito baixa. Você vê Ceilândia hoje pode se comparar a uma Taguatinga (terceira maior cidade-satélite do DF), até Brasília mesmo, porque ela se desenvolveu*

⁵⁶ Cidade Estrutural: Cidade-satélite do Distrito Federal criada a partir de uma invasão de terras em torno de um lixão. Esse bairro é marcado pela situação social delicada, baixa infraestrutura e altos índices de violência.

bastante. Há uma discriminação grande com o entorno. Mas isso a gente pode colocar como da população em si mesmo né. Que a população mesmo descrimina o lugar que mora. Eu moro graças a Deus no que é meu. Comprei e quitei, estou morando lá e é meu.

Essa percepção socioespacial diferenciada é o que Milton Santos apontava como uma necessidade ao indivíduo para que ele entendesse que sua atuação social é uma ferramenta política para a mudança de condição socioeconômica. Paralelo a isso, Paulo Freire entende que o lugar do oprimido na sociedade lhe é imposto pelo opressor detentor do poder. Esse opressor atrai para si e ao seu redor a melhor qualidade de vida e infraestrutura.

Numas das conversas informais durante as aulas do curso, um participante falava de como o Google Maps permitia que ele visualizasse melhor seu bairro e as áreas comuns dele, como as praças e centros comerciais. Ele apontava em tela uma área verde vasta em uma praça e dizia que o pessoal daquela localidade promovia uma coleta de material reciclável e investia o dinheiro ganho com a venda desse material em uma horta coletiva na praça, com o objetivo de servir qualquer pessoa que precisasse daqueles itens. Vendo o tanto de áreas comuns parecidas com aquela que havia em seu bairro através do Google Maps ele manifestou o desejo de organizar uma cooperativa em torno de expandir aquela iniciativa para todas as praças do bairro, uma vez que haviam muitas famílias carentes no bairro que podiam se beneficiar dessa prática. Isso demonstra como o curso de alguma forma fez com que os participantes compreendessem o espaço à sua volta de forma mais completa e passassem a se relacionar com ele de uma forma diferente, não só na questão de localização e deslocamento, mas na compreensão das características e potenciais da paisagem ao seu redor.

De uma forma geral, a maioria dos participantes do curso manifestou insatisfação com o desequilíbrio na infraestrutura e oferecimento de serviços entre os bairros da cidade no que foi comumente chamado pro eles de “preconceito”, mas que na verdade é uma evidência da desigualdade social comum ao sistema socioeconômico ao qual estamos submetidos. Perguntados sobre como poderiam amenizar essa situação, a resposta era igual e taxativa: *Mudar a política do país.*

Essa alteração no panorama político é muito complexa e não produz resultados profundos à curto prazo. Perguntados sobre como poderiam ajudar na promoção dessa mudança, os participantes também foram bem objetivos: *Através do voto.*

Essas pessoas de situação socioeconômica delicada, com pouca formação educacional e ocupando os bairros menos favorecidos de sua cidade conseguem perceber que tem alguma influência sobre a forma como o tecido social se desenrola. Entendem que são indivíduos muitas vezes desfavorecidos, mas com alguma capacidade de influenciar na forma como essa máquina político-social funciona e alterar alguns elementos nessa engrenagem. Num nível simplista, essas pessoas conseguem se ver como atores sociais, mas carecem de melhores ferramentas socioculturais para se empoderarem e serem ativos em suas atuações no cenário político e social. Atuarem em benefício próprio e não como peças no jogo de interesses dos mais favorecidos e concentradores de poder.

Perguntados sobre a possibilidade de continuarem essa imersão digital, iniciada formalmente com esse curso, todos os participantes afirmaram que não apenas tem o desejo de trilhar esse caminho e como na prática ele já está em andamento em seu cotidiano.

Indivíduo 3 (Turma 1/2016): - *Com certeza. Mundo agora está digital. E a tendência dessas novas gerações é deixar a gente para trás. Os jovens não tem muita paciência. A gente tem que aprender a se virar, o básico.*

Indivíduo 2 (Turma2/2016): - *Computador em casa eu não tenho mais não, é só o celular mesmo, só para o “Face” o “Zap”, essas coisas. Mas hoje não. Hoje eu aprendi a fazer essas coisas de banco que eu não sabia. Se tivesse mais cursos seria o ideal. Tava na hora de fazer um curso de reciclagem que não tinha nada a ver com a nossa área. Mas se a gente puder fazer mais cursos vai acumular no nosso currículo. Vai servir como currículo para vida a toda. Então isso aqui que nós pegamos aqui não ficou no papel, vai ficar para nossa vida. Usar no dia a dia.*

Indivíduo 4 (Turma 1/2019): - *Eu quero muito pesquisar as coisas que eu tenho curiosidade. O corpo humano, as doenças, as causas. Se não for no computador, que seja no smartphone.*

Esta última fala é importante como evidência da introdução dos smartphones no cotidiano de nossa sociedade. É uma fala de um participante da turma de 2019, ano em que o uso desse tipo de dispositivo é mais acessível e comum do que em 2016 quando as duas primeiras turmas realizaram o curso.

Todas as quatro entrevistas com as turmas participantes do curso foram efusivas na produção de conteúdo relevante e passível de análise. Foram levantadas pelos participantes questões sobre a necessidade de formação continuada aplicada ao crescimento profissional, observações sobre a crescente digitalização das práticas cotidianas, reclamações sobre como o interesse político não contempla o desenvolvimento social dos menos privilegiados, a capacidade que a internet de transcender o entretenimento e gerar conhecimento, entre várias outras falas dos alunos ao serem entrevistados. Essa pesquisa buscou se ater à dados que fossem ao encontro das perguntas que busca responder, mas traz à tona algumas outras questões que serão abordadas nas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa surgiu da necessidade de se averiguar alguns aspectos científicos relacionados ligados a um curso de iniciação digital para jovens e adultos de baixa renda. O trabalho girou em torno de elucidar questões de cunho relevante para a replicação de experiências similares a essa, aprimoradas e com impacto tão significativo quanto a que foi tema desta dissertação.

O analfabetismo digital é aqui um pano de fundo para tratar da relação entre oprimido e opressor e como ela continua presente em cenários muitas vezes ignorados por teóricos da área de Educação, justamente a área em que essa problemática foi estruturada e propagada, através dos conceitos de Paulo Freire em vários de seus trabalhos.

Esse panorama da situação de defasagem digital da população pobre adulta é um sintoma da forma com que essa parcela da população está muitas vezes à margem das hipotéticas políticas públicas de combate à desigualdade social. A percepção que os resultados dessa pesquisa passam é que o pobre e adulto está sendo enclausurado em sua posição social para servir aos interesses de uma porção privilegiada e dominadora da população em nosso país.

Uma vez que uma brecha é dada para que esses indivíduos oprimidos possam ter a chance de espiar o que há do outro lado do muro de exclusão, é notável a avidez com que eles engajam seus esforços cognitivos, emocionais e financeiros na busca por um lugar dentro dessa parte mais abastada de informação, facilidades, cultura e possibilidades do tecido social. Não é uma questão de comodismo que se encontrem em estagnação sociocultural, mas uma condição resultante de serem ignorados pela dinâmica de relações estabelecidas com o seu opressor. O seu lugar é um não-lugar

quando se diz respeito a conquistar novos espaços sociais e progredir economicamente.

Aí entra a importância das instituições públicas que tem capacidade para promover educação, cultura e aprimoramento. A educação não deve ficar a cargo apenas das escolas e dos ambientes formais de educação. Bibliotecas, museus, fundações e organizações ligadas a questões sociais tem condições de desenvolver programas que contemplem benfeitorias humanas aos indivíduos em situação socioeconômica delicada. Essas condições precisam ser convertidas em ações efetivas.

Sobre as questões principais desse trabalho, foram obtidas respostas relevantes, algumas conclusivas, algumas ratificadoras, algumas negativas, outras que levantaram novas perguntas. Sobre a prática do curso de iniciação digital através de uma plataforma com conceitos geográficos conclui-se que:

- A prática de uma iniciação digital para jovens e adultos em ambiente informal de educação, através de conceitos cartográficos que o Google Maps utiliza se provou uma iniciativa de sucesso. Cada um dos 33 participantes das turmas do curso *Traçando Retas e Redescobrimdo Caminhos com o Google Maps* alcançou algum aumento no nível de domínio e utilização do ambiente virtual através de um computador. O fato de os participantes estarem aprendendo algo associável facilmente ao seu cotidiano e à suas necessidades imediatas. foi um fator que gerou conforto e segurança para se arriscarem em um ambiente que antes lhe causava estranheza,

através de um dispositivo que os deixava confusos quanto a seu funcionamento e função.

- Os conceitos cartográficos e geográficos não foram assimilados na forma de ciência. A Geografia estava subentendida o tempo todo e nem por isso era ignorada. Ela serviu como plataforma para o desenvolvimento das habilidades em ambiente digital dos participantes do curso. Almejando aprimoramento da experiência do curso, penso que os conceitos de espaço geográfico e tipos de mapas deveriam ser reformulados em sua didática de ensino, para que sua complexidade não se interponha entre o participante e o computador. Porém esses conceitos não podem passar despercebidos de formulação. Eles podem ser reposicionados e apresentados de forma mais integrada ao fluir do curso, inclusive para que gerem um conhecimento mais sólido e de melhor assimilação.
- O Google Maps foi de algo quase desconhecido para a maioria dos participantes do curso, para uma ferramenta facilitadora de seus cotidianos em alguns aspectos. E cada uma das habilidades que foram aprendidas durante o curso girava em torno de tentar ver, entender e interagir melhor não somente com o ambiente virtual, mas também com o espaço real em si. O *zoom in* (aproximação) que os alunos davam na tela não os levou apenas a verem as ruas, cidades e países de forma mais próxima, mas os fez olharem para sua própria condição social e mirarem novas metas de aprendizado e crescimento individual. Assim com o *zoom out* (afastamento) que os

educandos praticaram na tela não os permitiram ver apenas o quão vasto é planeta em que vivemos, mas o permitiu ver que essa dimensão gigantesca não os diminui, ela na verdade oferece-lhes exercer a curiosidade e chance de um dia saciar essa vontade de conhecer o novo, o diferente e as muitas possibilidades que as experiências transculturais podem agregar à suas vidas. O uso do Google Maps para a iniciação digital foi uma excelente escolha por tratar dos caminhos e características do mundo em que o educando está inserido, mesmo que várias das partes desse mundo não sejam de seu conhecimento, o Maps traz essa sensação de expansão não apenas dos limites geográficos, mas do conhecimento e da apropriação do espaço em si.

Quanto ao curso ter sido um potencializador da vontade dos jovens e adultos participantes se envolverem mais com o ambiente virtual e seus dispositivos de interação, principalmente com o computador, foi possível aferir que:

- Há de se analisar essa ocorrência com equilíbrio e frieza, mas nem mesmo essa uma investigação mais fria pode ignorar o quanto o curso mobilizou seus participantes. Como tratado na observação e seus resultados, aqueles indivíduos demonstraram empolgação e engajamento desde o começo do curso. Cada turma tinha uma química e fluidez diferente com a equipe orientadora, mas em todas as ocasiões a experiência foi edificante, no aspecto humano, cultural e social para todas as partes envolvidas. Na qualidade de instrutor do curso, percebi que a iniciação digital tem uma função maior que habituar um ser humano ao uso do computador de forma eficiente e confortável, ela é

uma prática indispensável para a sociedade digital que reproduzimos e atuamos atualmente.

- Cada participante explicitou a vontade de agregar mais conhecimentos na área digital e vários deles enxergam o domínio desse ambiente como uma chance de mudança radical de vida. Os alunos exibiam seus certificados com orgulho no dia do encerramento do curso. Saber como lidar com um computador na visão de muitos é uma porta de entrada para aprimoramento educacional e profissional e uma chance de diminuição ou rompimento da relação de uso que eles sentem em relação à parte da sociedade mais abastada, aos políticos e que chamo de peça da vida real. Nesse espetáculo todos somos atores e atrizes com papéis predeterminados e servindo a um propósito que não está focado em nossos anseios e necessidades, apesar de passar por eles em algum ponto ou em algumas ocasiões. Há uma urgência do oprimido por mudança de vida, ou pelo menos pela chance dela. Ele quer escolher o seu papel na peça da vida real. Um que seja maior, melhor e que principalmente lhe traga mais visibilidade e lhe faça se sentir contemplado pelas vontades políticas e sociais. Objetivamente, ele quer inclusão social e uma vida melhor e mais próspera como consequência disso. Não é uma busca por esmolas em forma de pequenas amenidades sociais, o oprimido que manter sua individualidade e se sentir parte importante no todo. Ele quer se livrar do papel de oprimido. Cabe às pessoas em melhor condição socioeconômica e cultural auxiliar essa libertação de forma que não transforme esse oprimido em opressor e principalmente não ignore o valor de sua vivência, de suas

experiências, querendo lhe tornar um espelho de si. O oprimido não quer ser o novo opressor, ou ao menos não deve querer estar nessa posição, mas através de seu crescimento manter essa dinâmica do olhar para o menos favorecido, para o indivíduo que ele outrora fora.

Essa iniciação digital é uma etapa em caminho promissor. Esta pesquisa passou pela problemática em nomear a prática de inclusão digital em questão aqui. Alfabetização digital não era correto pois a alfabetização exclui uma das principais metas desse curso, o exercício e aprimoramento do senso crítico a partir de uma visão mais completa e complexa do espaço e de como o ser humano atua nele e se relaciona com ele.

Letramento digital seria um termo pretencioso para um curso de dez horas realizado em cinco dias. O letramento digital implica em um processo bem mais longo e com o uso e ensino de ferramentas mais diversas. É uma experiência transcultural mais profunda. O letramento digital é o passo seguinte ao que aconteceu nesse curso.

O termo que se tornou mais adequado foi o de iniciação digital, mesmo que hoje em dia praticamente toda pessoa que possui um cartão de banco ou um telefone celular já tenha sido iniciado digitalmente. Porém a iniciação digital como descrição para o processo a que esse curso se propõe em promover é um termo preciso, pois o termo iniciação emula o fato que os participantes do curso tem uma instrução aquém do básico para lidarem com o ambiente virtual e não sairão dele como especialistas no assunto, mais terão cabedal digital suficiente para uma experiência mais completa e geradora de conhecimento que antes do curso e estarão devidamente aguçados a uma futura imersão digital, com práticas em ambiente digital mais edificantes que redes sociais ou aplicativos de mensagens instantâneas.

Sobre a questão da percepção espacial e da relação dos alunos com o espaço, ela se demonstrou a mais complexa desta pesquisa, Entretanto conclui-se que:

- As turmas foram muito vocais a respeito de como passaram a entender melhor alguns aspectos do espaço que circulam e do espaço à sua volta. A ótica dos participantes está em sua maioria relacionada à diferença na paisagem que percebem dos bairros em que moram as pessoas com melhor posição social segundo a condição financeira para aquela vista nos bairros de pessoas posições socioeconômicas menos privilegiadas. Falo aqui da atenção que os alunos demonstraram à maior beleza e infraestrutura dos bairros das classes média-alta e alta. Porém essa comparação também se estendeu a serviços essenciais como hospitais e escolas de qualidade. O pobre se utilizou do Google Maps para exemplificar com clareza o quanto ele acha que o espaço no Distrito Federal é desigual. Inclusive a questão do transporte público e sua escassez para algumas áreas que servem mão-de-obra ao centro abastado foi tratada em cada tentativa de traçar rotas entre as casas deles e seus trabalhos. Os alunos demonstraram irritação e indignação quando o Maps apontava a tabela de horários dos ônibus interurbanos com horários muito espaçados entre uma viagem e outra. A realidade diária os abateu quando eles viram que uma pessoa que já possui transporte próprio como um carro ou moto e mora próximo ao trabalho, possui uma maior rede de transporte público que os pobres que moram longe do trabalho e são obrigados a andarem longos trajetos em ônibus lotados e inseguros. Sendo assim, a resposta para a possibilidade de melhor compreensão do espaço a seu redor é afirmativa, ela aconteceu.

- Porém, o processamento dessa situação como parte de uma questão social maior é algo mais difícil de ser alcançado com uma abordagem tão superficial e subentendida. Para que isso aconteça, talvez seja necessário um maior nível de instrução e educação, não no sentido formal, mas no hábito de debater esses temas com pessoas que possuam visões e informações que incrementem o debate e a formação de uma consciência mais profunda sobre o assunto.

O que foi percebido com essa pesquisa de forma geral é que há uma necessidade de um olhar atencioso, mas não complacente para como os menos favorecidos. O que eles precisam e buscam não é de uma iniciativa que o pegue pela mão e o conduza por um caminho já traçado para ele, mas de atitudes que os preparem da melhor forma possível para trilharem seus próprios caminhos e alcancem suas próprias metas de acordo com seus anseios e necessidades pessoais. Uma vez que essa preparação esteja imbuída de intenções inclusivas, ideais de crescimento, respeito e solidariedade, não importa o quão longo e árduo o caminho possa parecer, esses jovens e adultos terão excelentes chances de se tornarem versões melhores de si mesmos e para si mesmos, integrando a sociedade como um ator social que a transforma em algo melhor e mais justo do que o que ele viveu antes dessa preparação. Um indivíduo empoderado e que gere empoderamento para pessoas que são como ele fora outrora, um oprimido em busca da oportunidade de romper com essa dinâmica social brutal que o mantém à margem da sociedade e um cidadão que se relaciona de forma ativa com o espaço à sua volta, seja ele virtual, social, político ou real.

ANEXOS

Anexo 1: Questionário Socioeconômico



Questionário socioeconômico



1 – Qual a sua idade?

2 – Como você reconhece seu gênero? () Masculino () Feminino

3 - Estado civil: () casado(a) () solteiro(a) () viúvo(a) () separado(a)
() divorciado(a) () união estável

4 – Como você se reconhece em relação a cor da pele? () Preta () Parda
() Branca () Amarela () Indígena () Não desejo declarar

5 - Possui filhos? () Não () Sim, quantos? _____

6 - Portador de algum tipo de necessidade especial: () Não () Sim, qual?

7 - Distância em minutos da sua residência ao local do curso:

8 – Qual o seu grau de escolaridade?

() Ensino fundamental

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio

() Ensino médio completo

() Ensino superior

() Outro: _____

9 – Estudou a maior parte da vida escolar no ensino público ou particular?

10 – Possui computador?

() Sim () Não

11 – Possui smartphone?

() Sim () Não

12 – Cite 3 aplicativos que usa frequentemente no celular:

13 – Qual a sua renda mensal?

() menos um salário mínimo (de 0 a 997,00 R\$)

() um salário mínimo (998,00 R\$)

() até dois salários mínimos (de 998,01 R\$ a 1996,00 R\$)

() até três salários mínimos (de 1994,01 R\$ a 2994,00 R\$)

() acima de três salários mínimos (acima de 2994,00R\$)

14 - Se você trabalhou durante seus estudos, com que idade você começou a exercer atividade remunerada?

() Antes dos 14 anos.

() Entre 14 e 16 anos.

() Entre 17 e 18 anos.

() Após 18 anos.

() Nunca trabalhei enquanto estudava Do Curso

Anexo 2: Aulas do Curso de Iniciação Digital

A – Aula Um:



Os mapas são uma representação gráfica do espaço geográfico. Eles servem pra localizar, orientar e ajudar em vários tipos de planejamento.

Os mapas podem ser divididos por tipos e tamanhos (escalas).

Tipos de mapas: políticos, históricos, físicos e até plantas de construções e globos terrestres também são tipos de mapas.



BRASIL 1810



O espaço geográfico é tudo que é afetado pelo homem. Se existe um local antes intocado, inexplorado e o homem o transformou ou o descobriu, aquilo se torna um espaço geográfico.

Um exemplo é Brasília. Uma cidade que era apenas um cerradão no meio do nada. Quando foi construída na década de 50, se tornou um espaço geográfico, pois foi um espaço alterado pelo homem.

Outro exemplo mais radical é o espaço sideral. Cada vez que o homem descobre um novo planeta, cometa ou asteroide e o nomeia, aquilo se torna um espaço geográfico.

É um serviço do Google que serve para localização através de mapas e imagens de satélite. Esse serviço funciona na web (página da internet) e no celular (através de um aplicativo).

Para uma melhor experiência com o serviço, é ideal criar uma conta de e-mail no Google, onde ficarão armazenados seus dados de buscas e locais prediletos para visualização exclusiva do usuário dono da conta. Isso que faremos agora.

B – Aula Dois:

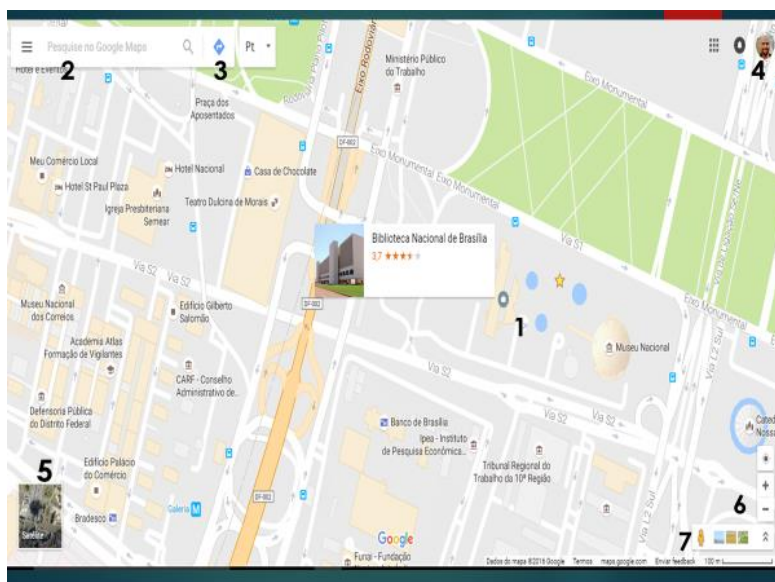
**TRAÇANDO ROTAS,
REDESCOBRINDO CAMINHOS
COM O**



Como usar o Google Maps?

O princípio básico de utilização do Google Maps é buscar lugares ou se localizar.

Mas para começarmos a utilizar essa ferramenta, primeiramente precisamos entender o seu funcionamento.



Legenda:

1 – Toda vez que colocarmos o mouse sobre um ponto do mapa que contenha alguma marcação, irá aparecer alguma informação sobre o local que foi marcado. Nesse exemplo temos o Maps nos mostrando a BNB. Existe um número (3,7) e umas estrelinhas ao lado. Isso é uma avaliação. Significa que os visitantes daquele local avaliaram ele como 3,7 numa escala de 0 a 5. Isso nos ajuda a saber se algum local (museu, restaurante, parque ou shopping) é bem avaliado por quem o frequentou.

2 – Essa é a barra de busca. É onde digitamos o local que queremos achar no Google Maps.

3 – Essa seta azul é onde clicamos quando queremos aprender como ir de um local à outro.

4 – Essa é sua foto de perfil que demonstra que você está usando o Google Maps com a sua conta Google (aquela que criamos na aula anterior).

5 – É nesse quadrado que clicamos para obter uma imagem de satélite da área que estamos visualizando.

6 – Essa parte é cheia de comandos que usamos o tempo todo. Tem um botão para localizar onde você está nesse exato momento (o círculo). Os sinais de menos (-) e mais (+) servem pra “dar zoom” (aproximar ou afastar um lugar, conforme nossa necessidade). As duas pontas de seta empilhadas servem pra nos mostrar fotos e imagens em 360° de algum local.

7 – O Bonequinho Amarelo: Esse ícone serve pra que tenhamos uma visão em 360° de alguma área que foi totalmente filmada e transformada em uma imagem em 3D. Você segura o boneco com o mouse e o solta em uma área do mapa e a imagem em 3D aparece. Esse comando se chama “Street View”.

C – Aula Três:

TRAÇANDO ROTAS, REDESCOBRINDO CAMINHOS COM O



Procurando endereços no Google Maps?

Hoje vamos utilizar o Google Maps pra buscar lugares específicos. Vamos começar abrindo o site em www.maps.google.com.br no navegador.

Na barra de pesquisa do Google Maps, você vai procurar os seguintes lugares:

- 1 – Seu endereço
- 2 – O mercado mais próximo da sua casa
- 3 – A drogaria mais próxima da sua casa
- 4 – A lanchonete/restaurante/bar mais próximo da sua casa
- 5 – A escola mais próxima da sua casa

Cada vez que você achar uma localidade, você vai apertar no teclado o botão PRT SCREEN e clicar em um slide vazio aqui na esquerda da tela. Após isso, clique com o botão direito do mouse em qualquer espaço do slide e escolha a opção colar ou aperte o comando CTRL+V. Isso vai colar a tela que você estava visualizando dentro do slide. Após colar, diminua a imagem pra que ela caiba proporcionalmente no slide clicando na extremidade da imagem.

D – Aula Quatro:



TRAÇANDO ROTAS NO GOOGLE MAPS?

Na aula de hoje vamos utilizar o Google Maps pra traçar rotas entre dois ou mais pontos, e duas possibilidades de locomoção. Vamos começar abrindo o site em www.maps.google.com.br

Na barra de pesquisa do Google Maps, você vai procurar os seguintes lugares:

1 – Biblioteca Nacional de Brasília

2 – Ao achar, você vai clicar no botão “ROTAS” e calcular uma rota entre a Biblioteca Nacional e um hospital. Após isso, você irá adicionar ao seu caminho uma ida à uma drogaria e de lá irá adicionar uma rota até um padaria ou lanchonete.

3 – Você vai digitar aqui no próximo slide a distância em quilômetros e o tempo levado para percorrer essa distância a pé e de transporte público.

Quando você cria rotas que envolvem vários lugares ao longo do caminho, você está criando um itinerário.

Da Biblioteca Nacional para o hospital, do hospital para a drogaria e da drogaria para a padaria/lanchonete.

Caminhando:

Biblioteca ao hospital (em quilômetros e minutos):

Hospital até a drogaria (em quilômetros e minutos):

Drogaria a padaria/lanchonete (em quilômetros e minutos):

Trajetos completos (em quilômetros e minutos):

Transporte Público:

Biblioteca ao hospital (em quilômetros e minutos):

Hospital a drogaria (em quilômetros e minutos):

Drogaria a padaria (em quilômetros e minutos):

Trajetos completos (em quilômetros e minutos):

Anexo 3: Avaliação do Curso



Aluno:

Aplicador:

AVALIAÇÃO

Traçando Rotas e Redescobrimdo Caminhos com

Indicadores:

- Compreende o que é uma conta do Google e consegue acessar a mesma (Em tela): I P S O
- Compreende e diferencia os tipos de mapas (Questão 1): I P S O
- Compreende as ferramentas da página do Google Maps e suas funções – busca, criar rotas, zoom, modalidades de locomoção, camada de satélite e street view – (Questão 2): I P S O
- Sabe utilizar a busca do Google Maps (Em tela e Questão 3): I P S O
- Sabe utilizar o street view (Em tela): I P S O
- Sabe criar trajetos simples e diferenciá-los por modalidades de locomoção (Em tela e Questão 4): I P S O
- Sabe criar trajetos múltiplos e descrever sua distância e duração (Em tela e Questão 5): I P S O

I - Conhecimento insuficiente na habilidade

P - Em processo de assimilar a habilidade

S - Conhecimento satisfatório na habilidade

O - Conhecimento ótimo na habilidade

Questão 1: No início do nosso curso estudamos os mapas e seus diversos tipos. Você consegue apontar nos 3 mapas abaixo qual é histórico, qual é político e qual é uma planta?



1- _____



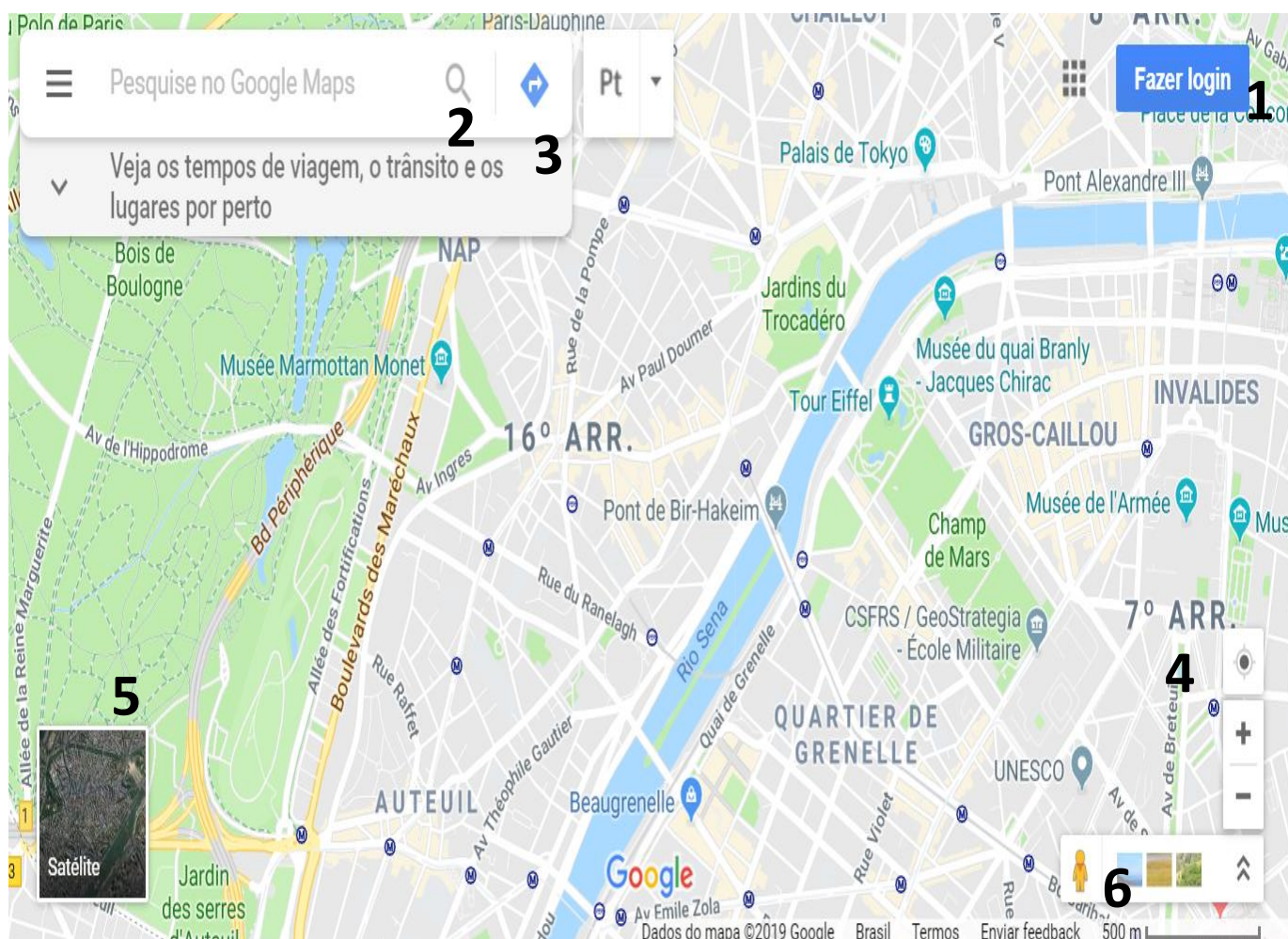
2- _____



BRASIL 1810

3- _____

Questão 2: Aprendemos durante a segunda aula as funções dos botões que estão na tela do Google Maps. Você consegue apontar a função de cada um deles de acordo com a numeração de 1 a 6? (Sim, Não, Em parte)



Questão 3: Usando a busca do Google Maps no computador, procure a Biblioteca Nacional, um hospital e uma drogaria. (Sim/Em parte/Não)

A) BNB:

B) Hospital:

C) Drogaria:

Obs.: Consegue utilizar o street view em algum desses lugares? (Sim/Não):

Questão 4: Crie no Google Maps um trajeto de um lugar a outro em cada um dos tipos de locomoção (a pé, de transporte público, através de carros de aplicativos e de carro).

Trajeto: Sim/Não

Tipos de Locomoção: 0 1 2 3

Questão 5: Crie no Google Maps um trajeto contendo 3 locais AO MESMO TEMPO. E diga qual a distância total percorrida nele em qualquer tipo de locomoção e a duração do mesmo trajeto.

Ponto 1:

Ponto 2:

Ponto 3:

Tipo de Locomoção:

Distância:

Duração:

Anexo 4: Proposta de condução da entrevista semi estruturada para o curso de iniciação digital.

1) Como era a experiência com computadores e internet antes do curso?

Acessava com frequência, de vez em quando ou raramente?

2) O curso te fez se sentir mais confortável em usar o computador e acessar o mundo virtual? Você esperava que o curso se desdobrasse como aconteceu ou foi surpreendido pela forma como ele aconteceu? Foi uma experiência positiva pra você?

3) Você percebeu que haviam ideias de Geografia inseridas no curso e no manuseio do Google Maps?

4) O que mais te surpreendeu ao usar o Google Maps?

5) O curso te fez ter uma percepção diferente do espaço a sua volta? Se sim, o que você percebeu de diferente que não notava antes?

6) Você consegue perceber no Google Maps, as diferenças entre as diferentes partes e bairros da cidade? Se sim, por que você acha que ocorre essa diferenciação?

7) Após ter uma visão mais detalhada do espaço à sua volta, você acha que poderia se relacionar de forma diferente com ele?

8) Você se sente mais consciente do seu papel como cidadão após o curso? Acha que você define esse papel ou ele já foi predefinido por alguém ou algo?

9) Você acha que o curso te abre possibilidades maiores em relação à vida profissional? E em relação ao seu cotidiano?

10) Você pretende estar mais próximo e aberto ao mundo virtual e possibilidades que ele oferece por conta da participação nesse curso?

11) Quer compartilhar uma experiência pessoal que esse curso lhe possibilitou?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 20 dez. 1996.
- BUZATO, Marcelo El-Khoury, **Inclusão Digital Como Invenção do Quotidiano: um estudo de caso**. Revista Brasileira de Educacao v. 13 n. 38 maio/ago. 2008.
- BUZATO, Marcelo El-Khoury, **Letramento e Inclusão: Do Estado-Nação à Era das TIC**. Revista Delta (Unicamp), v.25, nº 1, 2009, Campinas
- BAKTHIN, Mikhail Mikhailovich. 1988. **Questões de Literatura e de Estética: a Teoria do Romance**. São Paulo: UNESP/Hucitec.
- _____. 2003. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes.
- CARNEIRO, Leonardo de Oliveira et all. **Territorialidades e Etnografia: Avanços Metodológicos Das Análises Geográficas de Comunidades Tradicionais**. Revista Ateliê Geográfico/UFG, 2012
- CASTRO FILHO, José. A.; NASCIMENTO, Karla. A.S. **Atividades Colaborativas: o Uso do Google Maps na Escola**. <http://www.br-ie.org/pub/index.php/pie/article/download/2344/2099>
- CENSO IBGE, 2012-2016
- CRUZ, Sérgio M. S. .et al. **Alfabetização Digital Para Jovens e Adultos**. XVI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação – SBIE – UFJF, 2005.
- COLL, A. N. **As Culturas não são Disciplinas: Existe o Transcultural?**. In: II Encontro Catalisador do projeto “A Evolução Transdisciplinar na Educação” do CETRANS da Escola do Futuro da USP. São Paulo, de 8 a 11 de Junho de 2000.
- DAGNINO, R. ; BRANDÃO, F. C. ; NOVAES, H. T. . **Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social**. In: Antonio De Paulo et al. (Org.). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 15-64

DEMO, Pedro. **Inclusão Digital – Cada Vez Mais No Centro Da Inclusão Social.**

Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Porto Alegre: Artmed. p. 15-41, 2006.

DICIO: Dicionário Online de Português <https://www.dicio.com.br/letramento/>

DINUCCI, Darcy, **Fragmented Future**, Print Magazine, Abril/1999. Páginas 220-222. Estados Unidos

DI PIERRO, M. C. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, desafios e perspectivas.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, jul.-set. 2010, p. 939-959.

ESCOBAR, Floriano. **A Fundação MOBIL e alguns registros sobre sua presença em Sorocaba** – SP. 2007. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, São Paulo, 2007.

FERREIRA, Flávia Magela Rezende et al.. **"O estudo de caso, a observação e a entrevista nas pesquisas em educação"**. Anais IV CEDUCE... Campina Grande: Realize Editora, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1991.

GOMEZ, Margarita V. **Alfabetização na esfera digital: Uma proposta freireana.** <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/06.pdf>

GUIU, Tia. **Evolução do pensamento geográfico.** www.artigos.etc.br/geografia, 2012

LANDOW, George, **Hypertext 2.0. The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology.** Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

LOFFY, William. **Inclusão Digital X Analfabetismo.** <http://www.direitonet.com.br/artigos>, 2005.

LOURENÇO, E. *et al.* **Inclusão Digital na educação de jovens e adultos.** In

Revista Científica Eletrônica De Pedagogia, 2012. [S.l.: s.n], 2012.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico.** São Paulo: Cortez, 2000.

MANZINI, Eduardo José. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação.** Revista Percurso, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114753>>.

MELO, Josandra A.B.; Penha, Jonas M. **Geografia, Novas Tecnologias e Ensino: (Re) Conhecendo o “Lugar” de Vivência Por Meio do Uso do Google Earth e Google Maps.** Rio de Janeiro: GeoUERJ, 2016.

MORAES, Antonio C. R. **Geografia: Pequena História Crítica.** São Paulo. Hucitec. 1887

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: neurose.** Trad. Maura Ribeiro Sardinha. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

NEIVA, Ricardo et al. Transculturalidade e Tecnologias Da Informação e Comunicação. Novas Tecnologias Na Educação. CINTED-UFRGS, v.5 nº 2, dezembro-2007.

NICOLESCU, B. **O manifesto da Transdisciplinaridade.** Trad. Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: TRIOM, 1999.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Discurso na instalação do II Congresso Nacional de Educação de Adultos,** Rio de Janeiro, 9 de julho de 1958. Educação, Associação Brasileira de Educação (ABE), Rio de Janeiro, n. 6, p. 3-4, 3º trim. 1958. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/%20jk/discursos-1/1958/48.pdf/download>

PALETTA, Francisco Carlos; PELISSARO, Bárbara. **Informação, ciência e tecnologia na sociedade da informação no contexto da web 3.0: Uma análise a partir de três questões.** Revista Conhecimento em Ação, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan/jun, 2016.

PASSINI, Elza Yasuko. **Alfabetização Cartográfica e a Aprendizagem de Geografia.** São Paulo: Cortez, 2012

PIRES, Hindenburgo et all. **Exclusão Digital e Ciberespaço no Ensino da Geografia: O Relato de Uma Experiência**. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004.

PNAD Contínua IBGE, 2018

THE WEB STORYLINE PROJECT: <https://webdirections.org/history/#0>

O'REILLY, Tim. **O que é Web 2.0: Padrões de design e modelos de negócios para a nova geração de software** <http://www.oreilly.com/> Copyright 2006 O'Reilly Media, Inc. Tradução: Miriam Medeiros. Revisão técnica: Julio Preuss. Novembro 2006

REDING, Viviane. **European Union, Latin America and the Caribbean: time to join forces and push for digital inclusion**. IV EU - Latin America and Caribbean Ministerial Information Society Forum. Lisboa, Abril 2006. Disponível [http://ec.europa.eu/comm/commission_barroso/reding/docs/speeches/lisbon_20060428.pdf], 01/07/ 2006.

SANTOS, Ênio Serra Dos. **O Mundo do trabalho na Geografia a ser ensinada na educação de Jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação em Geografia, v. 1, n. 1, p. 24-46, jan./jun., 2011

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2002

SANTOS, Milton. **O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica**. São Paulo: Terra Livre, 1988

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2004

SOARES, Magda. 2002. **Novas Práticas de Leitura e Escrita: Letramento na Cibercultura**. Educ. Soc., 23 (81): 143-160. Disponível em www.cedes.unicamp.br.

STAKE, R. E. **Case studies**. In: DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. (Eds.). Handbook of Qualitative Research. Thousand Oaks: SAGE Publications, p. 236-247, 1994.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

VIEGAS, Ana Cristina Coutinho.; MORAES, Maria Cecília Sousa de. Um convite ao retorno: relevâncias no histórico da EJA no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 1, p.456-478, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n1.7927>>. E-ISSN: 1982-5587.

WELSCH, Wolfgang. **Transculturalidade – As Formas Intrincadas da Cultura de Hoje**. Spaces of Culture: City, Nation, World, ed. by Mike Featherstone and Scott Lash, London: Sage 1999, 194-213.

WIKIPÉDIA. www.wikipédia.com

WITHROW, F. B. **Literacy in the digital age: reading, writing, viewing, and computing**. Toronto: Scarecrow Education, 2004.

WOLFGANG WELSCH <https://wolfgang-welsch.com/english>